Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e Ciência Política

Natália José Gomes Antunes

O contributo do Programa Erasmus+ na promoção do *soft power* da União Europeia: O caso da Ação *International Credit Mobility*

Abril de 2026

O contributo do Programa Erasmus+ na promoção do *soft power* da União Europeia: O caso da Ação *International Credit Mobility*.
Natália Antunes
UMinho | 2026

Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e Ciência Política

Natália José Gomes Antunes

O contributo do Programa Erasmus+ na promoção do *soft power* da União Europeia: O caso da Ação *International Credit Mobility*

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor José António Passos Palmeira

Abril de 2026

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.
Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.
Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição
CC BY

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor José Palmeira, pelo seu apoio e orientação.

À minha família e amigos de sempre, pelo amor, amizade e presença constante.

Aos meus mais que tudo Tiago e Noah.

Ao meu Zé, por tudo.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

O contributo do Programa Erasmus+ na promoção do *soft power* da União Europeia: O caso da Ação *International Credit Mobility*

RESUMO

O presente estudo analisa o contributo da Ação *International Credit Mobility* (ICM) na promoção do *soft power* da União Europeia (UE) no período 2014–2024, respondendo à pergunta: *Como é que a Ação ICM, no âmbito do Programa Erasmus+, contribuiu para a promoção do soft power da UE?* A investigação adota uma abordagem qualitativa, exploratória e indutiva, assente num estudo de caso único e ideográfico, com recurso à análise documental. O enquadramento teórico combina a teoria do *soft power* de Joseph Nye com o construtivismo de Alexander Wendt, reconhecendo que interesses e identidades são socialmente construídos através de processos de socialização normativa.

Num contexto internacional marcado pela globalização, crescente multipolaridade e tensões geopolíticas, o *soft power*, enquanto capacidade de influenciar através da atração, da cultura, valores e políticas, conforme formulado por Joseph Nye, assume centralidade crescente na ação externa da UE. O Programa Erasmus+, e em particular o ICM, têm sido utilizados como instrumentos estratégicos de diplomacia pública, promovendo a mobilidade entre Estados-Membros da UE, países terceiros associados ao programa e países terceiros não associados ao programa. A mobilidade académica revela-se como uma experiência transformadora permitindo aos participantes desenvolver competências interculturais, maior tolerância e uma afinidade reforçada com os valores europeus, tornando-se frequentemente embaixadores informais da UE nos seus países de origem. A lógica de *brain circulation* reforça o efeito local destas experiências, e a resiliência das redes educativas transnacionais, mesmo quando as relações diplomáticas se deterioram, evidencia a durabilidade do *soft power* interpessoal.

Os resultados apresentados permitem demonstrar que o Programa Erasmus+ e, em particular, o ICM se afirmam como elementos estruturantes do *soft power* da UE, contribuindo para a projeção da imagem global da UE e seus valores fundamentais como a democracia, a dignidade humana, a igualdade e o Estado de direito.

Palavras-chave: Diplomacia pública; Erasmus+; *International Credit Mobility*; Mobilidade académica; *Soft power.*

The contribution of the Erasmus+ Programme to the promotion of European Union's soft power: The case of the International Credit Mobility Action

ABSTRACT

This study examines the contribution of the International Credit Mobility (ICM) to the promotion of the European Union's (EU) soft power over the period 2014–2024, answering the research question: *How has the ICM, within the framework of the Erasmus+ Programme, contributed to the promotion of the EU's soft power?* The research adopts a qualitative, exploratory, and inductive approach based in a single-case, ideographic study and supported by document analysis. The theoretical framework combines Joseph Nye's conceptualization of soft power and Alexander Wendt's constructivist approach, recognizing that interests and identities are socially constructed through processes of normative socialization.

In an international context characterized by globalization, multipolarity, and rising geopolitical tensions, soft power, regarded as the capacity to shape preferences through attraction, culture, values, and policies, as theorized by Joseph Nye assumes a growing prominence in the EU's external policy. The Erasmus+ Programme, and particularly the ICM, are strategic instruments of public diplomacy, promoting mobility between Members States of the EU, third countries associated to the programme and third countries not associated to the programme. Academic mobility is seen as a transformative experience, enabling participants to develop intercultural competencies, tolerance, and a stronger affinity with European values, becoming informal ambassadors of the EU in their countries of origin. The brain circulation reinforces the impact of these experiences at local level, while the resilience of transnational educational networks, even in contexts of deteriorating diplomatic relations, demonstrates the enduring nature of interpersonal soft power.

The findings indicate that the Erasmus+ Programme, and particularly the ICM, constitute very important components of the EU's soft power, contributing to the projection of the EU's global image and the dissemination of its fundamental values like democracy, human dignity, equality, and the rule of law.

Keywords: Academic mobility; Erasmus+; International Credit Mobility; Public diplomacy; Soft power.

Índice

Lista de Tabelas, Figuras e Gráficos viii

Introdução 1

Enquadramento e Justificativa 1

Revisão Bibliográfica 2

Problemática 5

Metodologia 5

Capítulo 1 - *Soft power* e mobilidade académica 10

1.1. O conceito de poder nas Relações Internacionais 10

1.2. O conceito de *soft power*. 13

1.3. A nova diplomacia pública como um dos principais instrumentos do *soft power* 20

1.4. O papel do ensino superior como elemento de *soft power* 23

1.5. O *soft power* e a mobilidade académica 26

Capítulo 2 - O Programa Erasmus+ 30

2.1. A origem, a evolução e os objetivos do Programa Erasmus+ 30

2.2. Do Erasmus ao Erasmus+. O contributo do maior Programa de Mobilidade Europeu 33

2.3. O Erasmus+ como elemento de promoção dos valores e da identidade Europeia 38

2.4. A sinergia entre o Programa Erasmus+ e a promoção do *soft power* da UE 42

Capítulo 3 - International Credit Mobility (ICM) no âmbito do Programa Erasmus+ 44

3.1. A origem, a evolução e os objetivos do ICM 44

3.2. O ICM como elemento de promoção dos valores da UE 49

3.3. A sinergia entre o ICM e a promoção do *soft power* da UE 52

Conclusão 56

Anexos 60

Lista de Tabelas, Figuras e Gráficos

Tabelas

Tabela 1 - Diferenças entre a diplomacia pública e a nova diplomacia pública 21

Figuras

Figura 1 - Diferentes tipologias de poder 17
Figura 2 - Condições essenciais para que a educação seja um recurso de soft power 26
Figura 3 - Estrutura do Programa Erasmus+ 33

Gráficos

Gráfico 1 - Contagem cumulativa dos períodos de mobilidade de 1987 a 2024 34
Gráfico 2 - Evolução do número de mobilidades de 2014 a 2024 35
Gráfico 3 - Número de mobilidades de 2014 a 2024, por área 35
Gráfico 4 - Top 6 dos países UE33 com maior número de mobilidades, entre 2014 e 2024 45
Gráfico 5 - Número de mobilidades envolvendo países resto do mundo, entre 2014 e 2024 46
Gráfico 6 - Mobilidades de países UE33 para países resto do mundo, entre 2014 e 2024 46
Gráfico 7 - Mobilidades de países resto do mundo para países UE33, entre 2014 e 2024 47
Gráfico 8 - Orçamento atribuído ao Erasmus+ 2021-2027, por ano 47
Gráfico 9 - Distribuição do orçamento ICM, por região 48
Gráfico 10 - Distribuição do orçamento da ação externa da UE, por prioridade do Erasmus+ 48

Introdução

Enquadramento e Justificativa

Inicialmente focada em questões de segurança física e relações diplomático-estratégicas, a compreensão das relações internacionais envolve atualmente uma gama diversa de preocupações, instrumentos e de questões transfronteiriças que refletem a crescente interdependência global. Nesta sequência, Baylis et al. (2014) no livro *The Globalization of World Politics* foca o tema da globalização como sendo um fenómeno central e cada vez mais complexo na política mundial atual, abarcando uma grande diversidade de atores, dinâmicas, organizações e questões que influenciam as relações internacionais e a política mundial. Um exemplo concreto desta complexidade, é o tema da *politics of identity*, abordado no livro *Understanding International Relations,* de Brown e Ainley (2009), que aborda a emergência de uma cultura baseada na identidade e que apela ao multiculturalismo, tolerância e respeito pelas diferenças políticas, sociais e culturais. E é precisamente nesta nova ordem mundial que o conceito de *soft power*, tendo como base o pensamento de Nye (1990a), assume uma importância cada vez mais relevante no sistema internacional. O conceito de *soft power* apresentado por Nye (1990a) é uma forma indireta de exercer poder através da atração, em vez da coerção típica do *hard power*. Segundo Nye (1990a), as principais fontes de *soft power* de um país são a sua cultura, os seus valores políticos e as suas políticas externas. Nye (2008), sublinha a importância crescente do *soft power* na política mundial, especialmente na era da informação e da interdependência.

O conceito de *soft power* faz parte integrante da política externa da União Europeia (UE), como meio de promoção da identidade e valores da UE a nível mundial. A diplomacia pública da UE (DPUE) utiliza programas de intercâmbio, como o Programa Erasmus+, para promover a sua cultura, património e valores, reforçando assim o seu *soft power.* Efetivamente, o Programa Erasmus+ é considerado como um instrumento eficaz da DPUE e um importante mecanismo de *soft power*, contribuindo para a projeção de uma imagem positiva da UE e a promoção de valores como diversidade e inclusão, princípios fundamentais da UE, por via da mobilidade de pessoas e ideias entre diferentes países.

A análise do estado da arte, permite verificar que existe uma lacuna na análise do Programa Erasmus+ alargado enquanto instrumento de *soft power* na promoção dos valores da UE. Gauttam et al. (2024), refere que grande parte da literatura, concentra-se na análise do papel da educação enquanto instrumento de *soft power* nos países desenvolvidos, identificando como áreas para futura investigação, a análise do papel da educação como *soft power* no contexto dos países em desenvolvimento. Pacheco (2022), sugere como investigação futura analisar o contributo do Programa

Erasmus+ em regiões especificas no sentido de melhor compreender o seu contributo no âmbito da DPUE.

O Programa Erasmus+ inclui, entre outras iniciativas, o *International Credit Mobility* (ICM) que promove a mobilidade internacional entre Estados-Membros da UE e países terceiros não associados ao programa e como tal pode representar uma oportunidade estratégica para reforçar as relações entre a UE e países terceiros, promovendo a cooperação e a partilha de valores. Considera-se que o potencial do ICM enquanto ferramenta de *soft power* pode ser muito relevante, podendo contribuir para a divulgação da imagem da UE como um espaço de aprendizagem inclusivo e inovador, para a projeção da UE como um ator global, para a promoção de valores como a paz, a solidariedade e os direitos humanos e contribuir para o fortalecimento dos laços culturais e sociais entre cidadãos da UE e de países terceiros, podendo ajudar a combater estereótipos e promover o entendimento mútuo. Num mundo marcado por conflitos e tensões, o contributo do ICM enquanto instrumento de *soft power* poderá representar uma oportunidade de influenciar países e povos através da cultura, valores e políticas, em vez de meios coercivos como o poder militar ou económico típicos do *hard power*.

Nesse sentido, este trabalho visa contribuir para análise do papel da mobilidade académica e do Programa Erasmus+ enquanto instrumento de *soft power* da UE e o contributo específico do ICM enquanto instrumento de *soft power* para reforçar as relações entre a UE e países terceiros, maioritariamente países menos desenvolvidos, e para promover a cooperação e a partilha de valores da UE por todo o mundo. Considera-se que o principal elemento diferenciador deste trabalho é a análise do contributo específico do ICM na promoção do *soft power* da UE, em países parceiros, no período entre 2014-2024.

Revisão Bibliográfica

São vários os autores, alguns dos quais indicados de seguida, que defendem que o Programa Erasmus, enquanto iniciativa emblemática da UE, tem sido fundamental para a promoção da identidade europeia e para a projeção do *soft power* da UE a nível mundial.

Recentemente, De Wit e Wang (2024) elaboraram um estudo para identificar, por década, as principais políticas, ações e desafios relacionados com o Espaço Europeu do Ensino Superior e Investigação, ao longo de 70 anos, destacando o Programa Erasmus como um dos marcos importantes para a cooperação académica.

O Programa Erasmus+ tem sido amplamente reconhecido pela sua capacidade de cultivar a consciência intercultural e um sentido de identidade supranacional entre os participantes. Existem estudos, como por exemplo o de Köylü e Borràs (2024) e o de Hristova e Hristozova (2023), que demonstram que os estudantes que participam no Programa Erasmus+ desenvolvem um sentido

mais forte de identidade europeia, sendo este um efeito que se mantem a longo prazo após as experiências internacionais. Esta identidade não é meramente cultural, mas também política, uma vez que os participantes referem frequentemente sentir-se mais ligados ao projeto europeu e aos seus valores (Oborune, 2015). O intercâmbio cultural é outra componente fundamental do Programa Erasmus+, permitindo aos estudantes contactar com diversas culturas e línguas. Este intercâmbio promove a compreensão mútua e reduz os estereótipos, contribuindo, em última análise, para uma sociedade europeia mais coesa (Goksu, 2020). A ênfase do Programa Erasmus+ na diversidade cultural reflete-se ainda no seu apoio à diversidade linguística, uma vez que os participantes relatam frequentemente uma melhoria das competências linguísticas e uma maior apreciação da natureza multilingue da Europa (Köylü e Borràs, 2024).

Estudos empíricos fornecem provas sólidas do contributo do Programa Erasmus+ na identidade europeia. É o caso do estudo realizado por Oborune (2015), baseado num inquérito de grande escala que envolveu mais de 12.000 participantes de 37 países europeus, que conclui que os estudantes Erasmus têm maior probabilidade de se identificarem como europeus em comparação com os seus colegas que não participam no programa. Além disso, demonstra que o programa fortalece a identidade nacional ao mesmo tempo que promove uma identidade europeia supranacional, destacando o seu duplo papel na formação da identidade (Goksu, 2020).

De um modo geral, o Programa Erasmus+ é encarado como um instrumento fundamental da estratégia de *soft power* da UE, para promover os seus valores e influência a nível internacional. O Programa Erasmus+ funciona como um importante instrumento de *soft power* para a UE, reforçando a sua diplomacia pública e as suas relações internacionais (Ferreira-Pereira e Pinto, 2021; Lami e Myrta, 2021). Através de contactos interpessoais, os participantes no Erasmus tornam-se frequentemente embaixadores informais da UE, promovendo a compreensão cultural e melhorando a imagem da UE no estrangeiro (Perilli, 2017; Lami e Myrta, 2021). Este programa de intercâmbio desempenha um papel crucial na manutenção das relações da UE com parceiros estratégicos, mesmo quando os laços políticos de alto nível estão sob tensão (Ferreira-Pereira e Pinto, 2021). O Programa Erasmus+ permite internacionalizar a educação, consolidar a identidade e valores da UE e promover a visibilidade da UE a nível externo (Tostes e Silva, 2019).

O papel global do Programa Erasmus+ é igualmente evidente na sua contribuição para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. O programa apoia a educação de qualidade (ODS 4) e reduz as desigualdades (ODS 10), promovendo a mobilidade e as oportunidades de intercâmbio para indivíduos de diversas origens (Saraiva et al., 2022). Este alinhamento com os objetivos globais de desenvolvimento reforça a reputação da UE como líder na educação e na cooperação internacional (Saraiva et al., 2022).

O Programa Erasmus+ também promove a participação cívica e a cidadania ativa, que são essenciais para a influência global da UE. De acordo com Johanesová (2024), os participantes no Programa Erasmus+ têm mais probabilidades de se envolverem em atividades da sociedade civil, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade europeia mais participativa e inclusiva. Este facto, por sua vez, reforça o *soft power* da UE, demonstrando o seu empenho na promoção dos valores democráticos e de cidadania cívica.

O sucesso do Programa Erasmus+ transformou-o num modelo de cooperação internacional no domínio da educação e do intercâmbio cultural. A sua ênfase na compreensão mútua, na diversidade e na inclusão inspirou iniciativas semelhantes em todo o mundo, cimentando ainda mais a reputação da UE como líder mundial em *soft power* (Ferreira-Pereira e Pinto, 2021; Saraiva et al., 2022).

Existem, no entanto, alguns autores, como por exemplo Wojciuk (2018) que avalia criticamente o potencial do ensino superior como instrumento de *soft power*, considerando tanto os seus sucessos como as suas falhas. Por um lado, considera que os programas de intercâmbio podem contribuir para a promoção do entendimento intercultural e da imagem de um país. Por outro lado, alerta para o choque cultural e como experiências negativas, podem gerar resistência em vez de atração. Nye (2004a) salienta as consequências negativas que o uso excessivo ou mal ponderado do poder coercivo (*hard power)* pode ter na credibilidade de um país no cenário global (*soft power*), dando o exemplo da Guerra do Iraque como um caso paradigmático onde a perda de credibilidade e o declínio da imagem positiva dos Estados Unidos da América (EUA) tiveram um impacto considerável. Da mesma forma enfatiza que exercer o *soft power* na política mundial é um processo complexo e desafiador, especialmente na era da informação (Nye, 2004b) salientando a necessidade de um investimento estratégico em relações de longo prazo através de intercâmbios culturais e educativos.

De forma geral, a revisão bibliográfica permite afirmar que o Programa Erasmus+ tem tido um efeito duradouro na promoção da identidade europeia e na projeção do *soft power* da UE. Ao promover a consciência intercultural, o intercâmbio cultural e os contactos interpessoais, o Programa Erasmus+ é apontado regularmente como instrumento do *soft power* da UE, ainda que alguns autores recomendem uma utilização mais eficaz do Programa Erasmus+ no contexto da política externa da UE. Bobotsi (2021) argumenta que, embora o Programa Erasmus+ seja uma ferramenta valiosa para a diplomacia pública da UE, o seu potencial na ação externa não está totalmente explorado. Considerar as especificidades regionais e as necessidades dos países parceiros, pode aumentar a eficácia do Programa Erasmus+ como ferramenta de influência positiva e de promoção dos valores e objetivos da UE.

O contributo do Programa Erasmus+ estende-se para além da UE, uma vez que se tornou um modelo de cooperação internacional e de intercâmbio cultural. A inclusão do ICM no Programa Erasmus+ permitiu a participação de estudantes de fora da Europa, reforçando ainda mais o *soft power* e a influência global da UE (Ferreira-Pereira e Pinto, 2021; Saraiva et al., 2022). À medida que o Programa Erasmus+ continua a evoluir, alargando cada vez mais a sua área de influência global, nomeadamente por via do intercâmbio entre os países da UE e países/regiões de todo o mundo, julga-se pertinente analisar o contributo que esta dimensão global do Programa Erasmus+ tem na promoção do *soft power* da UE.

Problemática

O tema da dissertação foca-se na análise do contributo do Programa Erasmus+ na promoção do *soft power* da União Europeia, com enfoque no caso específico da Ação *International Credit Mobility.* Nesse sentido a pergunta de investigação é a seguinte:

Como é que a Ação ICM, no âmbito do Programa Erasmus+, contribuiu para a promoção do soft power da UE?

Tendo o ICM sido lançado em 2014, o período de análise considera os dez anos da sua implementação, entre 2014 e 2024. A abordagem analítica assenta na compreensão dos conceitos de *soft power* e mobilidade académica.

Metodologia

Perante a pergunta de investigação, o quadro teórico orientador deste trabalho suporta-se na teoria de *soft power* desenvolvida por Nye (2008), bem como, na teoria construtivista caracterizada por Wendt (1994). Segundo Nye (2008), *o soft power* é a capacidade de influenciar outros através da atração, em oposição à coerção, sendo sustentado por elementos como a cultura, os valores e as políticas de um país. Num contexto internacional marcado pela centralidade da informação, a atração e a persuasão tornam-se fundamentais, sendo a diplomacia pública um instrumento-chave para mobilizar recursos, como a literatura, a arte e a educação (Nye, 2008). Por sua vez para Wendt (1994) o construtivismo é uma teoria estrutural do sistema internacional que considera que os estados são as principais unidades de análise da teoria política internacional, que as estruturas-chave no sistema de estados são intersubjetivas em vez de materiais e que as identidades e os interesses do Estado são, em grande parte, construídos por estas estruturas sociais, em vez de serem dados exogenamente ao sistema pela natureza humana ou pela política interna.

O intercâmbio académico é visto como fundamental para promover a mobilidade internacional no

ensino superior, facilitando a troca de conhecimento, cultura e práticas pedagógicas. Além disso, desempenha um papel importante como ferramenta de *soft power* na forma preconizada por Nye (2008), ao reforçar a influência cultural e ao fomentar laços duradouros entre pessoas de diferentes países através da educação, da literatura e da arte, contribuindo para a promoção de mudanças culturais e sociais através de contactos interpessoais, promovendo a diplomacia pública ao abordar aspetos das relações internacionais não enquadráveis na diplomacia tradicional que reforçam a imagem, a influência e a visibilidade da UE na sua política externa (Lami e Myrta, 2021). Por outro lado, o construtivismo na definição que lhe é dada por Wendt (1994), pode ser utilizado como suporte teórico para justificar a formação de identidades europeias partilhadas através de programas de mobilidade académica, que promovem a socialização, a mobilidade e o sentimento de pertença, e que em última análise sustentam a ordem global atual, através das ligações humanas que se criam nos processos de mobilidade com base em ideias, em normas, na identidade e na interação social, podendo contribuir para manter o mundo mais unido (Ruggie, 1998).

Para Furlong e Marsh (2010), as posições ontológica e epistemológica do investigador são determinantes na definição da sua abordagem teórica e metodológica, influenciando profundamente a forma como interpreta e estuda a realidade social. A ontologia refere-se à natureza da realidade questionando o que existe, enquanto a epistemologia diz respeito à relação entre o investigador e o objeto do conhecimento, interrogando-se sobre como e se é possível conhecer a realidade de forma objetiva. Estas perspetivas não são escolhas instrumentais, mas sim fundamentos estruturantes do pensamento científico moldando a forma como se investiga nas ciências sociais (Furlong e Marsh, 2010). Segundo Bryman (2012), o construtivismo/subjetivismo é uma posição ontológica que defende que os fenómenos sociais e os seus significados são continuamente construídos e reconstruídos pelos atores sociais através da interação. Para Furlong e Marsh (2010) a perspetiva ontológica construtivista/subjetivista está ligada ao interpretativismo epistemológico com foco na compreensão do significado da ação social, utilizando métodos qualitativos. Nesta sequência, do ponto de vista ontológico este trabalho de investigação tem como base o paradigma construtivista/subjetivista porque a realidade social, onde se inserem os participantes do Programa Erasmus+, é dinâmica e construída pelas suas interações enquanto atores sociais, possuindo cada um deles uma realidade social muito própria (Saunders et al., 2009).

Para Guba e Lincoln (1994), a escolha do paradigma ontológico pelo investigador influencia fortemente a definição do paradigma epistemológico. Deste modo, um investigador que adota uma perspetiva construtivista/subjetivista sobre a natureza da realidade, para ser coerente, do ponto de vista da abordagem epistemológica deverá adotar o interpretativismo (Guba e Lincoln, 1994). Deste modo, do ponto de vista epistemológico este trabalho de investigação assenta no interpretativismo, que analisa

a realidade como socialmente construída, priorizando a compreensão subjetiva das interações humanas entre os diferentes atores sociais (Saunders et al., 2009).

De acordo com Yin (2011), as abordagens indutivas tendem a deixar que os dados conduzam ao surgimento de conceitos. Para este autor, a maioria das pesquisas qualitativas segue uma abordagem indutiva. De acordo com Babbie (2011), o raciocínio indutivo consiste em partir de observações particulares para formular princípios gerais, identificando padrões que sugerem uma ordem entre os fenómenos, ainda que sem necessariamente explicar as suas causas. Nesta sequência, a abordagem à investigação utilizada neste trabalho é indutiva pois a partir dos significados que os diferentes atores sociais atribuem aos eventos que experienciam no âmbito do Programa Erasmus+, pretende-se formular princípios gerais sendo o investigador parte do processo de investigação.

Para Saunders (2009), um estudo exploratório é particularmente útil para compreender melhor um problema ainda pouco definido, formular perguntas e analisar fenómenos sob uma nova perspetiva sendo as principais técnicas utilizadas a revisão da literatura, as entrevistas com especialistas e grupos focais. Neste estudo a natureza da investigação é do tipo exploratório, pois pretende-se conhecer factos relacionados com a pergunta de investigação desenvolvendo questões para investigações futuras.

Segundo Yin (2009), o estudo de caso é uma investigação empírica que analisa um fenómeno contemporâneo no seu contexto real. Para Vennesson (2008) um estudo de caso é uma estratégia que investiga em profundidade um ou poucos casos, com o objetivo de compreender as suas particularidades e deste modo contribuir para explicações teóricas mais amplas. Para Neuman (2014), a maioria dos estudos de caso adota uma abordagem qualitativa, com atenção aos seus detalhes internos e ao contexto envolvente. Para Yin (2009) um estudo de caso único caracteriza-se por ser uma estratégia de investigação que se distingue por envolver a análise aprofundada de uma única situação ou fenómeno específico. Para Bennett (2008) e Vennesson (2008) a abordagem de investigação centrada num pequeno número de casos (*small-n)*, procura entender o caso em profundidade, requerendo frequentemente métodos qualitativos para explorar o contexto específico dentro do caso, procurando testar explicações teóricas. Para Yin (2009) um estudo de caso *embedded* concentra-se na análise de partes específicas dentro do fenómeno estudado. Para Levy (2008) os estudos de caso ideográficos têm como objetivo compreender profundamente um caso específico, tratado como um fim em si mesmo, sem que exista um objetivo específico de procurar generalizações, dando deste modo valor à sua singularidade e contexto próprio. Ainda de acordo com Levy (2008), os estudos de caso ideográficos podem ser guiados por teoria (*theory guided*), quando organizados a partir de um quadro conceptual bem definido como uma lente teórica pré-existente para guiar a investigação e interpretar adequadamente o caso. Tendo em consideração que a pergunta de investigação está orientada no sentido de se analisar a relevância da ação específica ICM do Programa

Erasmus+ enquanto ferramenta de *soft power* da UE e, perante o que foi referido anteriormente, a estratégia de investigação adotada envolve, de acordo com a definição de Yin (2009) e Vennesson (2008), um estudo de caso ao analisar um fenômeno no seu contexto real de forma detalhada. Este estudo de caso é ideográfico do tipo *theory guided* (Levy, 2008; Vennesson, 2008) pelo facto de se pretender analisar em profundidade e detalhar as singularidades de um caso específico, a Ação ICM do Programa Erasmus+, sem que exista um objetivo de generalizar para outras ações do Programa Erasmus+ ou outros programas de mobilidade académica suportados pela UE, tudo isto devidamente assente num quadro teórico que irá guiar a investigação a realizar, com a interpretação dos dados relativos ao caso. O caso é único do tipo *small-n* (Bennett, 2008; Vennesson, 2008) e *embedded* (Yin, 2009) pelo facto do estudo se focar numa ação específica do Programa Erasmus+, a Ação ICM, permitindo entender este caso específico em profundidade e de forma detalhada.

A escolha para este estudo de caso do paradigma ontológico construtivista/subjetivista e epistemológico interpretativista, com uma natureza exploratória e uma abordagem indutiva à investigação, condiciona a forma como se vai proceder à recolha, tratamento e subsequentemente à análise dos dados recolhidos (Furlong e Marsh, 2010). A investigação qualitativa foca-se na recolha de dados descritivos (Godoy, 1995). A investigação qualitativa utiliza técnicas qualitativas, trabalhando com dados não numéricos como palavras, imagens ou objetos (Neuman, 2014), analisados utilizando a interpretação contextual e a categorização (Saunders et al., 2009). Nesta sequência, este estudo caracteriza-se por ser do tipo qualitativo utilizando por isso técnicas qualitativas para proceder à recolha, tratamento e análise dos dados recolhidos. Este estudo recorre à análise documental como principal ferramenta metodológica para identificação de fontes de dados, centrando-se em documentos relacionados com o Programa Erasmus+ e a Ação ICM. Utilizam-se fontes primárias, como dados estatísticos e relatórios de organismos internacionais de referência, nomeadamente da UE, bem como fontes secundárias, incluindo artigos científicos, livros, capítulos de livros, dissertações de mestrado, entre outras.

A investigação pretende demonstrar que a UE tem vindo a reforçar o seu *soft power*, apostando em ferramentas como o Programa Erasmus e olhando para este programa de intercâmbio como um instrumento eficaz para a disseminação e promoção da imagem da UE na Europa e no mundo. Em particular, no período entre 2014 a 2024, este estudo tem como objetivo evidenciar a existência de uma aposta clara por parte da UE na promoção da sua imagem junto de países terceiros por via da Ação ICM, fomentando o intercâmbio académico entre instituições de ensino superior na UE e instituições de ensino superior nas diferentes regiões do mundo e contribuindo para o aumento da visibilidade da UE e dos seus valores a nível internacional.

Esta dissertação é composta por três capítulos. O primeiro capítulo analisa os conceitos de *soft power*

e mobilidade académica. Explora a evolução do *soft power*, desde Nye até às atuais formas de influência internacional, incluindo o seu papel na diplomacia pública da UE. Aborda também a mobilidade académica como instrumento de cooperação educativa, diplomacia cultural e difusão dos valores europeus. Este capítulo termina mostrando a relação entre ambos os conceitos.

O segundo capítulo está focado na análise do Programa Erasmus, a sua origem, evolução e objetivos. É analisada a sinergia entre o Programa Erasmus e a promoção do *soft power* da UE.

O terceiro capítulo foca na análise da Ação ICM, a sua origem, evolução e objetivos, tendo sobretudo em conta o período entre 2014 e 2024. Salienta a importância do ICM como um dos principais programas de mobilidade académica no contexto internacional e o seu contributo para a promoção dos valores da UE.

Capítulo 1 - *Soft power* e mobilidade académica

1.1. O conceito de poder nas Relações Internacionais

Um estudo que aborde os diferentes conceitos de poder, incluindo o *soft power*, requer uma explicação prévia do próprio conceito de poder no âmbito das Relações Internacionais. De acordo com vários autores (Mahmood, 2025; Drezner, 2021; Lukes, 2005), no campo das Relações Internacionais, poucas questões são consensuais entre os estudiosos. No entanto, é amplamente aceite que o poder é o conceito central da disciplina e, paradoxalmente, não existe acordo quanto ao seu significado, o que faz com que essa ausência de consenso em torno de um fundamento tão básico represente um desafio para o avanço cumulativo da produção de conhecimento (Drezner, 2021). Como bem refere Nye (1990b), o poder é como o tempo, todos dependem dele e falam sobre ele, mas poucos o entendem. Dahl (1957) reconhece que, apesar da sua centralidade e de ser um conceito intuitivo, o poder carece, em meados do século XX, de uma definição formal e operacional adequada para uso científico. Deste modo, define o poder na forma de uma relação (poder relacional) entre atores, propondo uma formulação que ainda hoje é uma referência: "A has power over B to the extent that he can get B to do something that B could not otherwise do" (Dahl, 1957, p. 202).

O poder estrutura normalmente a análise das interações entre Estados e outros atores globais, realizando-se o debate académico sobre a sua natureza em termos de uma divisão entre o *hard power*, associado ao realismo, e o *soft power* proposto por correntes como, por exemplo, o neoliberalismo e o construtivismo (Gallarotti, 2021). O realismo constitui uma das mais importantes abordagens das Relações Internacionais, pensando a política internacional como um sistema anárquico caracterizado pela competição e pela desconfiança (Mahmood, 2025).

Embora a maioria das teorias das Relações Internacionais terem em conta o poder, nenhuma enfatiza tanto o poder como o realismo, sendo o poder frequentemente descrito como central nas teorias realistas (Baldwin, 2013). Neste quadro, o realismo privilegia o *hard power*, entendendo as capacidades militares e económicas como garantias essenciais de segurança e como mecanismos de dissuasão num ambiente competitivo e incerto (Mahmood, 2025).

Três dos mais conceituados defensores da teoria realista Morgenthau (1948), Waltz (1979), e Mearsheimer (2001) defendem esta corrente de pensamento onde se privilegia a forma mais dura do poder, mas com entendimentos ligeiramente distintos sobre o que realmente o poder verdadeiramente significa, posicionando-se cada um com um entendimento muito próximo da corrente que defende dentro do realismo: o neorrealismo ou realismo defensivo de Waltz (1979), o realismo ofensivo de Mearsheimer (2001) e, por fim, o realismo clássico de Morgenthau (1948).

Waltz (1979) um teórico defensor do neorrealismo, também intitulado de realismo defensivo ou realismo estrutural (Baldwin, 2013), desenvolveu uma teoria estrutural da política internacional, na qual a distribuição de capacidades constitui um elemento central da estrutura do sistema. Para operacionalizar essa noção, defende a necessidade de ordenar os Estados segundo as suas capacidades a partir de um conjunto agregado de fatores: população e território, recursos disponíveis, capacidade económica, força militar, estabilidade política e competência governativa (Waltz, 1979; Baldwin, 2013). Deste modo Waltz (1979) entende o poder como a distribuição de capacidades no sistema internacional.

Por sua vez, Mearsheimer (2001) um dos grandes teóricos do realismo ofensivo nas Relações Internacionais refere que o conceito de poder dos Estados deriva essencialmente da sua população e da sua riqueza, que constituem a base da sua capacidade militar, e que por isso, Estados com muita população e economicamente robustos tendem a formar forças armadas poderosas. Como principal instrumento de conquista e controlo territorial, o exército permanece, mesmo na era nuclear, o elemento central do poder militar. Neste quadro, a maximização do poder e a busca da hegemonia emergem como a via mais segura para assegurar a sobrevivência, alimentando uma competição permanente pela segurança com potencial para o conflito. Esta ênfase no poder militar constitui uma contribuição significativa para o debate do realismo sobre a natureza do poder (Mearsheimer, 2001; Toft, 2005). Deste modo, (Mearsheimer, 2001) entende o poder como força militar e hegemonia regional (realismo ofensivo).

Morgenthau (1948) defende que o poder é um fim em si mesmo, levando os Estados a procurar o domínio e a influência num mundo inerentemente competitivo. Para Morgenthau (1948), a política internacional constitui, à semelhança de toda a política, uma luta pelo poder. Independentemente dos objetivos finais, sejam eles liberdade, segurança, prosperidade ou ideais de natureza religiosa, filosófica, económica ou social, o poder continua a ser o objetivo imediato da ação política. De acordo com Gallarotti (2021), para Morgenthau (1948), a política internacional é, antes de tudo, uma luta por poder, que constitui o objetivo imediato dos Estados num sistema anárquico. Nesse contexto, para Morgenthau (1948), o poder é elevado acima de todos os outros instrumentos de ação estatal e tradicionalmente associado ao *hard power* (Gallarotti, 2021). Segundo Gallarotti (2021), na definição de poder proposta por Morgenthau (1948), destacam-se como componentes centrais a geografia, os recursos naturais, a capacidade industrial, a preparação militar e a população, elementos que se aproximam das conceções materiais de poder presentes em Waltz (1979) e Mearsheimer (2001), correspondendo à dimensão de *hard power* do poder. Todavia, ao expandir a lista de fatores, Gallarotti (2021) refere que Morgenthau (1948) ultrapassa uma leitura estritamente material, reconhecendo também dimensões de *soft power* como instrumentos relevantes da política externa. Para Gallarotti

(2021), Morgenthau (1948) integra o *soft power* na sua teoria ao reconhecer que o poder político não deriva apenas da coerção, mas também do prestígio, da legitimidade institucional e do respeito ou admiração por Estados e líderes. Ainda de acordo com Gallarotti (2021), Morgenthau (1948), destaca que a estabilidade internacional depende, em parte, de um consenso moral baseado em valores e normas partilhadas, como a soberania, a moderação e a reintegração de inimigos (Gallarotti, 2021). A visão de poder de Morgenthau (1948) é flexível, incorporando tanto meios coercivos típicos do *hard power* como formas subtis de influência mais típicos do *soft power* (Gallarotti, 2021).

Para Baldwin (2013), o realismo ofensivo de Mearsheimer (2001) distingue-se tanto do realismo clássico de Morgenthau (1948) como do neorealismo de Waltz (1979). Baldwin (2013) defende que para Morgenthau (1948), a busca de poder decorre de um desejo, de uma ânsia de poder (*lust for power*), ao passo que, para Mearsheimer (2001), resulta inevitavelmente da anarquia internacional. Por outro lado, Baldwin (2013) defende que Waltz (1979) considera suficiente a acumulação de poder para garantir a sobrevivência, enquanto que Mearsheimer (2001) sustenta que os Estados procuram maximizar continuamente o seu poder, tendo a hegemonia como objetivo último. O realismo mantém-se uma abordagem altamente relevante e atual para compreender as relações internacionais, ao atribuir uma importância central ao conceito de poder. Nenhuma outra perspetiva teórica depende tanto de uma definição clara e consistente desse conceito. No entanto, como observa Baldwin (2013), a maioria dos realistas reconhece que tal definição ainda está em falta.

No entanto, nem todos os teóricos das Relações Internacionais olham para o mundo como uma luta constante pela sobrevivência (Mahmood, 2025). O livro *Power and Interdependence*, de Robert Keohane e Joseph Nye, estabelece as bases do neoliberalismo ao sustentar que a crescente interdependência económica e social reduz a utilidade da força militar. Esta perspetiva contrasta com a visão tradicional do realismo, segundo a qual o poder militar prevalece sobre outras formas de poder e os Estados com maior capacidade militar dominam os assuntos internacionais (Gallarotti, 2019; Keohane e Nye, 2012; Baldwin, 2013). Neste contexto, a teoria da interdependência complexa tornou-se o principal fundamento de uma abordagem mais suave das Relações Internacionais (Gallarotti, 2021). De acordo com Gallarotti (2021), esta teoria defende que, num mundo economicamente interligado, o recurso à força militar se revela um instrumento cada vez menos eficaz para a prossecução de muitos dos objetivos dos Estados. A teoria da interdependência complexa baseia-se em três pressupostos: a existência de múltiplos canais de interação entre sociedades, a ausência de uma hierarquia fixa de prioridades, onde a segurança não ocupa necessariamente a posição central e a diminuição da relevância da força militar (Gallarotti, 2021).

De acordo com Gallarotti (2021), no livro *Social Theory of International Politics*, publicado em 1999, Alexander Wendt formula a versão mais influente do construtivismo, sintetizada na afirmação de que

a anarquia é o que os Estados fazem dela. Gallarotti (2021) argumenta que Wendt (1999) ao contrário do realismo, defende que as relações internacionais são moldadas por ideias, identidades e normas partilhadas, embora reconhecendo que, através do conceito de materialismo residual *(rump materialism)*, fatores materiais como capacidades militares, tecnologia e geografia exercem constrangimentos próprios. De acordo com Gallarotti (2021), a premissa central em torno do construtivismo é que os interesses dos Estados não são fixos, mas socialmente construídos através da interação, da aprendizagem e da socialização. Assim, segundo Gallarotti (2021), Wendt (1999) identifica três culturas de anarquia socialmente construídas: a Hobbesiana, na qual os Estados se olham como inimigos, a Lockiana, em que se olham como rivais e a Kantiana, na qual se olham como amigos. Embora o autor sugira uma evolução histórica em direção a um mundo mais *soft*, a natureza socialmente construída destas culturas faz com que estas funcionem como profecias autorrealizáveis (Gallarotti, 2021). Se os Estados acreditam estar num mundo Hobbesiano, agirão de acordo com essa crença, tornando-o real (Gallarotti, 2021). Para Gallarotti (2021), Wendt (1999) sugere uma evolução possível de inimigos para rivais e, por fim, para amigos, dando nota, no entanto que, vieses cognitivos dos decisores podem conduzir a uma sobrevalorização do *hard power* como salvaguarda contra cenários adversos. Assim, para Gallarotti (2021), a teoria de Wendt (1999), ao integrar elementos materiais e não materiais como ideacionais, reflete a complexidade que também caracteriza a política internacional contemporânea.

Perante todas estas diferentes definições e perspetivas relacionadas com o conceito de poder e de tudo o que ele envolve, Nye (2011a; 2011b) argumenta que o poder é um conceito contestado, sem uma definição universalmente aceite. Para Nye (2011a; 2011b), a sua formulação depende, em grande medida, dos interesses e valores de quem a adota. Por isso, entende-se que se torna fundamental que se adote uma definição adequada de poder para orientar este estudo. Deste modo, neste estudo, adota-se a definição de poder de Nye (2011a; 2011b) segundo a qual, o poder é a capacidade de influenciar o comportamento dos outros para alcançar os resultados desejados.

1.2. O conceito de *soft power*.

O conceito *soft power*, enquanto instrumento estratégico da política externa, foi cunhado por Joseph S. Nye que, em 1990, o introduziu no seu livro *Bound to Lead: the changing nature of American power*, tendo-se o conceito tornado central no discurso contemporâneo das Relações Internacionais, ao propor uma alternativa ao paradigma realista do *hard power* que incentiva mudanças de comportamento dos Estados através da coerção ou das ameaças (Kroenig, McAdam e Weber, 2010).

Para Nye (2017), a capacidade de influenciar os outros para alcançar determinados resultados pode manifestar-se de três formas: pela coerção (através do uso de ameaças), pelo pagamento (mediante incentivos económicos) ou pela atração e persuasão, quando se consegue que os outros desejem o

mesmo, sem recurso à força ou a compensações financeiras.

O conceito de *soft power* pretende explicar que os Estados podem exercer influência e promover os seus interesses nacionais através da atração, em detrimento da coerção (Nuruzzaman e Sarker, 2025). Tal influência assenta na mobilização de recursos não militares, como o capital cultural, a difusão de valores e princípios, bem como a disponibilização de bens públicos globais, entre os quais se destacam a ajuda ao desenvolvimento, a cooperação técnica e o recurso a mecanismos financeiros, tais como empréstimos e créditos (Nuruzzaman e Sarker, 2025).

Para Nye (2004c), o *soft power* consiste na capacidade de obter o que se pretende através da atração, em vez da coerção, resultado da atratividade da cultura, dos ideais políticos e das políticas de um Estado. Posteriormente, Nye (2011a), em resposta às críticas, aprofunda esta definição, afirmando que o *soft power*, numa aceção mais completa, corresponde à capacidade de influenciar os outros através de meios cooperativos, como a definição da agenda, a persuasão e a geração de atração positiva, de modo a alcançar os resultados desejados. Ainda segundo Nye (2004c), quando as políticas de um Estado são percecionadas como legítimas pelos outros, o seu *soft power* sai reforçado.

A diferença essencial entre *hard power* e o *soft power* reside nos mecanismos de influência. O primeiro assenta na coerção, recorrendo a recursos tangíveis e métodos diretos, enquanto o segundo atua através da atração, mobilizando recursos intangíveis e não coercivos (Gallarotti, 2011). Assim, o *hard power* tende a gerar maior conflito de interesses, ao obrigar outros Estados a agir contra a sua vontade, enquanto que o *soft power* induz comportamentos voluntários, reduzindo substancialmente o seu grau de oposição (Gallarotti, 2011).

Para Nye (2004c) o *hard power* e o *soft power* estão relacionados porque ambos são aspetos da capacidade de alcançar um objetivo influenciando o comportamento dos outros, sendo a distinção entre eles uma questão de grau, tanto na natureza do comportamento como na tangibilidade dos recursos. Como regra geral, o *soft power* opõe-se à prática do *hard power*, que implica o uso da força militar, sanções económicas e pressão diplomática para influenciar o comportamento de outros órgãos políticos (Rusakova et al., 2018).

De acordo com Nye (2004c), o *soft power* de um Estado assenta principalmente em três aspetos: a sua cultura, em contextos em que é atrativa para outros, os seus valores políticos, quando são respeitados tanto no plano interno como externo, e as suas políticas externas, quando são percecionadas como legítimas e dotadas de autoridade moral.

Em síntese, de acordo com Nuruzzaman e Sarker (2025) a essência do conceito de *soft power* reside na transição da coerção, seja militar, económica ou política, para uma forma de influência baseada na atração e na capacidade de moldar de maneira positiva o comportamento dos Estados. Essa dinâmica manifesta-se essencialmente através de três mecanismos (Nuruzzaman e Sarker, 2025): a

diplomacia pública, que se concretiza sobretudo em programas educativos, intercâmbios culturais e transmissões internacionais, a liderança institucional, exercida pela participação ativa e construtiva em fóruns multilaterais e em organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o *branding* do Estado, desenvolvido por meio de estratégias e campanhas cuidadosamente planeadas que projetam e reforçam uma imagem favorável do Estado, favorecendo a sua legitimação e aceitação no seio da comunidade internacional.

Embora o *soft power* tenha sido amplamente reconhecido como uma ferramenta eficaz nas relações internacionais, não está isento de críticas (Saaida, 2023). Kearn (2011) refere que este conceito, embora amplamente adotado fora da academia, permanece teórica e semanticamente ambíguo. Esta indefinição ajuda a explicar a sua difusão no discurso político, sustentada pela sua plausibilidade intuitiva e ampla aplicabilidade, o que contribui para a sua diluição. Assim, o conceito tende a ser reduzido a formulações próximas de noções clássicas como diplomacia prudente ou gestão de relações públicas internacionais, não acrescentando, por conseguinte, nada de verdadeiramente novo. Para Galarotti (2011), o conceito de *soft power* evoluiu pouco no plano teórico, com aplicações limitadas sobretudo à política externa dos EUA, faltando ainda, de acordo com este autor, considerar o impacto das mudanças na ordem internacional e as condições de decisão que permitem aos líderes utilizá-lo de forma eficaz. Manor e Golan (2020) defendem que o *soft power* tornar-se-á irrelevante, não pela sua dimensão teórica, mas sim pelo panorama político global em mudança. De acordo com estes autores, o século XXI será caracterizado por uma concorrência crescente entre três gigantes, China, Índia e EUA. Para enfrentar estes três Estados, os restantes Estados precisam criar alianças estratégicas de curto prazo para negociarem coletivamente com estes gigantes, sendo estas alianças baseadas em interesses comuns, e não em valores comuns. Deste modo, num mundo governado por uma concorrência crescente, em oposição à cooperação, a prática do *soft power* tornar-se-á secundária (Manor e Golan, 2020). Outros críticos sustentam ainda que o *soft power* é um conceito impreciso e de difícil mensuração, salientando ainda que incoerências nas ações podem enfraquecer a sua eficácia, comprometendo a credibilidade e a influência (Saaida, 2023). Mitrović (2022) refere que o *soft power* manifesta-se sobretudo ao nível estatal, dependendo simultaneamente das capacidades do emissor e das especificidades do recetor em indicadores como a diplomacia, a cultura, a educação e a inovação. A diversidade metodológica introduz subjetividade e tende a privilegiar Estados com maior poder relativo nestas dimensões (Mitrović, 2022).

De acordo com Saaida (2023) uma das críticas centrais ao *soft power* refere-se ao imperialismo cultural, em que valores de uma cultura dominante são utilizados para influenciar e transformar outras culturas. O *soft power* pode ser eficaz na formação de perceções e atitudes, mas nem sempre se traduz em resultados concretos, como a assinatura de tratados ou a resolução de conflitos (Saaida,

2023). Embora contribua para o fortalecimento de relações e a promoção da cooperação, o *soft power* pode não ser suficiente para atingir os objetivos estratégicos de um Estado, sobretudo quando outros Estados apresentam interesses ou valores divergentes (Saaida, 2023). Esta afirmação é facilmente verificada pelo efeito prático nulo do *soft power* empregue pela ONU com o objetivo de terminar com o conflito armado entre Israel e o Hamas na Palestina e com o conflito entre a Ucrânia e a Rússia. A ONU está a tornar-se cada vez mais irrelevante no panorama internacional ao não conseguir, por via diplomática, isto é, por via da utilização de *soft power*, terminar com estes dois grandes conflitos armados (Setiawan, 2025; Patel e Tiwari, 2024). De acordo com Yukaruç (2017) não é possível provar que um Estado muda o seu comportamento devido à utilização de *soft power* de outro Estado, sendo normalmente o poder e o sistema internacional as únicas variáveis para explicar o comportamento dos Estados.

Para Nye (2023) a eficácia do *soft power* varia conforme o contexto, sendo mais forte entre Estados com culturas semelhantes e em democracias, onde a opinião pública condiciona as decisões políticas. O seu impacto é difuso, gerando influência geral mais do que resultados imediatos. Apesar disso, desempenha um papel relevante na promoção da democracia, dos direitos humanos e da manutenção de mercados abertos. A sua medição, frequentemente baseada em sondagens, é útil, mas limitada, devido ao caráter efémero e impreciso desses dados (Nye, 2023).

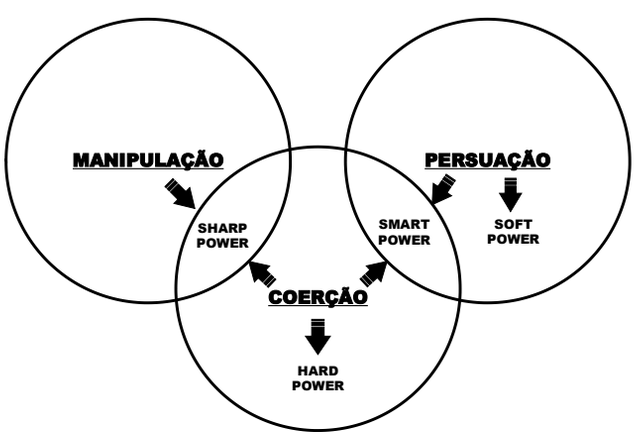
O conceito de *soft power* surgiu inicialmente associado à realidade própria dos EUA, mas posteriormente foi aplicado a nível global (Nye, 2023). O mundo não é apenas unipolar, multipolar ou caótico, de acordo com Nye (2023) ele incorpora simultaneamente essas três dimensões. Por isso, para Nye (2023) uma estratégia global eficaz precisa saber operar com diferentes tipos de poder em distintos domínios e ainda entender os equilíbrios entre eles. O conceito de *smart power* designa justamente a integração e a articulação eficazes entre diplomacia, defesa, desenvolvimento e outros instrumentos do poder, sejam estes mais *hard* ou mais *soft*. O conceito de *smart power*, foi criado por Nye (2011b) como resposta ao criticismo relacionado com a sua definição de *soft power* (Nuruzzaman e Sarker, 2025). Para Nye (2023) o conceito de *smart power*, consiste essencialmente na integração inteligente e na interligação da diplomacia, da defesa, do desenvolvimento e de outras ferramentas do chamado poder *hard* e *soft*. Esta abordagem foi explicitamente associada à política externa da administração Obama nos EUA e defendida por figuras como a então Secretária de Estado Hillary Clinton, que a via como a forma mais dinâmica de responder aos complexos desafios globais, desde o terrorismo à diplomacia (Nye, 2023). Segundo Nye (2023), o poder corresponde à capacidade de influenciar o comportamento dos outros para alcançar determinados objetivos. Assim, quando um Estado consegue definir a agenda ou moldar as preferências de outros, pode reduzir significativamente o recurso a incentivos ou punições, ainda que dificilmente consiga substituí-los por completo (Nye,

2023). Por isso, torna-se essencial adotar estratégias inteligentes que combinem os instrumentos do *hard power* e de *soft power* (Nye, 2023). Para além dos conceitos de *soft power*, que assenta na atração e na mobilização de recursos intangíveis e não coercivos, de *hard power*, baseado na coerção através de recursos tangíveis e métodos diretos, e de *smart power*, que combina a coerção do *hard power* com a atração do *soft power*, surge, em 2017, o conceito de *sharp power.*

O conceito de *sharp power* foi criado por Walker e Ludwig (2017) como forma de descrever o modo de atuação de alguns Estados autoritários, como a Rússia e a China. Para Walker e Ludwig (2017), o que até hoje se entendia como uma forma de *soft power* de natureza autoritária, exercido por Estados autocráticos ou regimes repressivos como a China ou a Rússia, é melhor categorizado como *sharp power*. Este conceito descreve a forma como tais atores penetram nos Estados-alvo, manipulando e distorcendo a informação disponível, com o objetivo de aumentar a sua influência política. Deste modo, de acordo com Walker e Ludwig (2017), o *sharp power* é utilizado por regimes autoritários para explorar divisões internas nas democracias, de forma subtil e difícil de detetar, aproveitando-se da abertura do ambiente de informação típico das sociedades democráticas. Diferente do *soft power*, que busca a atração, o *sharp power* possui uma essência agressiva e manipuladora, projetando valores autoritários como o controle, a censura e a lealdade forçada, transformando os Estados alvo em vítimas (Walker e Ludwig, 2017). Deste modo, de acordo com Pizzolo (2024), o *sharp power* depende fortemente de atividades de propaganda e desinformação para atingir os seus objetivos e assim, de acordo com Skoneczny e Cacko (2021) recorre a ações agressivas realizadas com o uso de métodos que imitam elementos de *soft power*, a fim de manipular a imagem de um determinado Estado (ou outras entidades das relações internacionais), desestabilizar o seu sistema sociopolítico ou forçar determinadas ações por parte das suas autoridades.

A figura 1, adaptada de Pizzolo (2024, p.4), representa conceptualmente o *hard power*, o *soft power*, o *smart power* e o *sharp power* em relação aos conceitos de coerção, de persuasão e de manipulação.

Figura 1 - Diferentes tipologias de poder



Fonte: Adaptado de Pizzolo (2024, p. 4)

O sistema internacional atual está em mutação devido ao impacto das tecnologias de informação, das redes sociais, do enfraquecimento da ONU na gestão de conflitos e do surgimento de novos atores como a China e a India, que conduzem à necessidade de uma diplomacia mais inovadora na gestão destes enormes desafios (Teodosiev, 2024). Apesar destas situações poderem sugerir uma diminuição da importância do *soft power*, a realidade pode ser contrária (Anheier et al., 2023). De acordo com Anheier et al. (2023), muito embora o poder militar e económico continue a ser relevante, a dimensão ideológica desses conflitos, muitas vezes apresentados como uma disputa entre autocracia e democracia e, a necessidade de compreensão e confiança mútua tendem a fortalecer o papel das políticas culturais externas e a relevância do *soft power*.

De acordo com Nye (2022) a invasão da Ucrânia pela Rússia tornou-se um laboratório em tempo real para o estudo do poder no século XXI, demonstrando de forma inequívoca que o *soft power* não é um mero complemento, mas sim um multiplicador de força para o *hard power*. Para Nye (2022), de um lado, temos o impressionante poderio militar (*hard power*) da Rússia e do outro, a resposta estratégica da Ucrânia, que mobilizou o poder da influência (*soft power*) para alterar o cálculo político das nações ocidentais ao apresentar-se como uma nação atrativa e heroica, tendo mobilizado um apoio internacional que, de outra forma, seria mais difícil de obter. Por outro lado, a guerra na Ucrânia comprometeu severamente o *soft power* da Rússia com uma queda significativa da sua reputação internacional (Soodovar, 2022). De acordo com este autor, a Rússia projetava-se, antes da invasão da Ucrânia, como defensora da soberania e explorava as fragilidades das democracias ocidentais para se apresentar como alternativa à ordem liderada pelos EUA e pelo Reino Unido (Soodovar, 2022). Contudo, essa narrativa colapsou com a invasão, deixando a Rússia amplamente percecionada como um ator beligerante, com exceção de apoios pontuais vindos da China, da Índia e de algumas partes do Médio Oriente (Soodovar, 2022).

Para Nye (2025), depois da Segunda Guerra Mundial, os EUA emergiram como potência dominante e procuraram institucionalizar os seus valores através da chamada ordem internacional liberal, estruturada em organismos como a ONU. Nye (2025) argumenta que, em contraste com presidentes anteriores, o Presidente Donald Trump rejeitou abertamente a relevância do *soft power*, evidenciado pela saída do Acordo de Paris e da OMS, da coerção que utilizou sobre aliados como a Dinamarca ou o Canadá, do enfraquecimento da Agência para o Desenvolvimento Internacional, da aplicação de tarifas comerciais a países amigos, tendo todas estas orientações fragilizado a confiança entre os seus aliados, reavivado perceções de imperialismo, enfraquecido a credibilidade democrática dos EUA e criado espaço para a afirmação de rivais autoritários como a China (Nye, 2025).

Mais do que políticas unilaterais, a rejeição crescente dos valores e ideais liberais, a desvalorização das instituições democráticas e a liderança ineficaz precipitarão uma erosão significativa do *soft power*

dos EUA, o que prejudicará significativamente a política externa americana (Kearn, 2023). Um declínio acentuado do *soft power* americano e a concomitante retirada da liderança dos EUA terão, obviamente, implicações significativas para a natureza da política internacional favorecendo a transição para um mundo multipolar, marcado pela competição entre grandes potências e pelo declínio da ordem liberal internacional (Kearn, 2023).

Para Nye (2025), a China é o principal Estado que se esforça para preencher as lacunas de liderança global deixadas pelo recuo americano. Em 2007 o *soft power* foi formalmente adotado como parte da estratégia externa do país no 17° Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, e o ex-presidente Hu Jintao apelou oficialmente a uma renovação da cultura socialista (Ferreira-Pereira e Pinto, 2021). Um bom exemplo da aplicação do *soft power* da China é o Instituto Confúcio (Luqiu e McCarthy, 2019). Conforme refere Luqiu e McCarthy (2019), o primeiro Instituto Confúcio foi inaugurado em Seul, em 2004, e desde então expandiu-se amplamente pelo mundo. De acordo com o site oficial da Hanban, em 2024 já existiam 500 Institutos em 161 países e 763 salas de aula com mais de 20.000.000 de estudantes.

Os Institutos Confúcio são administrados e parcialmente financiados pelo Gabinete do Conselho Internacional da Língua Chinesa (*Office of Chinese Language Council International - Hanban*), uma organização sob a autoridade do Ministério da Educação da China, e são comparáveis aos seus homólogos internacionais em termos de tarefas e serviços fundamentais, nomeadamente o ensino da sua língua, a divulgação da sua cultura a pessoas de outras nações e a realização de intercâmbios culturais (Hartig, 2016). O presidente Xi Jinping destacou a importância dos Institutos Confúcio na promoção da cultura chinesa, enquanto a iniciativa *One Belt, One Road* abriu novas oportunidades para sua expansão como instrumento de *soft power* (Luqiu e McCarthy, 2019). A iniciativa *One Belt, One Road* da China, lançada pelo presidente Xi Jinping em 2013, é um dos projetos de diplomacia pública e comércio internacional mais significativos do século, com o objetivo de conectar a China à Ásia, Europa e além, por meio de extensas redes económicas e de infraestrutura (Voon e Xu, 2020).

Em contraste com a expansão do *soft power* da China, promovida através da iniciativa *One Belt, One Road* e dos Institutos Confúcio, o *soft power* dos EUA atravessa, sob a presidência de Donald Trump, um período de declínio, situação que, em certa medida, também parece refletir-se na UE (Luqiu e McCarthy, 2019).

Historicamente, a UE tem privilegiado o uso do *soft power* para exercer influência e aproximar países vizinhos das suas normas e valores. Por meio de planos de ação, acordos comerciais e de financiamento, entre outros instrumentos, a UE tem procurado projetar a sua visão, ainda que com resultados discutíveis (Dumitru, 2022). Devido à guerra entre Israel e o Hamas, o *soft power* da UE no mundo árabe encontra-se a atravessar uma crise de credibilidade sem precedentes, marcada pela

perceção de duplicidade de critérios, sobretudo quando se compara com as posições da UE face à Ucrânia e a Gaza (Lynch, 2024). Essa incoerência enfraquece tanto a legitimidade da UE a nível internacional como a relação com a sociedade civil árabe (Lynch, 2024). A recuperação dessa credibilidade dependerá do alinhamento efetivo entre os princípios universais que a UE proclama e das suas ações concretas Lynch (2024).

1.3. A nova diplomacia pública como um dos principais instrumentos do *soft power*

De acordo com Cull (2008a), o termo diplomacia pública foi cunhado em 1965 por Edmund Gullion, Reitor da Fletcher School of Law and Diplomacy da Tufts University e ilustre diplomata aposentado, quando fundou o Edward R. Murrow Center of Public Diplomacy. Cull (2009) define a diplomacia como os mecanismos, exceto os de guerra, empregues por um ator internacional para gerir o ambiente internacional. De acordo com Cull (2009), este ator pode ser um Estado, uma empresa multinacional, uma organização não governamental, uma organização internacional, uma organização terrorista, organização paramilitar apátrida ou um outro qualquer ator que se apresente no palco mundial. Para Cull (2009), a diplomacia pública consolidou-se como um instrumento central da política externa contemporânea, distinguindo-se da diplomacia tradicional. Enquanto a diplomacia tradicional privilegia a interação entre Estados e outros atores internacionais, normalmente à porta fechada e no recato dos gabinetes, a diplomacia pública concentra-se no envolvimento direto com públicos estrangeiros, com o objetivo de gerir o ambiente internacional (Cull, 2009). Assim, de acordo com Cull (2009), podem ser estabelecidas duas definições de base: a diplomacia tradicional, entendida como o esforço de um ator internacional para gerir o ambiente internacional através do envolvimento com outro ator internacional e a diplomacia pública, definida como o esforço de um ator internacional para gerir o ambiente internacional através do envolvimento com um público estrangeiro. Segundo Wüst e Nicolai (2023), a diplomacia pública compreende um leque de ações variadas, conduzidas por atores estatais e não estatais, que vão desde a ajuda humanitária, bolsas de estudo e programas de intercâmbio até iniciativas de radiodifusão, conferências, campanhas de comunicação, eventos simbólicos e a atuação de instituições no estrangeiro. Quando coordenadas de forma estratégica, essas medidas podem contribuir para a construção de uma *nation brand,* isto é, uma reputação internacional sólida e coerente. Essa imagem global assenta em múltiplos fatores, como a qualidade dos bens exportados, o respeito por normas internacionais, nomeadamente os direitos humanos, a hospitalidade percebida da população, a valorização da cultura e do património nacional, bem como a atratividade das políticas internas e externas para turistas, investidores e migrantes (Wüst e Nicolai, 2023).

De acordo com Cull (2009), a prática da diplomacia pública evoluiu significativamente, levando os académicos a falar de uma nova diplomacia pública onde se reconhece as transformações que, entretanto, ocorreram no cenário internacional, na tecnologia e na própria forma como a comunicação

é efetuada. Entre essas transformações, de acordo com Cull (2009), destacam-se a crescente presença de atores não estatais, com particular relevo para as Organizações Não Governamentais; o recurso a novas tecnologias globais e em tempo real, sobretudo a Internet, como principal canal de comunicação com o público internacional; o esbatimento das fronteiras entre as esferas mediáticas nacionais e internacionais; a substituição da lógica propagandística por abordagens inspiradas tanto no *marketing,* como o *nation branding* e o *place branding*, quanto na teoria da comunicação em rede. Cull (2009) sublinha ainda a adoção de uma nova terminologia, em que expressões como prestígio e imagem internacional cedem lugar a conceitos como *soft power* e *branding* assim como a transição do modelo vertical hierarquizado, característico da Guerra Fria, para uma lógica de contacto interpessoal e de facilitação do diálogo, privilegiando o esclarecimento mútuo. Por fim, salienta a centralidade da construção de relações, que pode envolver não apenas o ator e um público estrangeiro, mas também diferentes públicos estrangeiros entre si, assumindo o ator o papel de mediador. Apesar dessas mudanças, de acordo com Cull (2009) o objetivo essencial da diplomacia pública que é a gestão do ambiente internacional, mantém-se constante.

A tabela 1, adaptada de Cull (2009), resume as principais diferenças entre a diplomacia pública e a nova diplomacia pública.

Tabela 1 - Diferenças entre a diplomacia pública e a nova diplomacia pública

Características dominantes	**Diplomacia pública**	**Nova Diplomacia pública**
1) Identidade do ator internacional.	Estado.	Estados e não Estados.
2) Ambiente tecnológico.	Rádio de ondas curtas, jornais impressos, telefones fixos.	Satélite, Internet, notícias em tempo real, telemóveis.
3) Ambiente mediático.	Linha clara entre a esfera das notícias nacionais e internacionais.	Esbatimento das fronteiras entre as esferas noticiosas nacional e internacional.
4) Fonte da abordagem.	Resultado da defesa política e da teoria da propaganda.	Resultado da marca corporativa e da teoria das redes.
5) Terminologia.	Imagem internacional. Prestígio.	*Soft power.* Marca nacional.
6) Estrutura da função.	De cima para baixo, ator para população estrangeira.	Horizontal, facilitado pelo ator.
7) Natureza da função.	Mensagens direcionadas.	Construção de relações.
8) Objetivo geral.	A gestão do ambiente internacional.	A gestão do ambiente internacional.

Fonte: Adaptado de Cull (2009, p. 14).

De acordo com Cull (2009), a diplomacia pública não deve ser entendida como uma atividade única, mas sim como um conjunto de cinco dimensões centrais, cada uma com métodos, prazos e fontes de credibilidade próprios. Compreender esses pilares (escuta, *advocacy*, diplomacia cultural, intercâmbio e radiodifusão internacional) é fundamental para perceber o seu funcionamento na prática (Cull, 2008a; Cull, 2009; DIPLOCAT, 2019). A escuta consiste na recolha e análise de perceções de públicos estrangeiros, com o objetivo de orientar políticas e estratégias de comunicação, constituindo a tarefa central de qualquer diplomata e o ponto de partida da diplomacia pública. A promoção ou difusão de interesses (*advocacy*) corresponde à tentativa de um ator gerir o ambiente internacional através de atividades de comunicação destinadas a promover ativamente uma determinada política, ideia ou os seus interesses gerais junto do público estrangeiro. A dimensão cultural traduz-se na partilha de expressões culturais com vista a gerar compreensão e admiração duradouras, fortalecendo laços de afinidade, seja pela divulgação dos seus recursos e realizações culturais no estrangeiro, seja pela facilitação da transmissão cultural além-fronteiras. O intercâmbio, especialmente o estudantil favorece a criação de laços duradouros entre comunidades distintas, através do envio e acolhimento de estudantes. O Programa Erasmus é frequentemente apontado como um caso de sucesso nesse domínio. Por fim, a radiodifusão internacional corresponde à comunicação direta com públicos estrangeiros por meio da rádio, televisão ou internet, privilegiando a difusão credível de informação (Cull, 2008a; Cull, 2009; DIPLOCAT, 2019).

O *soft power*, tal como formulado por Joseph Nye, corresponde à capacidade de alcançar objetivos por meio da atração e da cooptação (Hartig, 2016). As suas principais fontes residem na cultura, nos valores políticos e na política externa de um país. Há, contudo, consenso de que a diplomacia pública constitui o principal instrumento de projeção desse poder e de comunicação de imagens positivas (Hartig, 2016; Zacharias, 2021). Segundo Cull (2009), a diplomacia pública funciona como um meio de projeção do *soft power*, mas não deve ser confundida com ele, assim como o exército não se confunde com o *hard power*. Para Wüst e Nicolai (2023) a diplomacia cultural é um dos pilares da diplomacia pública e utiliza a cultura de uma nação, incluindo língua, religião, história, arte e valores, como recurso estratégico para projetar uma imagem externa positiva e reforçar o *soft power*. Por meio de atividades como festivais, exposições, ensino de línguas, bolsas de estudo que promovem a mobilidade ou a atuação de instituições especializadas (por exemplo, Institut Français, Goethe Institut ou Confucius Institute), promove-se o diálogo intercultural e constrói-se uma *nation brand* capaz de gerar admiração e influenciar públicos estrangeiros em prol de objetivos de política externa (Wüst e Nicolai, 2023).

1.4. O papel do ensino superior como elemento de *soft power*

A essência do ensino superior transcende fronteiras, tendo o conhecimento em diferentes áreas e a lógica científica um caráter universal, fazendo com que, a busca pelo saber não deva ser restringida por limites geográficos, assumindo as universidades, mais do que a maioria das instituições, uma vocação internacional (Teichler, 2012). De acordo com Ferreira-Pereira e Pinto (2021) a Estratégia Global da União Europeia reconhece o ensino superior como um instrumento central de projeção dos seus valores e interesses. Perante a volatilidade das relações políticas, a diplomacia educacional e cultural surge como um meio resiliente e custo-efetivo de fortalecer a autonomia estratégica da UE, assegurando influência duradoura e promovendo os seus valores de forma subtil, através da construção de laços estáveis e cooperativos a nível global (Ferreira-Pereira e Pinto, 2021).

São vários os estudos que referem a importância da educação como um elemento de *soft power* na política externa (Ferreira-Pereira e Pinto, 2021; Nye, 2004c; Amirbek and Ydyrys, 2014; Wojciuk et al., 2015; Bhardwaj e Kumar, 2023). Segundo Bhardwaj e Kumar (2023), o ensino superior representa um elemento crucial da diplomacia cultural e um pilar fundamental na consolidação do *soft power* de um país (Bhardwaj e Kumar, 2023). Para a American Immigration Law Foundation (2003) a capacidade de uma nação para atrair e persuadir, é um componente fundamental da sua influência global. Os programas de intercâmbio estudantil são um dos seus veículos mais eficazes pois, as experiências pessoais, as redes de contactos e as relações formadas nos *campi* universitários americanos. Quando estes estudantes regressam aos seus países de origem, tornam-se embaixadores não oficiais dos EUA, partilhando as suas experiências positivas e fomentando uma compreensão mais profunda dos valores e da cultura americana (American Immigration Law Foundation, 2003).

A 7 de agosto de 2001, o então Secretário de Estado Colin L. Powell (Powell, 2001), proferiu uma declaração na Semana Internacional da Educação onde referiu "We are proud that the high quality of American colleges and universities attracts students and scholars from around the world. These individuals enrich our communities with their academic abilities and cultural diversity, and they return home with an increased understanding and often a lasting affection for the United States. I can think of no more valuable asset to our country than the friendship of future world leaders who have been educated here." Os dados confirmam esta perspetiva de forma impressionante, pois em 2003, de acordo com American Immigration Law Foundation (2003) estimava-se que 46 chefes de estado e 165 antigos chefes de estado eram produto do ensino superior americano. Esses líderes, por terem vivenciado diretamente com a sociedade americana, eram frequentemente considerados mais propensos a desenvolver parcerias económicas, políticas e de segurança alinhadas com os interesses dos EUA (American Immigration Law Foundation, 2003). Nye (2004d) argumenta no mesmo sentido ao referir que as universidades podem ser consideradas pontes para o mundo e deste modo, o ensino

superior e a mobilidade estudantil figuram entre os instrumentos mais eficazes de *soft power*. Ao acolher estudantes estrangeiros nas suas universidades, um país não se limita a transmitir conhecimento técnico, partilha também a sua visão do mundo, os seus valores e a sua cultura (Nye, 2004d). Nye (2004d) dá como exemplo o caso do estudante Aleksandr Yakovlev que, em 1958, enquanto estudante soviético passou um ano a estudar na Universidade de Columbia, nos EUA, com o cientista político David Truman, tendo as experiências e as ideias com que contactou influenciado profundamente a sua forma de ser e de pensar. Décadas mais tarde, Aleksandr Yakovlev tornou-se um dos principais conselheiros de Mikhail Gorbachev e uma força liberalizadora fundamental por trás das reformas da Perestroika e da Glasnost na União Soviética (Nye, 2004d).

Wojciuk et al. (2015) exploram o papel frequentemente negligenciado da educação como fonte e instrumento de *soft power* nas relações internacionais, conceptualizando o *soft power* educativo e analisando-o através de exemplos concretos da República Popular da China e da Finlândia. De acordo com Wojciuk et al. (2015), o *soft power* educativo opera através de três mecanismos principais. Em primeiro lugar, a educação funciona como veículo de valores, exercendo poder de atração por refletir princípios universais que inspiram outras sociedades, indo além da mera transmissão de conhecimento técnico para expressar um ideal de convivência e progresso. O modelo da Finlândia destaca-se pela promoção da igualdade, equidade e bem-estar, simbolizando uma visão de sociedade justa e próspera, enquanto o modelo da China atrai dando ênfase à modernização, competitividade e desenvolvimento rápido, servindo de referência para países que procuram crescimento acelerado. Em segundo lugar, a educação constitui um recurso nacional, na medida em que o *soft power* educativo assenta em recursos tangíveis e intangíveis que conferem prestígio e capacidade de atração a um país, impulsionando talento, investimento e cooperação. A Finlândia evidencia-se pela qualidade reconhecida do seu sistema de ensino, validada por avaliações internacionais como o *Programme for International Student Assessment*, enquanto a China projeta influência através da sua dimensão e internacionalização, refletidas na atração significativa de estudantes estrangeiros, na rede global dos Institutos Confúcio e na expansão universitária além-fronteiras. Por fim, a educação pode ser uma ferramenta de política, tornando-se um instrumento estratégico de política interna e externa e uma forma deliberada de *soft power*. Tanto a Finlândia como a China utilizam a sua experiência na cooperação para o desenvolvimento, reforçando laços diplomáticos e difundindo valores. A Finlândia integra o sucesso do seu sistema educativo na sua estratégia de *nation branding*, projetando-se como um país inovador e socialmente responsável, enquanto a China recorre aos Institutos Confúcio e aos intercâmbios académicos para melhorar a sua imagem internacional e consolidar relações duradouras (Wojciuk et al., 2015). Deste modo, para Wojciuk et al., (2015) estes três mecanismos formam um modelo conceptual integrado, demonstrando como a educação se traduz em influência internacional

de forma sistémica.

Para Amirbek e Ydyrys (2014) o sistema educacional é uma das esferas de vital importância para um país, levando a sua degradação à degradação de toda a nação, enquanto que o seu fortalecimento e internacionalização transformam-no num instrumento essencial para alcançar e manter o domínio na arena política global. A própria natureza do *soft power* dita que a sua eficácia só pode ser avaliada a longo prazo. Ainda de acordo com a Amirbek e Ydyrys (2014), a cultura e os valores levam tempo a difundir-se e a criar raízes, mas uma vez que o fazem, permanecem profundamente enraizados por muito tempo. A influência conquistada através do conhecimento é mais subtil, mas também mais resiliente do que a obtida pela força (Amirbek e Ydyrys, 2014). Deste modo, para Nye (2004d), a educação, a cultura e os valores não são apenas aspetos positivos, são de facto ferramentas de poder tão importantes como os exércitos e a economia, já que permitem que um país influencie o mundo através da atração, construindo alianças e cooperação em vez de gerar ressentimento através da força. Gauttam et al. (2024) identifica seis condições essenciais para que a educação se afirme como um recurso de *soft power.* Em primeiro lugar, um país deve dispor de valores culturais e políticos atrativos e de uma economia moderna capaz de satisfazer as suas necessidades básicas, assegurando um investimento razoável no setor educativo. Em segundo lugar, é fundamental formular uma política internacional de ensino superior, integrando a estratégia educativa nacional no espaço educacional e científico global, com o objetivo de atrair estudantes estrangeiros. Para tal é importante estabelecer parcerias internacionais, promover programas de intercâmbio académico e estudantil e disponibilizar apoio financeiro no âmbito da internacionalização. Em terceiro lugar, a existência de instituições de renome e de ensino de qualidade constitui um ativo determinante. O país deve contar, idealmente, com pelo menos uma universidade bem posicionada em *rankings* internacionais, promover conferências internacionais e multidisciplinares e apostar na ciência e tecnologia, na investigação, na inovação e em infraestruturas adequadas. Em quarto lugar, importa garantir condições de acolhimento de excelência para estudantes internacionais, tanto a nível académico, com currículos internacionalizados, oferta de cursos de curta e longa duração, pedagogia inclusiva, ambiente académico estimulante, formação linguística e perspetivas de empregabilidade, como a nível não académico, assegurando condições adequadas de alojamento, facilitação de vistos e oportunidades de contacto com os valores culturais e políticos do país através de exposições e festivais. A quinta condição prende-se com a promoção da mobilidade bidirecional de estudantes, enviando e recebendo estudantes internacionais, por meio de bolsas, programas de intercâmbio, graus conjuntos entre instituições e acordos de cooperação ou memorandos de entendimento. Por fim, são necessários objetivos de política externa claros e bem definidos, articulados com a política educativa, para que a diplomacia educativa produza resultados concretos. No caso dos países em desenvolvimento, a

internacionalização do ensino superior pode, por um lado, contribuir para o fortalecimento do seu sistema científico e inovador através da cooperação com as melhores universidades do Norte Global e, por outro, reforçar o seu *soft power* mediante a intensificação da cooperação Sul-Sul no domínio da educação (Gauttam et al., 2024).

Figura 2 - Condições essenciais para que a educação seja um recurso de *soft power*



Fonte: Adaptado de Gauttam et al. (2024, p. 18)

O ensino superior consolida-se como uma componente integral e poderosa da política externa na era moderna, residindo a sua capacidade de gerar *soft power* na atração de talentos, na disseminação de valores e na criação de redes de influência duradouras (Gautam et al., 2024).

1.5. O *soft power* e a mobilidade académica

A cultura e a educação são um dos instrumentos mais eficazes do *soft power* (Amirbek e Ydyrys, 2014; Wojciuk et al., 2015) devido a transformações globais significativas (Wojciuk et al., 2015). São essenciais para a competitividade económica numa economia baseada no conhecimento, promove valores universais como a igualdade e o empoderamento e, investe no potencial futuro de um país, fortalecendo a sua capacidade de inovação, criatividade e dinamismo social, além de atrair atenção e confiança internacional (Wojciuk et al., 2015).

O *soft power* de um Estado visa criar um ambiente favorável à cooperação na resolução de desafios internos, regionais e globais, contudo, o seu desenvolvimento requer tempo e investimento contínuo em capital, conhecimento, recursos e políticas adequadas (Bhardwaj e Kumar, 2023).

Para Gauttam et al. (2024), a existência de universidades de renome mundial constitui a pedra angular de qualquer estratégia de *soft power* educacional. Instituições de prestígio, reconhecidas em *rankings* internacionais e com uma forte componente de investigação, funcionam como um íman

para os melhores estudantes, académicos e investigadores de todo o mundo. Por outro lado, ainda de acordo com Gauttam et al. (2024), os programas de bolsas de estudo e intercâmbio são ferramentas centrais para atrair estudantes estrangeiros, especialmente de regiões estrategicamente importantes. Ao remover barreiras financeiras, os países podem selecionar talentos e futuros líderes, proporcionando-lhes uma imersão na sua cultura e sistema de valores (Gauttam et al., 2024). Assim, o ensino superior desempenha um papel central na diplomacia cultural. Instituições como o British Council, as bolsas Fulbright, o Instituto Cervantes, o Goethe-Institut, a Alliance Française e o Instituto Confúcio exemplificam como a educação e a investigação podem promover colaborações e difundir cultura, contribuindo para uma compreensão mútua e para o fortalecimento do *soft power* a nível regional e global (Bhardwaj e Kumar, 2023).

Nesta sequência, melhorar a mobilidade estudantil constitui um dos objetivos centrais do Espaço Europeu do Ensino Superior e uma prioridade fundamental na agenda da UE para a modernização do ensino superior. Conforme sublinha o Conselho da União Europeia (2011), trata-se de uma das formas fundamentais pelas quais os jovens podem reforçar a sua empregabilidade futura, a sua consciência intercultural, o seu desenvolvimento pessoal, a criatividade e a cidadania ativa.

A mobilidade internacional no ensino superior tem sido definida como períodos de estudo ou trabalho no estrangeiro integrados em programas institucionais e distintos da mobilidade virtual, mas também como a circulação transnacional de estudantes e académicos para fins de ensino e investigação (Larbi e Ashraf, 2019). Para Sweeney (2010) a mobilidade consiste em qualquer tipo de intercâmbio, estágio ou visita de estudo de estudantes ou docentes, investigadores ou *staff* de apoio, seja por um curto período ou por um período mais longo, durante um semestre ou um ano inteiro. A mobilidade académica não se limita à experiência individual, mas integra-se numa rede global de conhecimento que envolve a circulação de pessoas, ideias e recursos no ensino superior e na investigação, através de estudantes, académicos e *staff* em diferentes fases das suas carreiras (Shen et al., 2022).

Para Dressler et al. (2021) o intercâmbio é um convite para abrir portas para o mundo e ampliar horizontes e, tal como uma vista aérea revela padrões invisíveis do solo, a experiência de viver fora permite compreender melhor como as coisas se conectam. Deste modo, mais do que aprender uma língua ou partilhar recursos pedagógicos, o intercâmbio é sobretudo um exercício de conexão e cooperação, favorecendo a compreensão cultural, alargando perspetivas, aprofundando a aprendizagem e fortalecendo o apreço pela diversidade (Dressler et al., 2021).

A mobilidade estudantil entre instituições de ensino superior promove o intercâmbio cultural e cria pontes entre comunidades sendo diferente de outras dimensões da integração europeia, muitas vezes burocráticas e distantes, fazendo mais pela aproximação dos europeus do que muitos outros instrumentos da UE (Agência Nacional PROALV, 2012). Como refere o Comunicado de 2009 da

Conferência dos Ministros Europeus responsáveis pelo ensino superior (European Commission, 2009), a mobilidade académica melhora a qualidade do ensino e da investigação, reforça a internacionalização académica e cultural, promove o desenvolvimento pessoal e a empregabilidade, fomenta o respeito pela diversidade e o pluralismo linguístico e, estimula a cooperação e a concorrência entre as instituições de ensino superior. Historicamente, a UE tem centrado o *soft power* como instrumento para exercer influência e aproximar os países vizinhos de suas normas e valores. Através de planos de ação, acordos comerciais, programas de financiamento e outros mecanismos de *soft power*, a UE tem procurado projetar seus valores e normas, alcançando níveis de sucesso que continuam a ser debatidos (Dumitru, 2022). Um dos indicadores que é utilizado para medir o *soft power* de um país é o número de estudantes internacionais que acolhe (Bislev, 2017). Para Bislev (2017), se entendermos o *soft power* como poder de atração, então esses estudantes funcionam como uma ferramenta eficaz, já que pesquisas realizadas mostram uma melhoria das atitudes em relação ao país anfitrião após a experiência no exterior. Para além disso, Bislev (2017) refere que, no caso da China, tanto estudantes chineses no Ocidente quanto estudantes ocidentais na China tendem a ver-se como representantes dos seus países, atuando, consciente ou inconscientemente, como embaixadores estudantis.

De acordo com Yang (2010) e Hartig (2016) a China é um dos Estados que investe fortemente na educação como *soft power* para se afirmar como um ator global relevante, reconhecendo o papel estratégico do ensino superior e da mobilidade académica de estudantes na expansão de sua influência. Um dos principais instrumentos dessa estratégia são os Institutos Confúcio, centros de ensino de língua e cultura chinesa vinculados a universidades em vários países do mundo, que também divulgam indiretamente o modelo de governação do país (Yang, 2010; Hartig, 2016). Luqiu e McCarthy (2019) realizaram um estudo para ajudar a demonstrar como e por que a iniciativa chinesa de *soft power* com base nos Institutos Confúcio tem sido bem-sucedida nos EUA. De entre as várias formas de cooperação, os Institutos Confúcio financiam a mobilidade académica de docentes e estudantes para a China, contribuindo para ampliar os horizontes dos participantes (Luqiu e McCarthy, 2019). Este estudo demonstra que o governo chinês orienta a sua cooperação para universidades públicas de maior prestígio, uma estratégia que se revela eficaz num contexto de restrições orçamentais. Segundo Luqiu e McCarthy (2019), para estas instituições, o financiamento externo constitui um recurso valioso para sustentar cursos e departamentos afetados por cortes orçamentais, beneficiando tanto os indivíduos como as próprias universidades. Deste modo, ao ganhar legitimidade através dessas parcerias, o modelo dos Institutos Confúcio tende a ser replicado noutros países, facilitando a implementação da estratégia de *soft power* do Partido Comunista Chinês pelo mundo fora (Luqiu e McCarthy, 2019).

Por sua vez, a UE, reconhece o ensino superior como instrumento de projeção dos seus valores e interesses num contexto geopolítico volátil. Inspirada pelo contributo de ex-alunos em programas de mobilidade académica como o Erasmus ou o Erasmus Mundus, esta visão reforça o papel da educação na promoção da paz e da prosperidade (Ferreira-Pereira e Pinto, 2021). De acordo com Ferreira-Pereira e Pinto (2021) o Programa Erasmus+ de mobilidade académica, integrando vários programas anteriores, como o Erasmus e o Erasmus Mundus numa estrutura unificada e financeiramente robusta, afirmou-se ao longo do tempo como um instrumento de *soft power* resiliente e extraordinariamente eficaz na diplomacia de parcerias estratégicas da UE.

A evolução do Erasmus+ de um simples programa de mobilidade académica para uma dimensão estratégica da política europeia resulta de um processo contínuo de expansão em escala, âmbito e ambição tendo-se tornado um instrumento de *soft power* institucional, ao promover a harmonização educativa e contribuindo para a construção de uma identidade europeia partilhada (Polstiankina, 2024).

Capítulo 2 - O Programa Erasmus+

2.1. A origem, a evolução e os objetivos do Programa Erasmus+

A criação do Programa Erasmus não constituiu um acontecimento isolado, mas antes o culminar de um processo político e filosófico prolongado, enraizado nas dinâmicas de reconstrução e unificação europeia após a segunda grande guerra. A sua génese está indissociavelmente ligada à consolidação de uma identidade europeia partilhada, projetada através da educação e da mobilidade estudantil como instrumentos estratégicos de integração e coesão sociopolítica (Ruszel, 2018).

De acordo com Leitão e Valente (2018), as origens da mobilidade estudantil europeia remontam ao Renascimento, quando o intercâmbio de conhecimento além-fronteiras era considerado essencial ao progresso intelectual. No pós-guerra, a Declaração Schuman (1950) que conduziu à criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, precursora da atual União Europeia e o Tratado de Roma (1957) que criou a Comunidade Económica Europeia, criaram as bases políticas para essa visão, ao promoverem a solidariedade europeia e a livre circulação (Leitão e Valente, 2018). Na década de 1970, surgiram as primeiras iniciativas de convergência educativa, como o Relatório Janne, intitulado de *Para uma Política Comunitária na Educação*, o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop) e o Programa de Ação em Matéria de Educação, que culminaram nos *Joint Study Programmes* (1976–1984), antecessores diretos do Erasmus, permitindo a mobilidade e o reconhecimento mútuo de qualificações entre universidades europeias (Leitão e Valente, 2018).

Para Ruszel (2018) a criação de estruturas supranacionais, como a Comunidade Económica Europeia, forneceu o enquadramento para a cooperação transnacional. Embora inicialmente centrado na economia, o projeto europeu valorizou rapidamente a educação e a cultura, ao estabelecer já em 1976 as bases para uma política educativa comum e a promover a mobilidade académica através dos sistemas de ensino de línguas estrangeiras (Ruszel, 2018).

O Programa Erasmus deve o seu nome ao humanista e teólogo holandês Desiderius Erasmus de Roterdão (1467–1536), um académico conhecido pelas suas extensas viagens pela Europa (Vossensteyn, Lanzendorf e Souto-Otero, 2008). A sua vida de académico itinerante, marcada pela circulação entre universidades e centros de saber europeus, constitui uma imagem perfeita do espírito de mobilidade e intercâmbio cultural que o programa visava institucionalizar (Ruszel, 2018). Erasmus deixou um legado à Universidade de Basileia para financiar bolsas de mobilidade, estabelecendo assim as bases dos atuais ideais do Programa Erasmus, que valoriza a mobilidade e o desenvolvimento académico e profissional através da aprendizagem (Vossensteyn, Lanzendorf e Souto-Otero, 2008). Erasmus é também o acrónimo de **E**u**R**opean Community **A**ction **S**cheme for the **M**obility of **U**niversity

Students, exprimindo deste modo de forma precisa a ambição política e pedagógica do projeto (Ruszel, 2018). Lançado em 1987 pela então Comunidade Económica Europeia e atual UE, o Programa Erasmus é o maior programa de intercâmbio estudantil do mundo e constitui o principal instrumento de mobilidade académica da UE (Vossensteyn, Lanzendorf e Souto-Otero, 2008; Mitchell, 2012; Velicu, 2024).

O Programa Erasmus é apresentado pela Comissão Europeia como um meio de moldar uma consciência europeia, ao incentivar o convívio entre nacionalidades e reforçar o sentimento de identidade e cidadania europeia (Mitchell, 2012). O Programa Erasmus é amplamente reconhecido como um dos símbolos da construção da identidade europeia (Oborune, 2013). Além disso, a promoção dessa identidade contribui para reforçar os aspetos sociopolíticos da integração europeia (Oborune, 2013).

A longevidade e o êxito do Programa Erasmus resultam, em grande medida, da sua capacidade de adaptação (Ruszel, 2018). Estruturado em ciclos programáticos de cerca de sete anos, o programa tem evoluído de forma contínua para responder a novas prioridades políticas, alargando progressivamente o seu alcance para além da mobilidade estudantil universitária que marcou a sua origem (Ruszel, 2018). O Programa Erasmus foi sofrendo várias alterações ao longo dos anos. No início, o Erasmus operava como um programa autónomo, centrado exclusivamente na mobilidade de estudantes do ensino superior entre universidades da Comunidade Económica Europeia (Ruszel, 2018). Foi reforçando a cooperação entre universidades e empresas e a inovação pedagógica, introduzindo novas formas de mobilidade, como estágios em empresas e ações de formação para docentes e pessoal administrativo (Ruszel, 2018). Em 2014, surgiu o Erasmus+, que juntou num único programa as iniciativas europeias nas áreas da educação, formação, juventude e desporto. No período atual (2021-2027), o Programa Erasmus+ não se dirige exclusivamente a estudantes do ensino superior tendo, como resultado da integração de sete programas predecessores, passado a abranger um público-alvo mais diversificado e a oferecer oportunidades tanto a indivíduos como a organizações (Conselho da União Europeia, 2025, 4 fevereiro). No que respeita aos indivíduos, o programa contempla pessoas de todas as idades, apoiando o desenvolvimento e a partilha de conhecimentos e experiências em instituições e organizações de diferentes países. No que se refere às organizações, o Erasmus+ está aberto a uma ampla variedade de entidades, incluindo instituições de ensino superior, estabelecimentos de ensino e formação, centros de investigação, grupos de reflexão, organizações do setor juvenil e empresas privadas (Conselho da União Europeia, 2025, 4 fevereiro). Atualmente, o Erasmus+ abrange 33 países, incluindo todos os Estados-Membros da UE, bem como a Turquia, a República da Macedónia do Norte, a Sérvia, a Noruega, a Islândia e o Listenstaine.

De acordo com o Guia do Programa Erasmus+ (2025, 12 de novembro) o programa possui como objetivos gerais apoiar, através da aprendizagem ao longo da vida, o desenvolvimento educativo, profissional e pessoal nos domínios da educação, formação, juventude e desporto, na Europa e além-fronteiras, contribuindo para o crescimento sustentável, o emprego de qualidade, a coesão social, a inovação e o fortalecimento da identidade europeia e da cidadania ativa. Constitui um instrumento central para a construção do Espaço Europeu da Educação, promovendo a cooperação estratégica em ensino e formação, avançando nas políticas de juventude da Estratégia UE 2019-2027 e desenvolvendo a dimensão europeia do desporto (Guia do Programa Erasmus+, 2025, 12 de novembro). Os objetivos estruturantes do Erasmus+ estão alinhados com as principais prioridades políticas da UE, contribuindo para o reforço do Espaço Europeu da Educação, a implementação do Plano de Ação para a Educação Digital, a concretização da Agenda de Competências para a Europa e a promoção da Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027, bem como para o aprofundamento da dimensão europeia no desporto (European Commission: Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture, 2021).

Em termos específicos, o programa visa promover a mobilidade individual e coletiva para fins de aprendizagem e fomentar a cooperação, qualidade, inclusão, equidade, excelência, criatividade e inovação nas áreas da educação e formação. Procura ainda incentivar a mobilidade no âmbito da aprendizagem não formal e informal e a participação ativa dos jovens, reforçando a qualidade e a inovação nas políticas de juventude, bem como estimular a mobilidade e a cooperação e desenvolvimento das organizações e políticas no setor do desporto (Guia do Programa Erasmus+, 2025, 12 de novembro).

Em síntese, o Programa Erasmus+ constitui um instrumento estruturante da ação da UE nos domínios da educação, formação, juventude e desporto, assumindo-se como catalisador de políticas públicas e de processos de integração europeia nestas áreas.

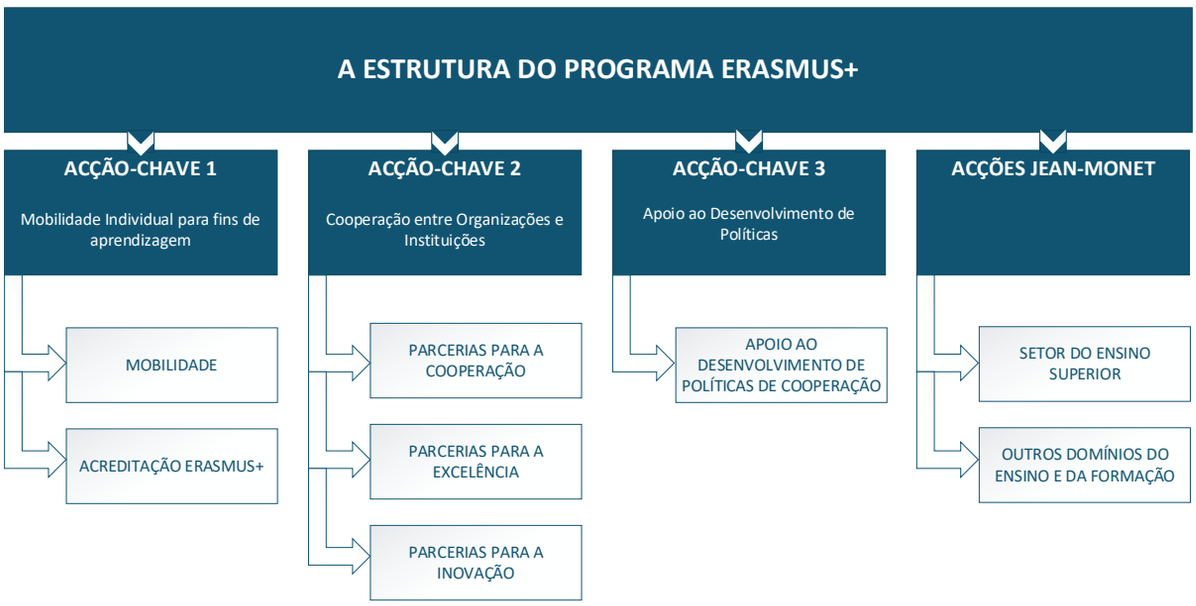
Para a concretização dos objetivos anteriormente indicados, o Programa Erasmus+ prevê a implementação de três ações-chave ao longo do período 2021-2027. De acordo com o Guia do Programa Erasmus+ (2025, 12 de novembro), estas ações-chave organizam-se da seguinte forma:

- AÇÃO-CHAVE 1, que promove a mobilidade para fins de aprendizagem.
- AÇÃO-CHAVE 2, que incentiva a cooperação entre organizações e instituições.
- AÇÃO-CHAVE 3, dedicada ao apoio ao desenvolvimento de políticas e à cooperação.

Adicionalmente, o Programa Erasmus+ integra as ações Jean Monnet, que visam apoiar o ensino, a aprendizagem, a investigação e os debates sobre temáticas relacionadas com a integração europeia, incluindo a análise dos futuros desafios e oportunidades da UE (Guia do Programa Erasmus+, 2025, 12 de novembro). Na figura 3 é possível visualizar a estrutura do Programa Erasmus+ com as suas

diferentes ações (Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação, s.d.)

Figura 3 - Estrutura do Programa Erasmus+



Fonte: Adaptado de Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação (s.d.)

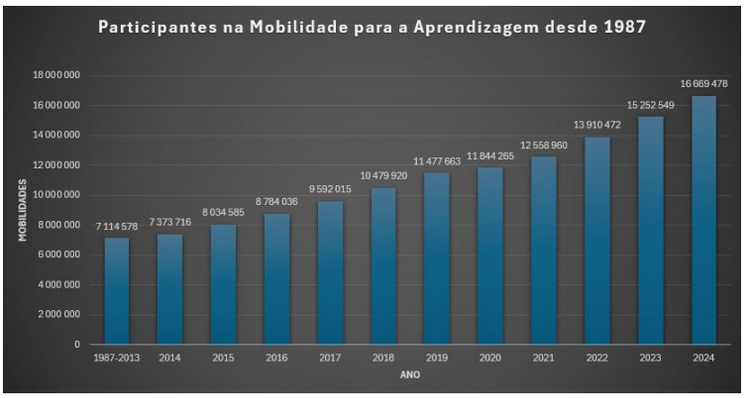
Uma descrição mais detalhada das ações que integram a estrutura do Programa Erasmus+ e as suas principais características pode ser consultada no Anexo 1.

2.2. Do Erasmus ao Erasmus+. O contributo do maior Programa de Mobilidade Europeu

Desde 1987, o Programa Erasmus já proporcionou experiências transformadoras a mais de 16 milhões de participantes, apoiando a mobilidade, a cooperação e a inovação educativa. Com um número de participantes em constante crescimento, o Programa Erasmus consolida-se como uma das maiores histórias de sucesso da integração europeia, ampliando progressivamente o seu alcance e dimensão internacional (Erasmus+ – Programme level overview of project data, 2025, outubro 1).

No gráfico 1, pode-se observar uma contagem cumulativa de períodos de mobilidade para a aprendizagem com um total de 16.669.478 mobilidades, contabilizadas a 1 de outubro de 2025 (Erasmus+ – Programme level overview of project data, 2025, outubro 1).

Gráfico 1 - Contagem cumulativa dos períodos de mobilidade de 1987 a 2024

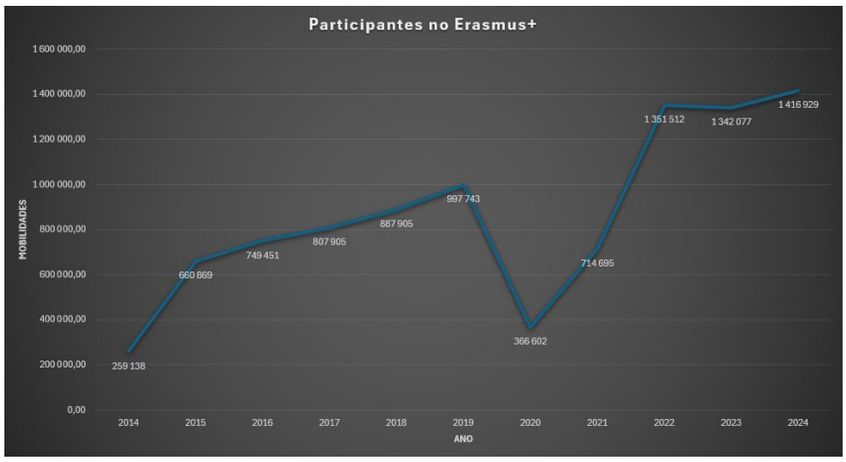


Fonte: Adaptado de Erasmus+ – Programme level overview of project data (2025, outubro 1).

O Programa Erasmus teve início em 1987 com 3.244 mobilidades de estudantes de entre onze Estados-Membros: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Países Baixos, Portugal e Reino Unido (House of Commons Library, 2021). De acordo com o gráfico 1, até ao final de 2013 já se tinham acumulado 7.114.578 mobilidades. Em 2024, onze anos depois, esse valor atingiu 16.669.478 mobilidades. Ou seja, em pouco mais de uma década, o Erasmus+ conseguiu duplicar o total de mobilidades realizadas desde 1987 até 2013, acrescentando mais 9.554.900 participantes no final de 2024. Estes números são particularmente expressivos e demonstram o enorme sucesso e a crescente atratividade do programa ao longo do tempo.

No gráfico 2, pode-se observar a repartição das mobilidades nos últimos 11 anos, de 2014 a 2024, sendo possível verificar que o crescimento do programa foi sempre constante, excetuando os anos da pandemia da COVID 19, onde se verificou uma quebra nas mobilidades com maior expressão no ano de 2020 ao atingir um valor de 366.602 mobilidades, representando este valor menos 63% das mobilidades que tinham sido realizadas no ano de 2019, ano em que se atingiu o valor de 997.743 mobilidades. No ano de 2023, é também possível verificar uma ligeira quebra na tendência crescente de mobilidades realizadas quando comparado com o ano de 2022, sendo esta redução de cerca de 0,7% o que é insignificante (European Commission, 2025).

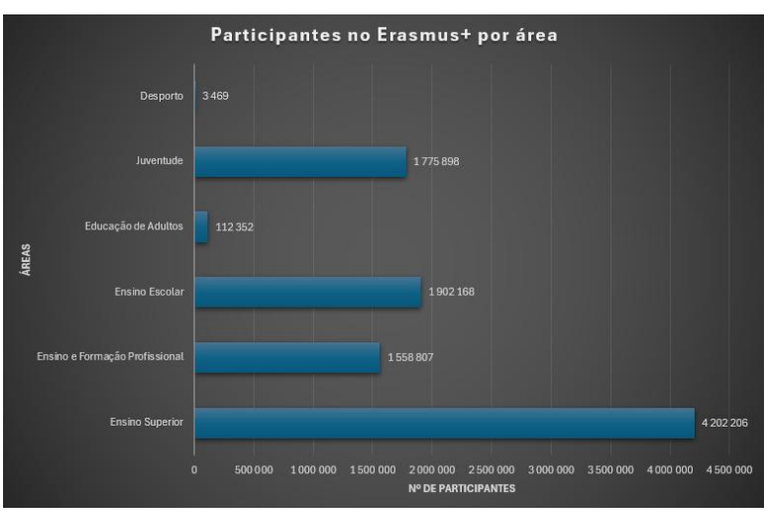
Gráfico 2 - Evolução do número de mobilidades de 2014 a 2024



Fonte: Adaptado de Erasmus+ – Programme level overview of project data (2025, outubro 1).

Como evidencia o gráfico 3, os dados disponíveis mostram que, das 9.554.900 mobilidades realizadas ao abrigo do Erasmus+ entre 2014 e 2024, cerca de 44% correspondendo a 4.202.206 participantes, dizem respeito ao ensino superior. Esta constatação reforça o papel central desta área na expansão do programa, tendo um peso substancial na consolidação do Erasmus+ como a principal iniciativa de mobilidade académica da UE.

Gráfico 3 - Número de mobilidades de 2014 a 2024, por área



Fonte: Adaptado de Erasmus+ – Programme level overview of project data (2025, outubro 1).

A informação relativa à evolução do número de participantes no Programa Erasmus, denota claramente o sucesso do programa ao longo dos anos, tendo este sucesso vindo a ser medido em diferentes relatórios produzidos pela Comissão Europeia.

De acordo com o relatório da Comissão Europeia (European Commission, 2017) que sintetiza as conclusões da avaliação intercalar do programa 2014-2020, considerando o período 2014-2016 e os seus programas predecessores entre 2007-2013, o Programa Erasmus mantém-se como o programa emblemático da UE, demonstrando elevada relevância, eficácia e popularidade. A avaliação realizada

para o período entre 2007 e 2016, indica que o programa gera valor acrescentado significativo não só para os participantes diretos, estudantes e profissionais, mas também para as organizações, políticas e sistemas educativos. O Programa Erasmus+ é reconhecido pela sua coerência, boa relação custo-eficácia e forte componente social, sendo que cerca de um quarto dos europeus considera os intercâmbios estudantis como um dos principais resultados positivos da UE. O Programa Erasmus reforça a identidade europeia e simboliza os benefícios concretos proporcionados aos cidadãos, tendo a integração de programas anteriores num único programa contribuído para ampliar o alcance e a associação positiva à marca Erasmus (European Commission, 2017).

As principais conclusões deste relatório indicam que a participação no Programa Erasmus provoca vários efeitos nos estudantes, nomeadamente um aumento de 19% no sentimento de cidadania europeia e um crescimento de 31% na vontade de se mudar permanentemente para o estrangeiro. Verificou-se também uma melhoria de 8,2% na perceção do valor da educação e uma redução do tempo de transição entre a conclusão dos estudos e a entrada no mercado de trabalho, sendo que os participantes no Programa Erasmus têm 13% mais probabilidades de conseguir emprego de forma mais célere (menos de três meses) (European Commission, 2017).

Um outro relatório da Comissão Europeia (European Commission, 2019) revela que os estudantes que concluem uma mobilidade Erasmus+ para estudar ou receber formação aumentam as suas competências de empregabilidade, com uma grande maioria (72%) a afirmar que foi benéfico ou altamente benéfico para encontrar o seu primeiro emprego. As mobilidades que realizaram aumentaram as suas competências e aptidões técnicas, interpessoais e interculturais, bem como a sua autoconfiança, capacidade de atingir objetivos e abertura social e cultural. O Erasmus+ também contribui para a criação de uma identidade europeia, com mais de 32% dos estudantes Erasmus a identificarem-se única ou principalmente como europeus após conclusão do seu período de mobilidade, em comparação com 25 % antes do período de mobilidade. O relatório permite verificar que o Erasmus tem uma relevância maior do que outros programas de mobilidade no desenvolvimento da personalidade, no envolvimento social, na abertura intercultural e também no desenvolvimento académico. Os dados do relatório indicam ainda que a mobilidade Erasmus tem um papel significativo no reforço da identidade europeia dos estudantes e na consciência sobre os benefícios da UE, em particular entre os estudantes mais céticos. Após a experiência no estrangeiro, mais de 90% reconhecem que a UE é necessária e valorizam o facto de serem europeus. Antes da mobilidade, cerca de um quarto sentia-se apenas ou principalmente europeu, valor que aumenta para 32% após a experiência de mobilidade, representando um crescimento de 7%. Verifica-se ainda que quanto mais fraca é a identidade europeia antes da mobilidade, maior tende a ser o ganho obtido, sendo esse efeito ainda mais expressivo quando os estudantes se deslocam para países não vizinhos. O relatório aponta

também diferenças regionais, destacando que os jovens da Europa Oriental apresentam os níveis mais elevados de identidade europeia, tanto antes como depois da mobilidade, seguidos pelos estudantes da Europa Meridional.

Ainda de acordo com o relatório da Comissão Europeia (European Commission, 2019), o contributo do Programa Erasmus+ vai muito além das questões académicas ou profissionais, tendo também um papel relevante nas relações pessoais. Os dados indicam que os licenciados Erasmus têm quase o dobro da probabilidade de ter um parceiro de nacionalidade diferente em comparação com os licenciados que não realizaram mobilidade. Entre os diplomados Erasmus que vivem com um parceiro, 23% estão numa relação pessoal com um parceiro de outra nacionalidade, face a 13% dos que não realizaram mobilidade. Mais de metade (54%) dos que se encontram numa relação com um parceiro de nacionalidade diferente, conheceram o parceiro durante a mobilidade Erasmus, sendo que, no total, um em cada cinco licenciados Erasmus que vivem com um parceiro iniciou essa relação durante o período de mobilidade.

Por fim, destaca-se o relatório mais recente da Comissão Europeia (European Commission, 2025, 15 de julho), centrado na avaliação final do programa 2014-2020 e na avaliação intercalar do atual programa, considerando o período 2021-2023, abrangendo todos os Estados-Membros, países terceiros associados ao programa e países terceiros não associados ao programa. Este relatório conclui que o Erasmus+ 2014-2020 desempenhou um papel fundamental na promoção dos valores e temas da UE, especialmente através de atividades dirigidas aos jovens. A participação no Diálogo com a Juventude contribuiu para uma maior cidadania ativa e envolvimento democrático, enquanto o Serviço Voluntário Europeu reforçou perceções positivas sobre a UE. Além disso, as ações Jean Monnet impulsionaram a produção e divulgação de conhecimento sobre a integração europeia, promovendo uma melhor compreensão do funcionamento da UE (European Commission, 2025, 15 de julho). Por outro lado, o relatório considera que o Erasmus+ 2021-2027 reforçou o valor acrescentado face ao período anterior, respondendo a novas necessidades e alargando o alcance a grupos como aprendentes adultos e profissionais do desporto. O programa destaca-se pela promoção dos valores e identidade comuns da UE, pela compreensão intercultural e pelo sentimento de pertença europeia, além de desenvolver competências para o futuro. Este relatório conclui ainda que, a nível internacional, os resultados são mais fortes do que no programa anterior (2014-2020), garantindo acesso à mobilidade e cooperação a países terceiros, incluindo para aqueles que estão em vias de adesão, promovendo contactos entre pessoas, reforço institucional e os valores e relações externas da UE (European Commission, 2025, 15 de julho).

2.3. O Erasmus+ como elemento de promoção dos valores e da identidade Europeia

Numa carta endereçada a 16 de julho de 2024 ao Parlamento Europeu pela Erasmus Student Network (2024), refere-se que o "Erasmus+ has proven to be one of the most successful initiatives of the European Union. It gathers strangers who want to have the opportunity to understand a new (European) reality, experience a new education system, and gain more independence. The Erasmus+ programme turns them into friends, neighbours, and true citizens of the European Union."

De facto, são vários os estudos existentes que foram realizados ao longo dos últimos anos que comprovam que o Programa Erasmus+ é bem mais do que uma experiência académica, tendo-se tornado um laboratório de identidade onde as amizades transnacionais e uma perspetiva pan-europeia se revelam como sendo elementos essenciais para construir o cidadão europeu do futuro (Mitchell, 2015). O estudo de Mitchell (2012) oferece uma análise relevante sobre o Programa Erasmus, explorando a sua visão cívica, sendo este um conceito promovido pela Comissão Europeia. Segundo esta perspetiva, o Erasmus transcende a dimensão académica, funcionando como uma experiência cívica destinada a cultivar uma consciência europeia e uma identidade partilhada entre os jovens (Mitchell, 2012). O principal objetivo do estudo realizado por Mitchell (2012) foi testar empiricamente três suposições centrais desta visão, com base num inquérito a mais de 2000 estudantes de 25 países, comparando participantes Erasmus com estudantes que não realizaram mobilidade.

As suposições analisadas por Mitchell (2012) no referido estudo incidem, em primeiro lugar, sobre a capacidade do Programa Erasmus promover a interação intercultural. Os dados recolhidos confirmam de forma inequívoca que a experiência Erasmus é profundamente intercultural, revelando padrões de socialização substancialmente distintos daqueles que os estudantes vivenciam nos seus países de origem. As conclusões mais relevantes indicam que a maioria dos estudantes em mobilidade integrou grupos de socialização predominantemente internacionais, sendo que 78% socializaram sobretudo com colegas de outras nacionalidades, enquanto apenas 13% conviveram maioritariamente com estudantes do seu próprio país e apenas 10% socializaram principalmente com estudantes do país de acolhimento. Segundo Mitchell (2012), este resultado é particularmente significativo, na medida em que demonstra que o Programa Erasmus cria um ambiente de socialização multinacional único, refutando simultaneamente a suposição de uma integração simples na cultura do país de acolhimento e o receio de que os estudantes se isolem em grupos de conterrâneos. A realidade observada corresponde, antes, à emergência de um terceiro espaço social, consubstanciado num grupo internacional, que representa uma experiência nova para cerca de 90% dos participantes.

A segunda suposição analisada por Mitchell (2012) diz respeito à eventual alteração das atitudes dos estudantes em relação à Europa. O estudo apresenta evidências robustas de que a participação no Programa Erasmus induz mudanças de atitude significativas, com base nas autoavaliações dos

próprios participantes. Após a experiência de mobilidade, os estudantes reportaram um aumento expressivo do interesse pela Europa, sendo que 93% manifestaram maior interesse por outros povos e culturas europeias e 91% passaram a interessar-se mais por outros países europeus. Adicionalmente, 73% afirmaram sentir-se mais europeus após a experiência e 66% indicaram ter desenvolvido um maior interesse pela UE. Uma observação analítica fundamental salientada por Mitchell (2012) prende-se com o facto de esta mudança de atitude não resultar de uma predisposição inicial, uma vez que apenas 2% dos estudantes referiram uma motivação europeia como razão principal para a participação no programa. Deste modo, a autora sustenta que foi a própria experiência Erasmus que induziu um interesse acrescido pela Europa, mesmo entre estudantes que não se encontravam previamente predispostos, conferindo-lhe um carácter verdadeiramente transformador.

Por fim, o estudo de Mitchell (2012) analisa a suposição de que os estudantes Erasmus são mais europeus, através da comparação entre as atitudes dos participantes no programa e as dos estudantes que não realizaram mobilidade internacional. Os resultados evidenciam a existência de diferenças estatisticamente significativas, demonstrando que os estudantes Erasmus apresentam, em diversas dimensões, atitudes mais favoráveis à Europa e à UE. Em particular, cerca de 73% dos estudantes Erasmus revelam uma visão positiva da UE, face a 57% entre os que não realizaram mobilidade, enquanto 71% afirmam sentir-se muito ou razoavelmente ligados à UE, em contraste com 56% dos estudantes que não realizaram mobilidade. Do mesmo modo, 44% dos estudantes Erasmus referem pensar frequentemente em si próprios como europeus, valor que desce para 33% entre os que não participaram em programas de mobilidade. Contudo, Mitchell (2012) introduz uma ressalva metodológica relevante ao sublinhar que, apesar de as diferenças observadas serem estatisticamente significativas, o estudo não permite determinar com certeza a direção da causalidade, não sendo possível concluir se é a participação no Programa Erasmus que gera estas atitudes, se os estudantes mais pró-europeus são os que tendem a participar, ou ainda se existe um viés de identidade pró-europeia associado ao próprio processo de seleção do programa.

Com a realização deste estudo, Mitchell (2012) conclui que os dados empíricos apoiam amplamente a denominada visão cívica do Programa Erasmus. De acordo com a autora, a experiência de mobilidade funciona efetivamente como um mecanismo eficaz de promoção de uma maior consciência e identidade europeia entre os participantes, na medida em que expõe a grande maioria dos estudantes a um ambiente social multinacional e multilingue, genuinamente único e distinto da sua realidade no país de origem. Paralelamente, ainda de acordo com esta autora, a experiência no estrangeiro contribui de forma significativa para o aumento do interesse dos participantes pela Europa, pelas suas diversas culturas e pela UE, levando uma parte substancial dos estudantes a sentirem-se mais europeus como resultado direto dessa vivência. Em consequência, os estudantes que participam

no Programa Erasmus revelam-se mais favoráveis à UE e demonstram uma identificação europeia mais acentuada do que os seus pares que não participam em programas de mobilidade (Mitchell, 2012). Apesar destes resultados positivos, Mitchell (2012) refere que muito embora o Programa Erasmus seja bem-sucedido na sua função cívica para aqueles que participam, o seu alcance continua a ser limitado a uma minoria de estudantes universitários. De acordo com esta autora, este fator modera o seu efeito global na criação de uma identidade europeia generalizada em toda a população, mas não diminui a sua importância como uma poderosa experiência transformadora para os seus participantes.

Num outro estudo conduzido por Mitchell (2015), baseado num inquérito a 1700 estudantes, procurou-se compreender de que modo a participação num programa de intercâmbio Erasmus contribui para o fortalecimento do sentimento de identidade europeia entre os participantes. O estudo teve como objetivo recolher evidências da existência do chamado efeito Erasmus, centrando a análise em duas dimensões fundamentais: uma dimensão cognitiva relacionada com a perceção de si próprio como europeu e uma dimensão afetiva associada ao sentimento de ligação à Europa.

Os resultados obtidos por Mitchell (2015) proporcionam uma compreensão clara do contributo do Programa Erasmus e dos mecanismos que lhe estão subjacentes. O estudo demonstra, em primeiro lugar, que o efeito Erasmus é real e estatisticamente significativo, identificando uma relação positiva e conclusiva entre a participação no programa e o reforço da identidade europeia. Os estudantes Erasmus+ evidenciaram um aumento significativo em ambas as dimensões dessa identidade, quer ao nível da autoidentificação como europeus, quer no sentimento de ligação à Europa. Em contraste, os estudantes que não participaram em programas de mobilidade não registaram alterações na sua autoidentificação e apresentaram, inclusive, uma diminuição do sentimento de ligação à Europa ao longo do mesmo período. Adicionalmente, o estudo revela que o aumento do conhecimento e da atenção relativamente à Europa em geral, e não apenas ao país de acolhimento, está fortemente associado ao reforço da dimensão afetiva da identidade europeia, isto é, ao sentimento de ligação emocional à Europa. Este tipo de conhecimento mostrou-se relevante para a dimensão afetiva, mas não teve efeito significativo na simples autoidentificação cognitiva como europeu.

Por fim, os resultados relativos ao contacto transnacional evidenciam que a qualidade e a diversidade das interações sociais assumem um papel determinante. A socialização com estudantes internacionais revela-se particularmente relevante para o reforço da identidade europeia, uma vez que o contacto com colegas de diferentes nacionalidades contribui para o fortalecimento simultâneo das dimensões cognitiva e afetiva dessa identidade. O contacto com estudantes do país de acolhimento influencia sobretudo a dimensão afetiva, reforçando o sentimento de ligação à Europa. Em sentido inverso, a predominância da socialização com compatriotas apresenta uma relação negativa com o reforço do

sentimento de pertença europeia (Mitchell, 2015).

Mitchell (2015) conclui que o Programa Erasmus atua como um catalisador da identidade europeia, cujo sucesso depende de fatores ligados ao conhecimento e à interação social. Segundo a autora, a convivência intensa com estudantes internacionais de diferentes países europeus constitui um dos principais impulsionadores da construção dessa identidade, ainda que a integração com a comunidade local não seja plena. Para reforçar o sentimento de pertença europeia, é essencial que os participantes evitem permanecer restritos a grupos de compatriotas. A diversidade de interações sociais revela-se, assim, determinante para o êxito cívico da experiência. O maior benefício do intercâmbio, em termos identitários, advém do interesse e da aprendizagem sobre a Europa no seu conjunto, e não apenas sobre o país de acolhimento (Mitchell, 2015).

Num outro estudo realizado por Goksu (2020) demonstrou-se que a socialização entre estudantes europeus fortalece significativamente a identidade europeia dos participantes, ao proporcionar uma vivência concreta e partilhada do projeto europeu. Da mesma forma, a interação de estudantes de diferentes culturas transforma a ideia abstrata de Europa numa experiência pessoal de pertença a uma comunidade comum, reforçando a identidade nacional, não por oposição, mas através de um exercício de autorreflexão desencadeado pelo contacto intercultural. Como exemplo, Goksu (2020) refere o caso dos estudantes catalães, onde este efeito é particularmente evidente: a mobilidade intensificou o sentimento de pertença e valorizou o uso da língua catalã como marcador identitário.

Lami e Myrta (2021) por sua vez examinaram o Erasmus+ como instrumento de diplomacia pública da UE, utilizando a Albânia enquanto país candidato à adesão como caso de análise. Lami e Myrta (2021) demonstram que o programa ultrapassa a sua dimensão académica, funcionando como um ativo estratégico na projeção da imagem da UE. Neste estudo, com base num inquérito a 100 ex-participantes albaneses, estes autores concluem que 92% dos inquiridos se sentem mais próximos dos valores europeus e mais de 90% revelam maior interesse por temas da UE, indicando um forte efeito de *soft power*. De acordo com o estudo de Lami e Myrta (2021) a experiência de mobilidade académica gera identificação duradoura com os valores europeus e transforma os participantes em embaixadores informais da UE.

Verifica-se, pois, que a mobilidade académica continua a ser uma ferramenta central para a coesão cultural e política da UE, promovendo simultaneamente uma identidade europeia partilhada e o fortalecimento das identidades nacionais, ao mesmo tempo que reduz preconceitos (Goksu, 2020). Ao experienciarem a diversidade cultural e histórica do continente europeu, os participantes desenvolvem um sentimento de pertença à comunidade europeia, valorizando o património comum e consolidando uma identidade que transcende fronteiras nacionais, assente nos valores de democracia, direitos humanos e cooperação que sustentam o projeto europeu (Velicu, 2024). Como bem refere a

Erasmus Student Network (2024) na carta dirigida aos membros do Parlamento Europeu, o futuro da Europa é o Erasmus.

2.4. A sinergia entre o Programa Erasmus+ e a promoção do *soft power* da UE

Criado em 1987 para promover a mobilidade entre universidades europeias, o Programa Erasmus foi reestruturado em 2014 sob a designação Erasmus+, integrando vários programas anteriores, como o Erasmus e o Erasmus Mundus, numa estrutura unificada e financeiramente robusta, abrangendo seis áreas distintas: ensino superior, educação escolar, educação de adultos, educação e formação profissional, desporto e juventude. Esta consolidação permite uma abordagem mais coerente, reforçando a dimensão externa do programa através de um conjunto de ferramentas deliberadamente concebidas para a projeção da influência da UE (Ferreira-Pereira e Pinto, 2021).

Por via da mobilidade, os estudantes nacionais beneficiam do convívio com colegas internacionais, enquanto estes, ao viverem no país de acolhimento, adquirem um contacto direto com a sua sociedade, normas e valores, indo além das representações estereotipadas da cultura local (Culligan et al., 2023). Deste modo, a participação na vida quotidiana, aliada a estudos com enfoque histórico, político ou cultural, permite-lhes desenvolver uma compreensão mais profunda e crítica do país anfitrião (Culligan et al., 2023). Assim, a mobilidade internacional contribui para o aperfeiçoamento linguístico, o desenvolvimento de redes pessoais e profissionais e uma maior consciência intercultural, tanto da cultura de acolhimento como da própria, permitindo a formação de embaixadores globais, tornando o sistema educativo de um país um importante instrumento de *soft power* (Culligan et al., 2023).

A mobilidade no âmbito do Erasmus+ enquadra-se claramente na dimensão de intercâmbio da diplomacia pública definida por Cull (2008b), ao pressupor o envio e acolhimento recíproco de cidadãos para fins de estudo ou aculturação, como forma de gestão das relações internacionais. De acordo com Cull (2008b) esta dimensão da diplomacia pública embora possa assumir um caráter unidirecional, ao promover a imagem positiva do país de origem, tende a basear-se na reciprocidade, isto é, na aprendizagem e transformação mútua entre as partes. Estes programas de mobilidade frequentemente sobrepõem-se à diplomacia cultural e podem servir objetivos específicos de política externa ou segurança (Cull, 2008b) sendo por isso um importante instrumento do *soft power* de um país. Para além dos números de mobilidade e investimento, a verdadeira dimensão do *soft power* de um país reside na capacidade de alterar perceções, construir confiança e criar afinidades duradouras (Perilli, 2017).

De acordo com o estudo realizado por Perilli (2017), o mecanismo central através do qual o Erasmus+ exerce a sua influência é o contacto pessoa-a-pessoa gerando o que ficou conhecido como o efeito Erasmus, uma transformação nas perceções sociais e culturais dos participantes (Perilli, 2017). Perilli

(2017) justifica este entendimento através dos dados positivos e consistentes obtidos numa pesquisa realizada a alunos que participaram em mobilidades Erasmus em países vizinhos da UE. Os resultados obtidos mostram que a mobilidade Erasmus+ tem um efeito claro na formação cívica e cultural dos estudantes, sendo que 92% afirmaram sentir-se mais próximos dos valores fundamentais europeus, como os direitos humanos, a democracia e o Estado de direito, enquanto mais de 90% relataram ter-se tornado mais tolerantes, respeitadores da diversidade cultural e mais confortáveis perante diferentes valores e estilos de vida (Perilli, 2017). Estes resultados, demonstram que os participantes do Erasmus+ são muito propensos a tornarem-se embaixadores informais da UE. Ao regressarem aos seus países, tornam-se portadores do *soft power* europeu, partilhando as suas experiências positivas e os valores com que contataram, influenciando de forma orgânica as suas comunidades (Perilli, 2017).

A educação passou a ser um instrumento central para a projeção internacional da UE, com o Erasmus a desempenhar um papel crucial ao influenciar a identidade dos participantes (De Martino et al., 2024). Para estudantes europeus, sobretudo do Sul e do Leste, o programa tende a reforçar valores europeus e atitudes favoráveis à UE, enquanto que, para estudantes de países terceiros, contribui tanto para aproximá-los da Europa como para valorizar a singularidade das suas próprias culturas (De Martino et al., 2024).

Contudo, a popular ideia de uma geração Erasmus merece escrutínio. De Martino et al. (2024), tendo analisado dados do Eurostat (2019), refere que cerca de 98% dos jovens europeus nunca participaram em mobilidades Erasmus, tornando exagerada a noção de uma geração homogénea moldada por esta experiência. Além disso, ainda de acordo com De Martino et al. (2024), barreiras económicas e processos seletivos restritivos limitam o acesso, produzindo um paradoxo frequentemente observado em que a mobilidade internacional é sobretudo utilizada por quem já possui capital cultural elevado, consciência europeísta consolidada e maiores competências linguísticas. Ainda assim, o Programa Erasmus ultrapassa a sua dimensão educacional e afirma-se como um instrumento estratégico da política externa da UE, operando como um potente mecanismo de *soft power* que projeta valores europeus e reforça uma identidade pan-europeia (De Martino et al., 2024).

Ao fomentar o contacto direto entre pessoas, a UE procura formar uma rede de embaixadores informais, jovens líderes, académicos e profissionais que, de forma espontânea, difundem os valores, as políticas e os interesses europeus nos seus contextos de origem (Perilli, 2017). Esta estratégia de longo prazo, assente na atração em vez da coerção e na construção de confiança recíproca, constitui não apenas uma opção tática, mas uma dimensão central e cada vez mais decisiva da identidade da UE enquanto ator global no século XXI (Perilli, 2017).

Capítulo 3 - *International Credit Mobility* (ICM) no âmbito do Programa Erasmus+

3.1. A origem, a evolução e os objetivos do ICM

O Programa Erasmus+ 2014-2020 passou a oferecer oportunidades de mobilidade no ensino superior a indivíduos e organizações de outras regiões do mundo. Através do ICM, as instituições de ensino superior (IES) da UE passaram a poder estabelecer acordos de mobilidade com parceiros internacionais, permitindo o envio e o acolhimento de estudantes e pessoal docente e não docente.

O ICM visa promover a mobilidade individual e a cooperação institucional entre as IES dos Países-Membros da UE e países terceiros associados ao programa e as IES dos países terceiros não associados ao programa, cobrindo diferentes regiões do mundo. O ICM desempenha um papel essencial no reforço da dimensão global do Espaço Europeu da Educação através do reforço da cooperação internacional e do diálogo entre a Europa e o resto do mundo, sendo a mobilidade e a colaboração internacional fundamentais para elevar a qualidade dos sistemas educativos nacionais europeus, tornando-os mais atrativos e competitivos a nível global. Um dos objetivos é dotar os cidadãos europeus das competências e capacidades necessárias para participarem ativamente na sociedade altamente globalizada de hoje. O ICM visa igualmente apoiar as prioridades da Comissão Europeia no domínio da ação externa, contribuindo especialmente para o processo de alargamento da UE (European Commission, 2024, outubro).

No atual Programa Erasmus+ 2021-2027, a mobilidade internacional de estudantes, pessoal docente e não docente divide-se em duas vertentes (European Commission, 2024, outubro):

- KA131: Ação-chave 1 no ensino superior, apoiada por fundos de política interna.
- KA171: Ação-chave 1 no ensino superior, apoiada por instrumentos de política externa. A ação KA171 é a continuação da Ação ICM, que surge no período 2014-2020.

O principal ponto em que a ação KA171 e a ação KA131 diferem é nos países parceiros. O Erasmus+ abrange dois tipos de países (Comissão Europeia, 2025, 12 de novembro):

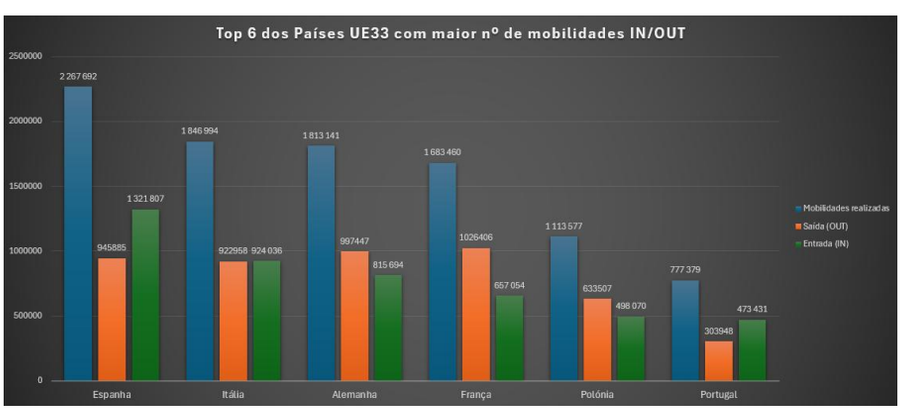
- Países-Membros da UE e países terceiros associados ao programa (UE33), que podem participar plenamente em todas as ações do Programa Erasmus+. Estão incluídos os 27 Estados-Membros da UE e 6 países terceiros associados ao programa (Islândia, Liechtenstein, Noruega, Macedónia, Turquia, Sérvia). Anteriormente, no período 2014-2020, eram designados países do programa.
- Países terceiros não associados ao programa, que apenas podem participar em determinadas ações Erasmus+. Estes países terceiros não associados ao programa são classificados em 14 regiões: (1) Balcãs Ocidentais, (2) Parceria Oriental, (3) Sul do Mediterrâneo, (4) Federação Russa, (5) Ásia, (6) Ásia Central, (7) Médio Oriente, (8) Pacífico, (9) África Subsaariana, (10)

América Latina, (11) Caraíbas, (12) EUA e Canadá, (13) Andorra, Mónaco, São Marinho, Cidade do Vaticano, (14) Ilhas Faroé, Suíça, Reino Unido. As IES de todo o mundo podem participar no KA171 como parceiras, com exceção das localizadas nas regiões 13 e 14.

No âmbito da ação KA131, a cooperação pode ser estabelecida com os países UE33, enquanto que no âmbito da ação KA171, a cooperação pode ser estabelecida com países de diferentes regiões geográficas do mundo sob o título de países terceiros não associados ao programa (Comissão Europeia, 2025, 12 de novembro).

Analisando os dados fornecidos pela Comissão Europeia (2025, 23 de abril) sobre os projetos de mobilidade no âmbito do Erasmus+ é possível verificar que, entre 2014 e 2024, foram registados 9.587.971 participantes com mobilidades realizadas. Uma análise mais detalhada destes dados revela que seis países da UE33 concentram o maior número de mobilidades de entrada e de saída (IN/OUT). Destacam-se a Espanha com 2.267.692 mobilidades, a Itália com 1.846.994 mobilidades, a Alemanha com 1.813.141 mobilidades, a França com 1.683.460 mobilidades, a Polónia com 1.113.577 mobilidades e Portugal com 777.379 mobilidades. O gráfico 4 permite uma melhor visualização desta informação.

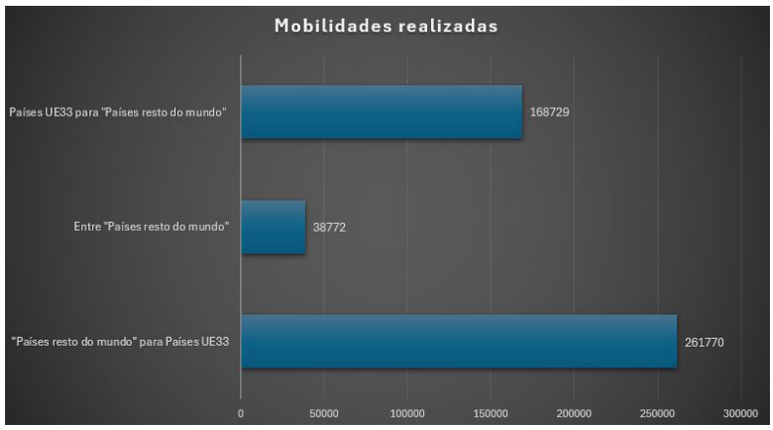
Gráfico 4 - Top 6 dos países UE33 com maior número de mobilidades, entre 2014 e 2024



Fonte: Adaptado de Comissão Europeia (2025, 23 de abril)

No mesmo período, registaram-se 520.782 mobilidades envolvendo países que a Comissão Europeia designa por países resto do mundo, ou seja, países que não integram o bloco UE33. Deste total, destacam-se 261.770 mobilidades realizadas dos países resto do mundo para os países da UE33, 38.772 mobilidades ocorridas entre os próprios países resto do mundo e 168.729 mobilidades efetuadas dos países da UE33 para os países resto do mundo. O gráfico 5 permite uma melhor visualização desta informação.

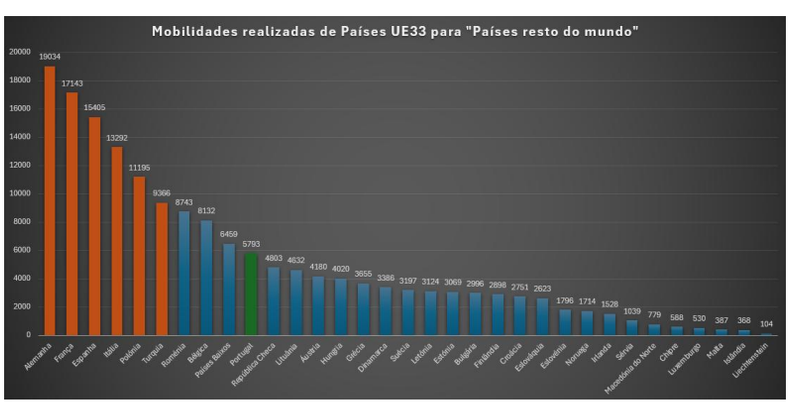
Gráfico 5 - Número de mobilidades envolvendo países resto do mundo, entre 2014 e 2024



Fonte: Adaptado de Comissão Europeia (2025, 23 de abril)

O gráfico 6 permite verificar a distribuição das mobilidades realizadas de países UE33 para países resto do mundo. Verifica-se que os primeiros 6 países (Alemanha, França, Espanha, Itália, Polónia e Turquia) realizaram em conjunto 85.435 mobilidades representando 50,63% do total das mobilidades realizadas entre os países UE33 com os países resto do mundo. Portugal surge neste gráfico com 5.793 mobilidades realizadas correspondendo a 6,78% do total.

Gráfico 6 - Mobilidades de países UE33 para países resto do mundo, entre 2014 e 2024



Fonte: Adaptado de Comissão Europeia (2025, 23 de abril)

O gráfico 7 permite verificar a distribuição das mobilidades realizadas de países resto do mundo para países UE33. Verifica-se que os 6 países UE33 que mais atraem participantes de países resto do mundo são a Alemanha, a Espanha, a Polónia, a Itália, a França, e a Turquia, com um total de 148.617 mobilidades o que representa 56,77% do total. Portugal surge neste gráfico com 7.942 mobilidades, correspondendo a 3,03%.

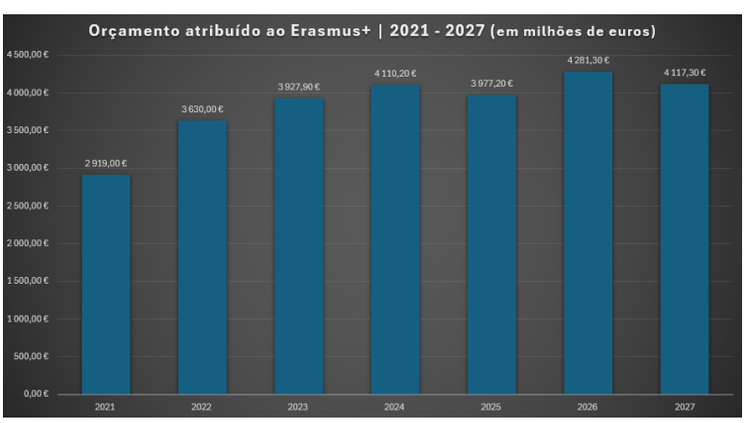
Gráfico 7 - Mobilidades de países resto do mundo para países UE33, entre 2014 e 2024



Fonte: Adaptado de Comissão Europeia (2025, 23 de abril)

O orçamento atual do Programa Erasmus+ para o período 2021-2027 ascende a um total de 26.962,9 milhões de euros, dos quais 25.949,7 milhões de euros são atribuídos através da programação financeira da UE. Os restantes 1.013,2 milhões de euros consistem em contribuições de países associados e outras entidades. O gráfico 8 seguinte permite visualizar o orçamento anual atribuído ao Programa Erasmus+, para o período entre 2021 e 2027 (European Commission, n.d., -a)

Gráfico 8 - Orçamento atribuído ao Erasmus+ 2021-2027, por ano

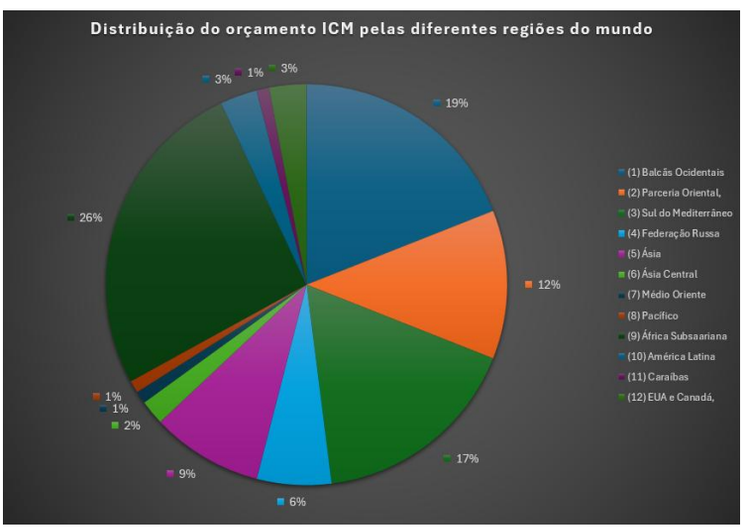


Fonte: Adaptado de Comissão Europeia (European Commission, n.d., -a)

É importante salientar que, para o período anterior de 2014-2020, o orçamento disponível foi de 14.700 milhões, representando um aumento de 40% quando comparado com os 7 anos anteriores (DGES., n.d.; Dias et al., 2025) tendo por isso quase que duplicado para o período 2021-2027 ao atingir os 26.962,9 milhões de euros. Este aumento de orçamento reflete o crescente reconhecimento do papel do programa na promoção da integração europeia, na promoção da acessibilidade e da inclusão e na promoção da inovação na educação (Dias et al., 2025). Dentro do orçamento do Erasmus+ para o período 2021-2027, existe uma componente definida como sendo o orçamento disponível para o ICM, estando este dividido em envelopes distintos para cada região do mundo. A

dimensão de cada envelope é definida de acordo com as prioridades externas da UE, com algumas regiões a beneficiarem de envelopes orçamentais maiores e, por conseguinte, a financiarem mais mobilidades. Os orçamentos mais elevados do período de programação 2021-2027 são atribuídos à África Subsariana, aos Balcãs Ocidentais e às regiões vizinhas da UE, Este e Sul (European Commission, 2024, outubro). O gráfico 9 permite visualizar a distribuição do orçamento ICM pelas diferentes regiões do mundo.

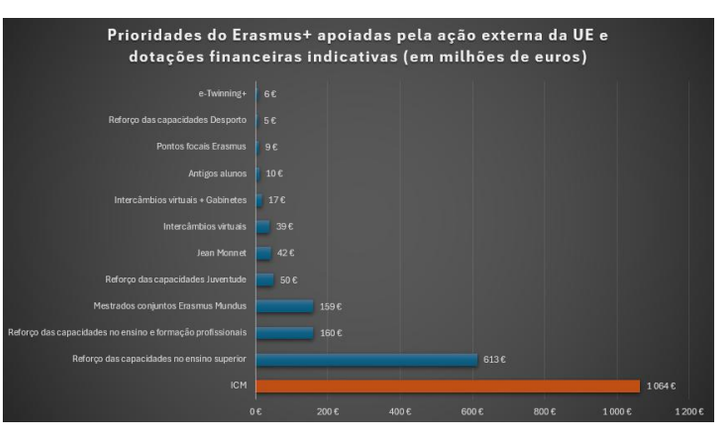
Gráfico 9 - Distribuição do orçamento ICM, por região



Fonte: Adaptado de Comissão Europeia (European Commission, 2024, outubro).

O gráfico 10 permite visualizar o orçamento indicativo relativo às prioridades do Erasmus+ apoiadas pela ação externa da UE. Verifica-se que, no período de 2021-2027, dos 2.174 milhões de euros previstos, 1.064 milhões de euros estão afetos ao ICM, correspondendo a 48,94 % do total do orçamento, o que reforça a importância da ação ICM no âmbito da ação externa da UE (European Commission, n.d., -b).

Gráfico 10 - Distribuição do orçamento da ação externa da UE, por prioridade do Erasmus+



Fonte: Adaptado de Comissão Europeia (European Commission, n.d., -b)

O Programa Erasmus+ integra uma forte dimensão internacional, muito marcada pelo contributo do ICM, e que está fortemente alinhado com as prioridades geopolíticas da UE. A sua dimensão internacional é orientada por estratégias regionais específicas, alinhadas com as prioridades políticas dos programas nacionais, multinacionais e regionais dos diferentes países/regiões abrangidos pelo ICM, contribuindo para o desenvolvimento humano, o diálogo político e a diplomacia pública europeia. Isto facilita a plena integração do Erasmus+ e do ICM no diálogo político das delegações, nas ações de diplomacia pública, na cooperação com os países, e criação de sinergias com outras iniciativas de parceria da UE (European Commission, n.d., -b). Em particular, reforça os sistemas de ensino superior, promove a transferência de conhecimento e fomenta parcerias sustentáveis, contribuindo para o desenvolvimento e para o fortalecimento das ligações globais (European Commission, n.d., -c). Assim, o Erasmus+, por via do ICM, assume-se como um modelo inovador e inspirador para os sistemas de ensino de países terceiros em todo o mundo. A partilha de boas práticas europeias permite não só apoiar os países parceiros na modernização dos seus sistemas educativos, mas também promover a cooperação na resposta a desafios globais atuais e emergentes que afetam tanto a Europa quanto outras regiões do mundo (European Commission, 2024, outubro).

Em 16 de julho de 2025, a Comissão Europeia apresentou a proposta para o Erasmus+ 2028–2034, sucessor do programa 2021–2027, com um orçamento global de 40,8 mil milhões de euros, representando um aumento de 50 % em relação ao período anterior (Erasmus 2028–2034: Evolution over revolution, 16 de julho de 2025). Esta aposta pode ser entendida como um forte indicador da importância do Programa Erasmus+, em geral, e do ICM, em particular, como instrumento essencial para consolidar as ligações entre o Espaço Europeu da Educação e o resto do mundo, promover a conectividade entre as pessoas em todo o mundo e construir uma imagem positiva da Europa no mundo, divulgando os seus valores fundamentais (European Commission, n.d., -b).

3.2. O ICM como elemento de promoção dos valores da UE

De acordo com o Guia do Programa Erasmus+ (2025, 12 de novembro), o Erasmus+ centra-se em quatro grandes prioridades: Inclusão e diversidade; Transformação digital; Sustentabilidade ambiental e combate às alterações climáticas; Participação democrática, valores europeus e cidadania ativa. Esta última é particularmente relevante tendo em conta os objetivos definidos no artigo 3.º do Tratado de Lisboa (European Union, 2016), onde estabelece que ao nível das relações externas, a UE pretende promover os seus valores e interesses, contribuir para a paz, segurança e desenvolvimento sustentável a nível global, apoiar a solidariedade entre povos, o comércio justo, a erradicação da pobreza e a proteção dos direitos humanos e assegurar a observância rigorosa do direito internacional.

Para fortalecer o futuro da UE, é essencial que os cidadãos compreendam desde cedo o seu funcionamento, valores e diversidade. Além da educação formal, a aprendizagem não formal tem um

papel importante no reforço deste conhecimento e no desenvolvimento de um sentimento de pertença ao projeto europeu. Nesse sentido, o Erasmus+ contribui para a promoção e respeito pelos valores da UE consagrados no artigo 2.º do Tratado de Lisboa e na Carta dos Direitos Fundamentais da EU (European Union, 2016), nomeadamente: Dignidade humana, Liberdade, Democracia, Igualdade, Estado de direito, Direitos humanos.

O relatório da Comissão Europeia (European Commission, 2025, 15 de julho) considera que o Erasmus+ 2021-2027 reforçou o valor acrescentado face ao período anterior, respondendo a novas necessidades e alargando o seu alcance. O programa destaca-se na promoção dos valores e identidade comuns da UE, da compreensão intercultural e do sentimento de pertença europeia, além de desenvolver competências para o futuro. Este relatório conclui ainda que, a nível internacional, os resultados são mais fortes do que no programa anterior (2014-2020), garantindo acesso à mobilidade e cooperação a países terceiros, incluindo para aqueles que estão em vias de adesão, promovendo contactos entre pessoas, reforço institucional e os valores e relações externas da UE (European Commission, 2025, 15 de julho).

O ICM, enquanto principal instrumento de cooperação com países terceiros, representa uma oportunidade de desenvolvimento humano, promoção do diálogo intercultural, tolerância e respeito pela diversidade e dos valores da UE no atual cenário geopolítico. Diversos estudos fornecem fortes evidências que sustentam esta afirmação. É o caso de Mota e Pena (2023) que constata que as experiências de mobilidade internacional promovem a inteligência cultural, permitindo que os estudantes desenvolvam competências interculturais críticas. Por sua vez, Godoy e Bueno (2025) confirmam a relevância da mobilidade internacional para o desenvolvimento pessoal e profissional, contribuindo para a competência intercultural. Nogueiro (2020) reforça esta perspetiva ao destacar o objetivo do Programa Erasmus+ de apoiar o desenvolvimento de talento e a cooperação internacional. Nesta sequência, as evidências sugerem que os programas de mobilidade não são apenas intercâmbios educativos, mas experiências transformadoras que promovem a compreensão intercultural e o crescimento pessoal.

Da mesma forma, o multilinguismo altamente promovido pelo Programa Erasmus+ é um dos vetores estratégicos do projeto europeu e um símbolo forte da aspiração da UE a alcançar a união na diversidade. O Programa Erasmus+ promove explicitamente o multilinguismo como um dos seus principais objetivos (Dionisio, 2018). A coexistência harmoniosa de múltiplas línguas é entendida como um aspeto fundamental da identidade europeia (Aguirreazkuenaga, 2010), representando mais do que uma simples diversidade linguística, mas um compromisso mais profundo com a integração cultural. O Programa Erasmus+ continua a ser uma ferramenta poderosa na promoção do intercâmbio linguístico e cultural (Tostes e Silva, 2019).

A mobilidade de e para países terceiros não associados ao programa é um elemento essencial do processo de construção de sociedades mais resilientes e assentes na confiança mútua e na compreensão intercultural. Ao possibilitar intercâmbios culturais diretos, estas experiências ajudam a construir confiança, tolerância e respeito entre diferentes grupos. A mobilidade promove a competência intercultural e a resiliência social (Freitas, 2008), constituindo ainda um poderoso instrumento de cooperação entre países e instituições, gerando novos padrões migratórios que facilitam as interações interculturais (Dias e Morais, 2015).

As experiências internacionais contribuem para o desenvolvimento de competências pessoais, para a redução de barreiras culturais e para o reforço da compreensão mútua (Oliveira e Freiras, 2017). Pereira et al. (2021) enquadra a internacionalização como um espaço estratégico para uma educação mais inclusiva, sugerindo que a mobilidade internacional legitima e acrescenta valor cultural e linguístico às práticas educativas. Bastos e Santos (2024) destaca especificamente os efeitos positivos da mobilidade, incluindo o aumento da consciência global, da valorização cultural, da maturidade pessoal e do crescimento intelectual.

Para além das vantagens gerais da experiência de mobilidade, o ICM em particular, ao promover o envolvimento dos participantes na dimensão intercultural, promove ativamente a rejeição de preconceitos em favor da construção de uma educação para a paz (Corradi, 2015). Pesquisas complementares de Bønløkke et al. (2018) identificam como estratégias fundamentais de aprendizagem a observação e compreensão das diferenças culturais, o desenvolvimento da autoconsciência cultural, a manutenção de uma atitude positiva e aberta e a comparação entre semelhanças e diferenças culturais. A melhoria da consciência multicultural durante experiências de mobilidade internacional depende de mecanismos estratégicos e reflexivos de aprendizagem que transformam os encontros culturais em oportunidades de desenvolvimento. Sierra-Huedo e Foucart (2022) apresenta evidências concretas do potencial da mobilidade, constatando que 100% dos participantes no estudo que realizaram melhoraram a consciência multicultural e aprenderam mecanismos para lidar com mal-entendidos interculturais.

A mobilidade internacional e a interação intercultural podem contribuir para a construção da paz, ao promover a compreensão mútua, desenvolver competências interculturais e criar redes transnacionais. Diversos estudos destacam mecanismos centrais através dos quais os intercâmbios produzem estes efeitos. É o caso de Wilson (2015) que identifica quatro vias de contribuição dos intercâmbios para a construção da paz: sinalização, mudança de atitudes, formação de redes e transferência institucional. Monteiro et al. (2020) destaca a mobilidade académica como um transmissor de valores para a educação para a paz, enquanto Bacher et al. (2024) apresenta evidências concretas, através de um estudo de caso, onde demonstra que intercâmbios de curta

duração ampliam perspetivas e fomentam competências interculturais. Este estudo de Bacher et al. (2024) investiga o contributo de programas de intercâmbio educacional internacional de curta duração em contextos de conflito, analisando em concreto o caso de estudantes ucranianos que visitaram uma escola austríaca durante o conflito partindo do pressuposto de que interações interculturais são essenciais para desenvolver compreensão mútua, respeito, colaboração e paz. Os resultados do estudo de Bacher et al. (2024) mostram benefícios significativos para os estudantes ucranianos, especialmente pela imersão cultural e interação com colegas austríacos. Apesar de desafios como barreiras linguísticas, o intercâmbio ampliou perspetivas e fortaleceu competências interculturais. O estudo destaca a importância do planeamento estruturado, apoio linguístico e atividades inclusivas para otimizar programas de intercâmbio educacional, promovendo compreensão mútua em contextos multiculturais e contribuindo para a educação para a paz (Bacher et al., 2024). Hanley e Chankseliani (2025) mostram que a competência intercultural é um processo dinâmico que continua a evoluir após a mobilidade internacional, influenciando o envolvimento e a forma de atuar ao nível profissional e social. A relevância do fenómeno reside, sobretudo, no seu potencial para desenvolver competências de comunicação intercultural, flexibilidade, adaptabilidade, empatia e resiliência (Hanley e Chankseliani, 2025).

Estes estudos realizados por diferentes autores sugerem que, o ICM pelo facto de promover o intercâmbio entre IES que representam tantas regiões, culturas, tradições e religiões diferentes, pode de facto servir como uma ferramenta muito eficaz para rejeitar preconceitos, fomentar a tolerância, a multiculturalidade e contribuir ativamente para a cidadania ativa e promoção dos valores europeus, nomeadamente a participação democrática e a paz.

3.3. A sinergia entre o ICM e a promoção do *soft power* da UE

Para além dos números de mobilidade e investimento, a verdadeira dimensão do *soft power* de um país reside na capacidade de alterar perceções, construir confiança e criar afinidades duradouras (Perilli, 2017). De acordo com o estudo realizado por Perilli (2017), o mecanismo central através do qual o Erasmus+ exerce a sua influência é o contacto pessoa-a-pessoa gerando o que ficou conhecido como o efeito Erasmus, uma transformação nas perceções sociais e culturais dos participantes (Perilli, 2017). Perilli (2017) fundamenta esta perspetiva com base numa pesquisa realizada junto de estudantes que participaram em mobilidades Erasmus em países vizinhos da UE, cujos resultados revelam que 92% se sentem mais próximos dos valores fundamentais europeus como os direitos humanos, a democracia e o Estado de direito, tendo mais de 90% afirmado terem-se tornado mais tolerantes, respeitadores da diversidade cultural e mais confortáveis perante diferentes valores e estilos de vida. Estes resultados demonstram que os participantes Erasmus+ são muito propensos a tornarem-se embaixadores informais da UE e que, ao regressarem aos seus países, tornam-se de facto

portadores do *soft power* europeu, partilhando as suas experiências positivas e os valores com que contataram, influenciando, pelo seu envolvimento ativo, as suas comunidades (Perilli, 2017).

Para que o Programa Erasmus+ seja um instrumento eficaz de *soft power*, a experiência individual positiva não é suficiente, sendo necessário que essa influência possa ser disseminada de forma significativa no país de origem do participante (Perilli, 2017). O estudo realizado por Perilli (2017) identifica três condições cruciais para o sucesso desta estratégia. A primeira condição é evitar o *brain drain*. É fundamental que os participantes regressem aos seus países de origem após o período de mobilidade pois se a maioria permanece no espaço europeu, o *soft power* não é exportado e a influência não se dissemina localmente. Em países mais pequenos e com menos habitantes, o impacto é proporcionalmente maior. Um número relativamente modesto de embaixadores informais pode fazer a diferença e alcançar uma massa crítica de influência. Por fim, é vital garantir a reciprocidade e que existe um elevado nível de fluxos de mobilidade em ambas as direções. Quando estudantes e *staff* europeus também viajam para os países parceiros, demonstram um espírito de parceria genuína e alcançam um público local que, de outra forma, não teria contato com o programa, ampliando o seu alcance (Perilli, 2017).

A estrutura do Programa Erasmus+ foi concebida de forma a incentivar os estudantes a regressarem aos seus países de origem após o intercâmbio, evitando uma migração permanente de talento. No caso específico do ICM o objetivo principal é desenvolver competências interculturais, fomentar a identificação com a UE e formar uma geração de indivíduos com visão global que regressem para contribuir nos seus países de origem. Neste contexto, o Programa Erasmus+ e, mais especificamente, o ICM tem promovido simultaneamente o processo de internacionalização e o denominado processo de *brain circulation*, conceito que descreve de forma mais rigorosa a natureza progressivamente multidirecional dos fluxos internacionais, bem como a crescente consciencialização de que estes padrões de mobilidade ou intercâmbio são mutuamente benéficos, tanto para as IES de origem como para as de acolhimento, na medida em que reforçam a sua atratividade e a sua dimensão internacional (Bhandari e Blumenthal, 2011, citados por D'Ambrosio e Latini, 2021).

De acordo com Kovba e Gribovod (2020), a mobilidade internacional e o *soft power* estabelecem uma relação mutuamente reforçada, na qual a mobilidade funciona tanto como ferramenta quanto como resultado das estratégias de *soft power*. Existe uma forte interdependência destes conceitos, em que a mobilidade atua simultaneamente como indicador e fonte de *soft power* estatal, sendo um meio relevante para alcançar objetivos geopolíticos e económicos a curto e longo prazo (Kovba e Gribovod, 2020). Este ciclo opera de forma dinâmica sendo que os países apostam em programas de mobilidade para fortalecer a sua reputação e estabelecer relações positivas, o que, por sua vez, aumenta a sua atratividade e capacidade de atrair mais estudantes e académicos internacionais (Byrne e Hall, 2013).

Alieva e Ambartsumyan (2022) demonstram este efeito ao analisar como a Rússia utiliza a mobilidade como estratégia de reforço da sua imagem externa, demonstrando, através de estudos de caso, que os intercâmbios académicos contribuem eficazmente para a desconstrução de estereótipos negativos e para a construção de imagens nacionais positivas (Alieva e Ambartsumyan, 2022). O *soft power* desempenha, pois, um papel importante na promoção de uma convivência pacífica em mundos multipolares marcados por conflitos (Nuradin e Ranova, 2023).

A evidência empírica sobre a sinergia entre mobilidade internacional e *soft power* da UE varia consideravelmente entre os estudos consultados. De facto, verifica-se que, diferentes estudos identificam vários mecanismos que ligam a mobilidade internacional à promoção do *soft power* da UE, destacando-se os contactos interpessoais e o intercâmbio cultural, que reforçam o interesse e a identificação europeia (Mitchell, 2012; Perilli, 2017; Lami e Myrta, 2021); a formação de identidade e consciência europeia através da experiência de mobilidade (Mitchell, 2012; Lami e Myrta, 2021; Oborune, 2013; Hadfield e Summerby-Murray, 2016); a criação de redes e efeitos alumni, que sustentam o impacto a longo prazo (Mitchell, 2012; Lami e Myrta, 2021; Ferreira-Pereira e Pinto, 2021); o papel dos participantes como embaixadores informais da UE (Mitchell, 2012; Perilli, 2017; Lami e Myrta, 2021); os processos de socialização e aprendizagem intercultural que promovem mudanças de atitude (Mitchell, 2012; Lami e Myrta, 2021; Mol, 2013); e, por fim, a construção de relações duradouras e a transferência de conhecimento entre indivíduos e instituições, reforçando o *soft power* europeu (Mitchell, 2012; Lami e Myrta, 2021; Ferreira-Pereira e Pinto, 2021).

No entanto, as diferenças entre países e regiões assim como o contexto geopolítico e o momento temporal podem moldar significativamente os efeitos da mobilidade no reforço do *soft power* da UE. Estudos que analisam países candidatos ou regiões da Política Europeia de Vizinhança reportam efeitos de sinergia particularmente fortes. Lami e Myrta (2021) constatam que 72% dos participantes albaneses sentem-se mais próximos dos valores da UE após a participação no Erasmus, enquanto Perilli (2017) enquadra os participantes do Erasmus+ na Tunísia, Ucrânia e Geórgia como embaixadores informais da UE. Participantes destes países provavelmente começam com um interesse de base mais elevado na integração europeia, dado o estatuto aspiracional dos seus países, o que poderá amplificar os efeitos da mobilidade em comparação com populações de Estados-Membros consolidados ou parceiros distantes, como a China.

Hadfield e Summerby-Murray (2016) examinam explicitamente como a crise financeira da Zona Euro conduziu a uma redefinição dos objetivos do Erasmus, passando de uma lógica de promoção da integração para uma orientação focada na empregabilidade, sugerindo que os objetivos e efeitos do programa evoluíram ao longo do tempo.

Estudos realizados durante períodos de crise podem capturar dinâmicas diferentes das observadas

em períodos estáveis, como é o caso do estudo realizado por Mitchell (2012) que refere que as crises económicas afetam as perceções sobre a UE, indicando que as condições macroeconómicas moderam a relação entre mobilidade e o *soft power*.

Ferreira-Pereira e Pinto (2021) analisam casos em que relações políticas de alto nível ficaram suspensas ou congeladas, como no Brasil e na Rússia, mas em que os laços educativos e redes de contacto persistiram e até se reforçaram. Isto sugere que o *soft power* baseado na mobilidade pode ter resiliência temporal, mantendo influência mesmo quando as relações diplomáticas de topo se deterioram. O conceito de Europa social baseada na experiência, de Mol (2013), sugere que os processos de socialização geram identificação para além das estruturas políticas formais da UE, eventualmente explicando, por que os efeitos da mobilidade persistem mesmo quando as relações políticas se deterioram, uma vez que os laços experiencialmente construídos operam independentemente das ligações institucionais.

Num contexto geopolítico internacional marcado por conflitos e pelo crescimento de tendências nacionalistas, que se contrapõem ao espírito do Programa Erasmus, baseado no intercâmbio, na interculturalidade e na promoção dos valores da UE, como a democracia, a liberdade, a igualdade e o respeito pela dignidade humana, é relevante questionar qual será o contributo futuro do Programa Erasmus+, em geral, e do ICM, em particular, para a promoção do *soft power* da UE.

A proposta apresentada pela Comissão Europeia para o Programa Erasmus 2028-2034, a 16 de julho de 2025, pode ser entendida como a continuação de uma forte aposta da parte da UE no Programa Erasmus como instrumento essencial para reforçar o *soft power* e a promoção dos valores da UE no mundo. Por outro lado, o *soft power* continua a ser entendido como essencial para lidar com as complexidades da diplomacia global num mundo multipolar. Ao apelar a valores culturais partilhados e ao promover relações internacionais positivas, os Estados podem reforçar a sua posição e influência no cenário internacional através de meios não coercivos. Perante um cenário global em constante mudança, saber utilizar o *soft power* é essencial para a resolução de questões geopolíticas complexas. Torna-se necessário uma abordagem abrangente e flexível à política externa, que valorize a diversidade, promova a comunicação e fomente o entendimento entre os povos (Baruah, 2024).

Conclusão

Este trabalho analisa o contributo do Programa Erasmus+ para a promoção do *soft power* da UE, com enfoque específico no ICM, no período entre 2014 e 2024. Partindo da evolução das relações internacionais num contexto de globalização e interdependência, destaca-se o conceito de *soft power* desenvolvido por Joseph Nye, entendido como a capacidade de influenciar através da atração, baseada na cultura, valores e políticas, em vez da coerção. O Erasmus+ é analisado na perspetiva de instrumento de *soft power* da UE, contribuindo para reforçar a imagem externa da UE e a promoção dos seus valores. O estudo adota como enquadramento teórico a teoria do *soft power* de Nye e o construtivismo de Alexander Wendt, seguindo uma abordagem qualitativa, exploratória e indutiva, baseada num estudo de caso único e ideográfico da Ação ICM, com recurso à análise documental.

O primeiro capítulo demonstra que o conceito de poder, apesar de central nas Relações Internacionais, permanece sujeito a múltiplas interpretações teóricas. Por um lado, salientam-se as teorias realistas de Hans Morgenthau, Kenneth Waltz e John Mearsheimer, em que o poder é tradicionalmente associado à dimensão material e coerciva (*hard power*), entendido como capacidade militar, económica e estrutural num sistema internacional anárquico. Por outro lado, destaca-se a contribuição teórica de Joseph Nye que introduz o conceito de *soft power*, entendido como a capacidade de influenciar através da atração, da legitimidade e da partilha de valores. Esta perspetiva permite compreender formas de poder menos visíveis, mas potencialmente mais sustentáveis, assentes na cultura, nas instituições e na credibilidade das políticas externas. Paralelamente, abordagens como o construtivismo de Alexander Wendt reforçam a ideia de que interesses, identidades e perceções são socialmente construídos, sublinhando a importância das normas e da socialização internacional. A análise desenvolvida permite evidenciar que, no contexto contemporâneo, o ensino superior e a mobilidade académica surgem como instrumentos estratégicos de projeção de influência. A diplomacia pública, particularmente na sua vertente educacional, constitui um mecanismo privilegiado de consolidação de reputação, criação de redes transnacionais e difusão de valores. Neste enquadramento, o Programa Erasmus+ destaca-se como um exemplo paradigmático de *soft power* institucional da UE, ao promover a mobilidade académica, fortalecer a cooperação internacional e contribuir para a construção de uma identidade europeia partilhada. Assim, conclui-se que o poder nas Relações Internacionais não pode ser reduzido à sua dimensão coerciva. Pelo contrário, a crescente relevância de instrumentos de *soft power*, como os programas de mobilidade académica, demonstram que a influência internacional é hoje exercida tanto pela capacidade de coagir como pela capacidade de atrair e persuadir. A compreensão integrada destas dimensões revelou-se essencial para analisar o posicionamento estratégico da UE e o papel do Programa Erasmus+ e do ICM enquanto vetor estruturante da sua ação externa.

O segundo capítulo mostra que o Programa Erasmus+ não surgiu como uma iniciativa isolada, mas como resultado de um processo de integração europeia, no qual a educação e a mobilidade académica foram progressivamente assumidas como instrumentos estratégicos de coesão e construção identitária. Os dados empíricos apresentados confirmam o crescimento sustentado do programa e demonstram o seu contributo significativo ao nível da multiculturalidade e no reforço do sentimento de identidade europeia. Estudos analisados ao longo do capítulo indicam que a experiência Erasmus promove uma socialização multinacional intensa, estimula o interesse pela Europa e pela UE e contribui para o desenvolvimento de uma identificação europeia mais forte, tanto na sua dimensão cognitiva como afetiva. Ainda que o alcance do programa permaneça limitado a uma percentagem minoritária da população jovem europeia, o seu efeito transformador sobre os participantes é amplamente reconhecido nos diferentes estudos analisados. Pela análise documental efetuada, foi possível demonstrar que o Erasmus+ ultrapassa a sua função educativa, afirmando-se como instrumento estratégico de diplomacia pública e de projeção internacional da UE. Ao fomentar o contacto pessoa-a-pessoa, a criação de redes transnacionais e a internacionalização de valores como democracia, direitos humanos, tolerância e cooperação, o programa contribui para a formação de embaixadores informais da UE, consolidando a sua imagem externa e reforçando a sua capacidade de influência através da atração. Deste modo, a informação presente nos diferentes estudos consultados permite concluir que o Erasmus+ constitui simultaneamente um pilar da integração europeia interna e um mecanismo relevante de *soft power* externo. A sua trajetória histórica, os contributos visíveis e a centralidade que ocupa nas políticas europeias confirmam que a mobilidade académica é hoje um dos instrumentos mais eficazes na promoção dos valores, da identidade e da projeção global da UE.

O terceiro capítulo mostra evidências de que o ICM se afirma como um dos instrumentos mais relevantes da dimensão externa da Comissão Europeia no âmbito do Programa Erasmus+. Desde a sua criação, no ciclo 2014–2020 e posteriormente consolidada no período 2021–2027 através da ação KA171, o ICM tem reforçado a projeção global do Espaço Europeu da Educação, promovendo mobilidade bidirecional entre os países da UE33 e países terceiros não associados ao programa. Os dados apresentados evidenciam a crescente centralidade da mobilidade internacional na estratégia europeia, quer pelo volume de participantes, quer pelo reforço orçamental significativo. A afetação de quase metade do orçamento da ação externa do Erasmus+ ao ICM confirma a sua importância estratégica enquanto instrumento de cooperação internacional, desenvolvimento humano e diplomacia pública. Para além dos indicadores quantitativos, a relevância do ICM manifesta-se sobretudo na sua capacidade de promover valores fundamentais da UE como a dignidade humana, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e os direitos humanos consagrados nos diferentes Tratados. A

mobilidade académica revela-se uma experiência transformadora, potenciando competências interculturais, inteligência cultural, multilinguismo e cidadania ativa. A evidência empírica demonstra que os participantes desenvolvem maior tolerância, consciência multicultural e proximidade aos valores europeus, tornando-se frequentemente embaixadores informais da UE nos seus países de origem. A sinergia entre mobilidade internacional e *soft power* revela-se, assim, dinâmica e mutuamente reforçada. A mobilidade funciona simultaneamente como instrumento e resultado das estratégias de *soft power*, fortalece a reputação internacional da UE, constrói redes transnacionais duradouras, promove processos de socialização normativa e contribui para a consolidação de relações resilientes, mesmo em contextos de tensão política. A lógica de *brain circulation*, em detrimento do *brain drain*, reforça o efeito local da experiência, permitindo que o capital humano adquirido seja reintroduzido nos contextos de origem. Contudo, os efeitos do *soft power* não são uniformes, variando consoante o contexto geopolítico, a região e o momento histórico. Em países candidatos à adesão ou inseridos na Política Europeia de Vizinhança, os resultados tendem a ser mais pronunciados, evidenciando que a mobilidade interage com aspirações políticas e identidades pré-existentes. Ainda assim, a persistência das redes educativas mesmo quando relações diplomáticas se deterioram demonstra a resiliência do *soft power* baseado em experiências interpessoais. Num cenário internacional marcado por crescente multipolaridade, conflitos e tendências nacionalistas, o ICM assume-se como um instrumento estratégico de promoção da paz, da compreensão intercultural e da cooperação sustentável. O reforço financeiro previsto para o próximo ciclo programático sinaliza a continuidade da aposta europeia na educação enquanto vetor de influência não coerciva. Assim, conclui-se que o ICM não constitui apenas um mecanismo de mobilidade académica, mas um instrumento estruturante da ação externa da UE. Ao promover a circulação de conhecimento, valores e experiências, o ICM contribui para consolidar a imagem da Europa como ator normativo e parceiro confiável, reforçando a sua capacidade de influência global através do *soft power.*

Tendo em consideração a pergunta de investigação, "Como é que a Ação ICM, no âmbito do Programa Erasmus+, contribuiu para a promoção do *soft power* da UE?", conclui-se que a investigação realizada com base em estudos de diferentes autores, permite demonstrar que o Programa Erasmus+, em geral, e a Ação ICM, em particular, são instrumentos eficazes para a disseminação e promoção dos valores da UE na Europa e no mundo. Especificamente, no período entre 2014 a 2024, é possível demonstrar uma aposta clara por parte da UE na colaboração com países terceiros por via da Ação ICM, fomentando o intercâmbio académico entre instituições de ensino superior da UE e instituições de ensino superior nas diferentes regiões do mundo, contribuindo para o aumento da visibilidade da UE e dos seus valores a nível internacional. Toda a bibliografia analisada permite considerar que o

Erasmus+ demonstra eficácia consistente na promoção dos valores da UE entre os participantes, com evidências que apontam para um maior sentimento de pertença à UE, reforço das competências interculturais e desenvolvimento de capacidades cívicas. Estes resultados são alcançados através de experiências de mobilidade, aprendizagem intercultural e interações entre pares que criam redes internacionais. Da mesma forma, conseguiu-se demonstrar a forte aposta da UE na sua dimensão internacional evidenciando o grande potencial do ICM para projetar globalmente os valores da UE.

A literatura reconhece o contributo do Programa Erasmus e do ICM para a construção de uma identidade europeia e promoção dos valores da UE, embora demonstre que o seu contributo ao nível da promoção da paz não está totalmente explorado. Como linha de investigação para trabalhos futuros, propõe-se a análise do papel do ICM num contexto geopolítico marcado por conflitos e a adoção de uma abordagem tendencialmente de *hard power*. Poderá ser particularmente relevante compreender, em situações de conflito, como seja o caso de Israel/Palestina ou Rússia/Ucrânia, se as dinâmicas de mobilidade académica existentes antes do conflito conseguem ser mantidas e se assumem um papel ativo na construção de pontes que favoreçam o diálogo e a promoção da paz.

Anexos

Anexo1 - Ações que integram a estrutura do Programa Erasmus+

Apresenta-se de seguida uma síntese das Ações que integram a estrutura do Programa Erasmus+ e as suas principais características (Guia do Programa Erasmus+, 2025, 12 de novembro):

AÇÃO-CHAVE 1: MOBILIDADE INDIVIDUAL PARA FINS DE APRENDIZAGEM

- Mobilidade de estudantes e pessoal: O programa proporciona experiências de aprendizagem ou profissionais no estrangeiro a estudantes, docentes e não docentes, formadores, jovens, técnicos de juventude e membros de instituições educativas e da sociedade civil, promovendo competências e intercâmbio internacional nos domínios do ensino superior, ensino e formação profissionais, ensino escolar, educação de adultos e juventude.
- Atividades de participação juvenil: Apoiam iniciativas lideradas por jovens que promovem a participação democrática, os valores da UE e o diálogo com decisores políticos, contribuindo para objetivos europeus comuns.
- Mobilidade de pessoal no setor do desporto: Foca-se no desporto de base, permitindo a treinadores e profissionais aprimorar competências e qualificações através de experiências de aprendizagem no estrangeiro.
- DiscoverEU: Oferece a jovens de 18 anos uma experiência educativa de viagem pela Europa, promovendo pertença à UE, contacto com a diversidade cultural, desenvolvimento de competências, mobilidade sustentável e inclusão de jovens com menos oportunidades.
- Apoio à aprendizagem de línguas: Participantes em mobilidade têm acesso a formação linguística, principalmente via plataforma Apoio Linguístico em Linha (OLS) do Erasmus+, com alternativas presenciais ou adaptadas quando necessário.
- Intercâmbios virtuais: Promovem diálogo intercultural e competências sociais, online, entre participantes dos países terceiros não associados ao programa e participantes dos Estados-Membros da EU ou países terceiros associados ao programa.

AÇÃO-CHAVE 2: COOPERAÇÃO ENTRE ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES

- Parcerias para a cooperação que incluem três formatos principais:
  - Parcerias de cooperação: Apoiam organizações a melhorar a qualidade das atividades, fortalecer redes transnacionais, promover internacionalização, intercâmbio de experiências e disseminação de boas práticas.

- Parcerias de pequena dimensão: Destinam-se a organizações locais e novos participantes de menor experiência, oferecendo subvenções reduzidas, prazos curtos e processos simplificados, para aumentar a inclusão e reduzir barreiras de acesso ao Erasmus+.
- Parcerias europeias para o desenvolvimento escolar: Destinam-se a promover a colaboração entre escolas de toda a Europa, melhorar os métodos de aprendizagem e implementação de boas práticas.

- Parcerias de excelência que englobam as seguintes iniciativas:
  - Universidades Europeias: Apoiam alianças transnacionais de ensino superior que desenvolvem estratégias conjuntas de longo prazo para promover educação, investigação e inovação de excelência, baseadas em valores e visão comuns.
  - Centros de Excelência Profissional: Promovem excelência no ensino e formação profissionais, envolvendo atores locais e redes internacionais para criar ecossistemas de competências que respondam às mudanças económicas, sociais, ecológicas e digitais, abrangendo formação inicial de jovens e atualização de adultos.
  - Academias de Professores Erasmus+: Criam parcerias europeias de formação docente, promovendo uma perspetiva internacional, multilinguismo, diversidade cultural e alinhamento com as prioridades educativas da UE.
  - Ação Erasmus Mundus: Reforça a excelência e internacionalização do ensino superior através de programas de mestrado conjuntos, abertos a instituições europeias e de outros países.
- Parcerias de inovação incluem as seguintes ações:
  - Alianças para a Inovação: Promovem a cooperação entre ensino superior, ensino e formação profissionais, empresas e investigação para modernizar sistemas educativos, fomentar inovação e desenvolver competências alinhadas com as necessidades do mercado e setores estratégicos da UE.
  - Projetos orientados para o futuro: Apoiam iniciativas inovadoras que transformam métodos e práticas de aprendizagem, promovendo criatividade, empreendedorismo social, participação ativa e coesão social em linha com prioridades estratégicas da UE.
- Reforço de capacidades, projetos que compreendem quatro modalidades, todas baseadas em parcerias multilaterais entre organizações da UE, de países terceiros associados e de países terceiros não associados ao programa, com foco no desenvolvimento sustentável:
    - No ensino superior: Contribuem para a qualidade, relevância, modernização e acessibilidade do ensino superior em países terceiros não associados, reforçando o seu papel como motor de desenvolvimento socioeconómico.

- No ensino e formação profissionais (EFP): Visam tornar os sistemas e instituições de EFP mais acessíveis, responsivos e alinhados com as necessidades do mercado de trabalho nesses países, promovendo a melhoria contínua de qualificações.
- No setor da juventude: Fortalecem organizações que trabalham com jovens através da aprendizagem não formal, incentivando a participação ativa e o intercâmbio internacional entre entidades de diferentes países.
- No domínio do desporto: Apoiam a cooperação internacional em políticas e atividades desportivas como instrumentos de educação, promoção de valores e desenvolvimento pessoal e comunitário, com foco em comunidades de países terceiros não associados ao programa.

- Eventos desportivos sem fins lucrativos: Apoiam a organização de eventos desportivos por entidades públicas ou sem fins lucrativos, promovendo visibilidade do Erasmus+, inclusão social, igualdade de oportunidades e atividade física saudável.
- Plataformas digitais de colaboração: Recursos como a Plataforma de Educação Escolar Europeia (incluindo o eTwinning), a Plataforma Eletrónica para a Educação de Adultos na Europa (EPALE) e o Portal Europeu da Juventude oferecem espaços virtuais de cooperação, ferramentas de procura de parceiros, comunidades de partilha de práticas e diversos serviços online. Estes destinam-se a professores, formadores, técnicos de juventude, decisores políticos e outros profissionais, bem como a alunos, jovens e aprendentes adultos, dentro e fora da Europa.

AÇÃO-CHAVE 3: APOIO À ELABORAÇÃO DE POLíTICAS E À COOPERAÇÃO

- Juventude Europeia Unida:
  - Dirigida tanto a organizações de juventude locais como a entidades de maior dimensão, esta iniciativa promove parcerias transfronteiriças que contribuam para aumentar a sensibilização e o envolvimento dos jovens. Pretende garantir a diversidade de perspetivas e alcançar um público jovem alargado, incluindo aqueles com menos oportunidades. As atividades devem recorrer a múltiplos canais, quer tradicionais quer digitais, e incentivar a criação de redes e parcerias que facilitem a participação de organizações de base comunitária e movimentos juvenis.
- Além disso, esta ação-chave engloba:
  - Apoio à agenda política da EU: Inclui iniciativas que contribuem para a implementação das políticas europeias em educação, formação, juventude e desporto, bem como das

respetivas agendas setoriais — ensino superior, EFP, ensino escolar e educação de adultos — facilitando a governação e a aplicação dos Métodos Abertos de Coordenação.

- Experimentação de políticas europeias: Envolve projetos liderados por autoridades públicas de alto nível que testam, em contextos reais e em vários países, medidas políticas fundamentadas em metodologias de avaliação robustas. Em linha com a Estratégia da UE para a Juventude, inclui também apoio financeiro às estruturas responsáveis pelos grupos de trabalho nacionais envolvidos no Diálogo da UE com a Juventude.
- Produção e análise de conhecimento: Consiste na recolha e sistematização de dados sobre sistemas e políticas nos domínios abrangidos, a nível nacional e europeu, para sustentar decisões políticas baseadas em evidência. Para tal, recorrem-se a estudos, inquéritos internacionais e conhecimentos especializados temáticos e por país.
- Transparência, reconhecimento de competências e percursos flexíveis: Apoia o reconhecimento de qualificações, a transferência de créditos, a validação da aprendizagem não formal e informal e o reforço dos mecanismos de garantia de qualidade. Engloba ainda o apoio a redes e organismos nacionais e europeus que facilitem a mobilidade e o desenvolvimento de percursos de aprendizagem mais flexíveis entre diferentes setores e contextos educativos.
- Diálogo político e sensibilização: Promove a interação entre decisores políticos, profissionais e outras partes interessadas através de conferências, eventos e atividades de cooperação, com o objetivo de divulgar as agendas políticas europeias e projetar a Europa como um espaço de excelência em educação e investigação.
- Cooperação com organizações internacionais: Favorece a colaboração com entidades como a OCDE ou o Conselho da Europa, reconhecidas pelo seu conhecimento especializado, reforçando o impacto e o valor acrescentado das políticas europeias nos domínios da educação, formação, juventude e desporto.
-

AÇÕES JEAN MONNET

- As ações Jean Monnet apoiam:
  - No ensino superior: Apoiam instituições de ensino superior dentro e fora da Europa no reforço do ensino e da investigação sobre a integração europeia, bem como na promoção do diálogo entre academia e decisores políticos sobre prioridades da União. São abrangidas as seguintes sub-ações:
    - Módulos Jean Monnet: unidades de ensino de curta duração dedicadas a temas relacionados com a União Europeia;

- Cátedras Jean Monnet: posições de docência de maior duração para especialistas em estudos europeus;
- Centros de Excelência Jean Monnet: estruturas que agregam conhecimento especializado em estudos da UE, promovendo atividades transnacionais e relações académicas consolidadas com instituições de outros países.

- Noutros domínios da educação e formação: Promovem o conhecimento sobre a UE em escolas e instituições de EFP nos Estados-Membros e países terceiros associados ao programa, oferecendo recursos para a elaboração de conteúdos educativos e apoio à formação de professores com metodologias atualizadas. Fomentam ainda debates e trocas de experiências sobre o ensino de temas europeus entre escolas e atores do EFP.
- Debate de políticas Jean Monnet: As Redes Jean Monnet no ensino superior reúnem parceiros para recolher, partilhar e discutir resultados de investigação, materiais pedagógicos e outros produtos relacionados com temas alinhados com prioridades da Comissão Europeia. Estas redes promovem igualmente o intercâmbio de boas práticas e experiências no ensino colaborativo entre instituições de diferentes países e são também aplicadas a outros níveis de ensino e formação.
- Apoio a instituições designadas: Esta ação financia instituições com missão estratégica para a UE, garantindo serviços de elevada qualidade aos cidadãos e Estados-Membros em áreas prioritárias. As atividades incluem investigação, formação para futuros profissionais de organizações internacionais e da administração pública, bem como eventos e divulgação de informação relevante sobre temas prioritários da UE.

Bibliografia

Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação. (s.d.). *Programa Erasmus+ 2021-2027*. https://erasmusmais.pt/erasmus/programa/#1646557712788-ec5afeee-21f3

Agência Nacional PROALV. (2012). *Geração Erasmus: Tudo o que precisas de saber para o teu Erasmus* [Guia]. Fórum Estudante. https://www.eshte.pt/downloads/GUIA_ERASMUS_WEB.pdf

Aguirreazkuenaga, I. (2010). Universidad y lengua: universidades multilingües para una Europa plurilingüe. *Revista Vasca de Administración Pública (RVAP). Administrazio Publikoaren Euskal Aldizkaria, (86)*, 17–46. https://doi.org/10.47623/ivap-rvap.86.2010.2.01

Alieva, L., & Ambartsumyan, K. (2022). The role of international academic mobility in strengthening the efficiency of "soft power" policy of modern Russia. Vestnik of Saint Petersburg University. International Relations.

American Immigration Law Foundation. (2003). *Foreign students on campus: An asset to our nation*. https://www.americanimmigrationcouncil.org/wp-content/uploads/2025/01/Foreign%20Students.pdf

Amirbek, A., & Ydyrys, K. (2014). Education as a soft power instrument of foreign policy. *Procedia - Social and Behavioral Sciences, 143*, 501–503. https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.07.423

Anheier, H. K., Knudsen, E., & List, R. A. (2023). *Soft power and the new geopolitics: Germany in comparative perspective*. Palgrave Macmillan.

Babbie, E. (2011). *The basics of social research* (5th ed.). Wadsworth Cengage Learning.

Bacher, S., Bacher, M., Kraler, C., & Binytska, K. (2024). A Ukrainian student visit at an Austrian school in times of war: Implications for peace education. The Modern Higher Education Review, 9, 141–162. https://doi.org/10.28925/2617-5266/2024.99

Baldwin, D. A. (2013). Power and international relations. In W. Carlsnaes, T. Risse, & B. A. Simmons (Eds.), *Handbook of international relations* (2nd ed., pp. 273–297). SAGE.

Baylis, J., Smith, S., & Owens, P. (2014). *The globalization of world politics: An introduction to international relations*. Oxford University Press.

Baruah, A. D. (2024). Influence of soft power in shaping diplomacy and foreign policy. Electronic Journal of Social & Strategic Studies. https://doi.org/10.47362/ejsss.2024.5214

Bastos, T. L., & Santos, M. M. e. (2024). Aspectos psicoculturais e questões identitárias na experiência de mobilidade acadêmica internacional na UEFS. Anais dos Seminários de Iniciação Científica.

Bennett, A. (2008). Case study methods: Design, use, and comparative advantages. In D. Della Porta & M. Keating (Eds.), *Approaches and methodologies in the social sciences: A pluralist perspective* (pp. 208–222). Cambridge University Press.

Bhandari, R., & Blumenthal, P. (2011). Global student mobility and the twenty-first century Silk Road: National trends and new directions. In R. Bhandari & P. Blumenthal (Eds.), International students and global mobility in higher education: National trends and new directions (pp. 1–24). Palgrave Macmillan.

Bhardwaj, A., & Kumar, M. (2023). The incremental role of higher education in the soft power milieu: Impressions from China and India. *International Journal of Chinese Education, 12*(1), 2212585X221144924. https://doi.org/10.1177/2212585X221144924

Bislev, A. (2017). Student-to-student diplomacy: Chinese international students as a soft power tool. *Journal of Current Chinese Affairs, 46*(2), 81–109.

Bobotsi, C. (2021). *EU education diplomacy: Embeddedness of Erasmus+ in the EU's neighbourhood and enlargement policies*. College of Europe. https://aei.pitt.edu/103402/1/edp_3-2021_bobotsi.pdf

Bønløkke, M., van der Linde, L., & De Lorenzo Urien, E. (2018). Situations and strategies for cultural learning in a short exchange programme. Nordic Journal of Nursing Research, 38(4), 204–

211. https://doi.org/10.1177/2057158517752549

Brown, C., & Ainley, K. (2009). *Understanding international relations*. Macmillan International Higher Education.

Bryman, A. (2012). *Social research methods* (4th ed.). Oxford University Press.

Byrne, C., & Hall, R. (2013). Realising Australia's international education as public diplomacy. *Australian Journal of International Affairs*, *67*(4), 419–438. https://doi.org/10.1080/10357718.2013.806019

Comissão Europeia. (2025, 12 de novembro). Erasmus+ Guia do Programa (Versão 1). https://erasmus-plus.ec.europa.eu/sites/default/files/2025-11/programme-guide-2026_pt.pdf

Conselho da União Europeia. (2011). *Recomendação do Conselho de 28 de junho de 2011, "Juventude em movimento" — Promoção da mobilidade para efeitos de aprendizagem dos jovens (2011/C 199/01). Jornal Oficial da União Europeia, C 199*, 1–5. http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex%3A32011H0707(01)

Conselho da União Europeia. (2025, 4 fevereiro). Programa Erasmus+. https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/erasmus-plus-programme/

Corradi, S. (2015). Student mobility in higher education: Erasmus and Erasmus Plus. Laboratory of Lifelong Learning, Department of Education and Training, Roma Tre State University. https://www.unicusano.it/wp-content/uploads/2015/11/Erasmus_Erasmusplus_Corradi_EN.pdf

Cull, N. J. (2008a). Public diplomacy before Gullion: The evolution of a phrase. In N. Snow & P. M. Taylor (Eds.), *Routledge handbook of public diplomacy* (pp. 39–43). Routledge.

Cull, N. J. (2008b). Public diplomacy: Taxonomies and histories. *The annals of the American academy of political and social science, 616*(1), 31-54.

Cull, N. J. (2009). *Public diplomacy: Lessons from the past* (Vol. 12). Figueroa Press.

Culligan, K., Incze, G., & Robinson, J. (2023). How international student mobility (ISM) builds trust and long-term relationships around the world. *British Council*. https://doi.org/10.57884/E5EN-EF34

Dahl, R. A. (1957). The concept of power. *Behavioral Science, 2*(3), 201–215.

D'Ambrosio, G., & Latini, E. (2021). Analysis of the mobility flows within the Erasmus+ International Credit Mobility Programme at Sapienza University of Rome. Italian Journal of Sociology of Education, 13(1), 49–69. https://ijse.padovauniversitypress.it/system/files/papers/IJSE-2021-1-3_0.pdf

De Martino, M., Barnashov, O., Alonzi, R., & Isidori, E. (2024). The "Erasmus" Programme in the European and multipolar educational area. *In gumilev atyndagy eurazia ulttyk universitetiniņ habarsysy. saasi gylymdar, ajmaķtanu, sygystanu, turkitanu seriasy*, *146*(1), 110-128.

De Wit, H., & Wang, L. (2024). Lessons from over 70 years of regional alignment processes in Europe for international higher education. *Journal of International Cooperation in Education, 26*(1), 5–19. https://doi.org/10.1108/JICE-09-2023-0023

DGES. (n.d.). Erasmus+. https://www.dges.gov.pt/en/pagina/erasmus-1

Dias, L. D., & Morais, D. S. (2015). Nos caminhos da experiência intercultural: Um estudo sobre a mobilidade estudantil internacional de partida da UFG. Textos e Debates. https://doi.org/10.18227/2217-1448TED.V1I27.2844

Dias, R., Gabriels, W., & Lepore, S. (2025). A multiannual financial framework aligned with the Erasmus+ programme 2028–2034. Erasmus Student Network AISBL. https://esn.org/sites/default/files/news/the_future_is_erasmus_a_multiannual_financial_framework_aligned_with_the_erasmus_programme_2028-2034.pdf

Dionisio, M. (2018). La adecuación de la formación del profesorado al plurilingüismo y la excelencia a través de un proyecto KA1 de Erasmus+. MULTIárea: Revista de didáctica.

https://doi.org/10.18239/mard.v0i9.1538

DIPLOCAT. (2019). *The role of public diplomacy in the digital age: Comparative models* [International workshop]. Barcelona, Spain.

Drezner, D. (2021). Power and international relations: A temporal view. *European Journal of International Relations, 27*(1), 29–52. https://doi.org/10.1177/1354066120969800

Dressler, R., White Prosser, C., Liu, J., Jardine, L., Neutzling, N., Ma, Y., van Beers, R. A., Liu, N., Pira, R., & McCurdy, K. (2021). Benefits of international teacher and student exchanges for participant outcomes, school communities and K–12 education systems: A review of the literature. *Alberta Teachers' Association*.

Dumitru, Ş. M. (2022). Soft power or hard power, can the EU have a geopolitical awakening? In *Fostering recovery through metaverse business modelling* (pp. 646–655).

Erasmus 2028–2034: Evolution over revolution. (2025, 16 de julho). Swisscore. https://www.swisscore.org/erasmus-2028-2034-evolution-over-revolution/

Erasmus+ Programme level overview of project data. (2025, outubro 1). European Union. Consultado em 21 de outubro de 2025, de https://erasmus-plus.ec.europa.eu/resources-and-tools/factsheets-statistics-evaluations/statistics/data/overview

Erasmus Student Network. (2024). *Letter of the Erasmus Generation to Members of the European Parliament*. https://esn.org/sites/default/files/news/letter_of_the_erasmus_generation_to_members_of_the_european_parliament.pdf

European Commission. (2009). *Communiqué of the conference of European ministers responsible for higher education, Leuven and Louvain-la-Neuve, 28–29 April 2009*. https://ehea.info/Upload/document/ministerial_declarations/Leuven_Louvain_la_Neuve_Communique_April_2009_595061.pdf

European Commission. (2017). *Combined evaluation of Erasmus+ and predecessor programmes: Final report* – main evaluation (Volume 1). Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture. Publications Office of the European Union. https://ec.europa.eu/assets/eac/erasmus-plus/eval/icf-volume1-main-report.pdf

European Commission. (2019). *Erasmus+ higher education impact study – Final report*. Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture. Publications Office of the European Union. https://data.europa.eu/doi/10.2766/162060

European Commission: Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture. (2021). *Erasmus+ 2021-2027: enriching lives, opening minds through the EU programme for education, training, youth and sport*. Publications Office of the European Union. https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/ff1edfdf-8bca-11eb-b85c-01aa75ed71a1/language-en

European Commission. (2024, outubro). Erasmus+ International Credit Mobility: Handbook for participating organisations (Version 6.1). https://erasmus-plus.ec.europa.eu/document/erasmus-international-credit-mobility-handbook-for-participating-organisations

European Commission. (2025). *Mobility – International Credit Mobility: Data Dashboard* [Base de dados on-line]. Consultado em 31 outubro 2025, de https://webgate.ec.europa.eu/eacdashboard/sense/app/c553d9e9-c805-4f7a-90e4-103bd1658077/sheet/4befabf9-d9bb-455f-969b-00dda5fa65ad/state/analysis

European Commission. (2025, 23 de abril). Learning mobility projects: Data. Erasmus+. https://erasmus-plus.ec.europa.eu/resources-and-tools/factsheets-statistics-evaluations/statistics/data/learning-mobility-projects

European Commission. (2025, 15 de julho). *Report from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on the interim evaluation of the 2021–2027 Erasmus+ programme and the final evaluation of the 2014–2020 Erasmus+ programme* (COM(2025) 395 final).

https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex:52025DC0395

European Commission. (n.d.-a). Erasmus+ performance. https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/eu-budget/performance-and-reporting/programme-performance-statements/erasmus-performance_en

European Commission. (n.d.-b). Erasmus+ multiannual indicative programme 2021–2027. https://international-partnerships.ec.europa.eu/document/download/ae1b61bc-1638-49bd-a2d6-2f9d5bbf609f_en

European Commission. (n.d.-c). Global Gateway. https://commission.europa.eu/topics/international-partnerships/global-gateway_en

European Union. (2016). Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (CELEX: 12016ME/TXT). Jornal Oficial da União Europeia. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:12016ME/TXT

Ferreira-Pereira, L. C., & Mourato Pinto, J. (2021). Soft power in the European Union's strategic partnership diplomacy: The Erasmus Plus Programme. In L. C. Ferreira-Pereira & M. Smith (Eds.), *The European Union's strategic partnerships: Global diplomacy in a contested world* (pp. 69–94). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-030-66061-1_4

Freitas, M. E. (2008). O imperativo intercultural na vida e na gestão contemporânea. *Organizações & Sociedade, 15*(45). https://doi.org/10.1590/S1984-92302008000200005

Furlong, P., & Marsh, D. (2010). A skin not a sweater: Ontology and epistemology in political science. In D. Marsh & G. Stoker (Eds.), *Theory and methods in political science* (3rd ed., pp. 184–211). Palgrave Macmillan.

Gallarotti, G. M. (2011). Soft power: What it is, why it's important, and the conditions for its effective use. *Journal of Political Power, 4*(1), 25–47.

Gallarotti, G. M. (2021). The changing face of power in international relations, 1979–2019. In G. M. Gallarotti, *Essays on evolutions in the study of political power* (pp. 209–234). Routledge.

Gauttam, P., Singh, B., Singh, S., Bika, S. L., & Tiwari, R. P. (2024). Education as a soft power resource: A systematic review. *Heliyon, 10*(1), e23736. https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e23736

Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e as suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas, 35*(2–4), 57–63.

Godoy, K., & Bueno, J. M. (2025). A experiência da mobilidade internacional voluntária – acadêmica ou profissional – no desenvolvimento de competências interculturais. Revista de Carreiras e Pessoas. https://doi.org/10.23925/recape.v15i1.60937

Goksu, F. (2020). Intercultural mobility and European identity: Impact of the Erasmus exchange programme in terms of cultural differences. *Central European Journal of Communication, 13*(25), 77–94. https://doi.org/10.19195/1899-5101.13.1(25).6

Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 105–117). Sage Publications.

Hadfield, A., & Summerby-Murray, R. (2016). Vocation or vocational? Reviewing European Union education and mobility structures. European Journal of Higher Education, 6(3), 237–255. https://doi.org/10.1080/21568235.2015.1099453

Hanley, N., & Chankseliani, M. (2025). Intercultural competence beyond international student mobility: Insights from a global study. Journal of Studies in International Education. Advance online publication. https://doi.org/10.1177/10283153251364515

Hartig, F. (2016). *Chinese public diplomacy: The rise of the Confucius Institute*. Routledge.

House of Commons Library. (2021). The Erasmus programme (Briefing Paper No. 8326). UK Parliament. Disponível em https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-8326/

Hristova, P., & Hristozova, K. (2023). The impact of Erasmus+ mobilities on European identity: Insights from Sofia University. https://doi.org/10.47298/comela22.1-12

Johanesová, L. (2024). Impact of Erasmus+ youth exchanges on the civic participation in the European countries. *Ekonomické Rozhľady, 53*(1), 79–92. https://doi.org/10.53465/er.2644-7185.2024.1.79-92

Keohane, R. O., & Nye, J. S. (1977). *Power and interdependence: World politics in transition*. Little, Brown.

Keohane, R. O., & Nye, J. S. (2012). *Power and interdependence* (4th ed.). Longman.

Kearn, D. W. (2011). The hard truths about soft power. *Journal of Political Power, 4*(1), 65–85. https://doi.org/10.1080/2158379X.2011.556346

Kearn, D. W. (2023). The crisis of American soft power. In A. P. Dobson (Ed.), *Alternative paths to influence* (pp. 15–32). Routledge.

Köylü, Z., & Borràs, J. (2024). "I came as a visitor, but I stayed": An ERASMUS-sojourn in an ELF country. *Language and Intercultural Communication, 24*(6), 617–631. https://doi.org/10.1080/14708477.2023.2286471

Kroenig, M., McAdam, M., & Weber, S. (2010). Taking soft power seriously. *Comparative Strategy, 29*(5), 412–431. https://doi.org/10.1080/01495933.2010.520986

Kovba, D., & Gribovod, E. (2020). International academic mobility through the prism of soft power theory. The Education and Science Journal.

Lami, B., & Mirta, R. (2021). Erasmus programme as an instrument of EU public diplomacy. *Jus & Justicia, 15*(1), 51–67. https://doi.org/10.58944/bcak4193

Larbi, F. O., & Ashraf, M. A. (2019). International academic mobility in Chinese academia: Opportunities and challenges. *International Migration, 58*(3), 148–162. https://doi.org/10.1111/imig.12655

Leitão, F. M. A., & Valente, I. M. F. (2018). O programa de mobilidade Erasmus e a cidadania europeia: trinta anos e nove milhões de pessoas depois...! *Debater a Europa*, (19), 19-34. https://doi.org/10.14195/1647-6336_19_2

Levy, J. S. (2008). Case studies: Types, designs, and logics of inference. *Conflict Management and Peace Science, 25*(1), 1–18. https://doi.org/10.1080/07388940701860318

Lukes, S. (2005). Power and the battle for hearts and minds. *Millennium: Journal of International Studies, 33*(3), 477–493. https://doi.org/10.1177/03058298050330031201

Luqiu, L. R., & McCarthy, J. D. (2019). Confucius Institutes: The successful stealth "soft power" penetration of American universities. *The Journal of Higher Education, 90*(4), 620–643. https://doi.org/10.1080/00221546.2018.1541433

Lynch, J. (2024). When soft power is spent: Gaza, Ukraine, and Europeans' standing in the Arab world. *European Council on Foreign Relations*. https://ecfr.eu/article/when-soft-power-is-spent-gaza-ukraine-and-europeans-standing-in-the-arab-world/

Mahmood, R. M. (2025). Power in international relations: Insights from realist and liberal theories. ESI Preprints *(European Scientific Journal, ESJ), 21*(8), 27–27.

Manor, I., & Golan, G. J. (2020). The irrelevance of soft power. *E-International Relations*, 1–6.

Mearsheimer, J. J. (2001). *The tragedy of great power politics*. W. W. Norton.

Mitchell, K. (2012). Student mobility and European identity: Erasmus study as a civic experience? Journal of Contemporary European Research, 8(4), 490–518. https://www.jcer.net/index.php/jcer/article/download/473/369/2420

Mitchell, K. (2015). Rethinking the 'Erasmus Effect' on European Identity. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, *53*(2), 330-348. https://doi.org/10.1111/jcms.12152

Mitrović, M. (2022). The criticism of the universal expression of soft power from the point of view of a small state. *Vojno Delo, 74*(5), 15–28. https://doi.org/10.5937/vojdelo2205015M

Monteiro, A., Lopes, S., & Carbone, F. (2020). Academic mobility. In Role and impact of tourism in peacebuilding and conflict transformation (Cap. 16). https://doi.org/10.4018/978-1-7998-5053-3.ch016

Morgenthau, H. J. (1948). *Politics among nations: The struggle for power and peace*. Alfred A. Knopf.

Mota, L., & Pena, F. (2023). O desenvolvimento da inteligência cultural durante o intercâmbio no Brasil: Diálogos com estudantes de nove países. Revista Eletrónica Multidisciplinar de Investigação Científica. https://doi.org/10.56166/remici.238v2n7964

Neuman, W. L. (2014). *Social research methods: Qualitative and quantitative approaches*. Pearson.

Nogueiro, T. (2020). Erasmus programme: SWOT analysis applied to the international credit mobility. A case study. In INTED2020 Proceedings (pp. 3149–3158). IATED. https://doi.org/10.21125/inted.2020.0912

Nuradin, G., & Ranova, G. (2023). Soft power in a multipolar world: Philosophical reflections on cultural diplomacy. Qogam jane Dauir. https://doi.org/10.52536/2788-5860.2023-3.01

Nuruzzaman, M., & Sarker, N. M. (2025). Joseph Nye's soft power theory and the dynamics of China–India soft power competition in South Asia: A comparative analysis. *The International Spectator, 60*(1), 1–20. https://doi.org/10.1080/03932729.2025.2533919

Nye, J. S. (1990a). Soft power. *Foreign Policy, 80*, 153–171. https://doi.org/10.2307/1148580

Nye, J. S. (1990b). The changing nature of world power. *Political Science Quarterly, 105*(2), 177–192.

Nye, J. S. (2004a). When hard power undermines soft power. *New Perspectives Quarterly, 21*(3), 13–15. https://doi.org/10.1111/j.1540-5842.2004.00673.x

Nye, J. S. (2004b). Wielding soft power. In *Soft power: The means to success in world politics* (pp. 99–125). PublicAffairs. https://www.belfercenter.org/sites/default/files/legacy/files/joe_nye_wielding_soft_power.pdf

Nye, J. S. (2004c). *Soft power: The means to success in world politics*. Public Affairs.

Nye, J. S. (2004d). *Soft Power and Higher Education*. Forum for the Future of Higher Education https://library.educause.edu/-/media/files/library/2005/1/ffp0502s-pdf

Nye, J. S. (2008). Public diplomacy and soft power. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science, 616*(1), 94–109. https://doi.org/10.1177/0002716207311699

Nye, J. S. (2011a). *The future of power*. Public Affairs.

Nye, J. S. (2011b). Power and foreign policy. *Journal of Political Power, 4*(1), 9–24. https://doi.org/10.1080/2158379X.2011.556846

Nye, J. S. (2017). Soft power: The origins and political progress of a concept. *Palgrave Communications, 3*(1), 1–3. https://doi.org/10.1057/palcomms.2017.8

Nye, J. S. (2022). Soft power after Ukraine. *Project Syndicate*. https://www.project-syndicate.org/commentary/soft-power-after-russia-war-in-ukraine-by-joseph-s-nye-2022-05

Nye, J. S. (2023). *Soft power and great-power competition: Shifting sands in the balance of power between the United States and China*. Springer Nature.

Nye, J. S. (2025). The future of American soft power. *Project Syndicate*. https://prosyn.org/G4FAfkn

Oborune, K. (2013). Becoming more European after Erasmus? The impact of the Erasmus programme on political and cultural identity. *Epiphany: Journal of Transdisciplinary Studies, 6*(1), 182–202.

Oborune, K. (2015). Becoming more EUropean or European after ERASMUS? *Politeja, 12*(37), 75–94. https://doi.org/10.12797/POLITEJA.12.2015.37.06

Oliveira, A., & Freitas, M. E. de. (2017). Relações interculturais na vida universitária: Experiências de mobilidade internacional de docentes e discentes. *Revista Brasileira de Educação, 22*(70). https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227039

Pacheco, M. L. T. (2022). *O soft power e a diplomacia pública da União Europeia: O caso do Programa Erasmus+* (Tese de mestrado). Universidade do Minho.

Patel, A., & Tiwari, R. (2024). Critical analysis of international law failures in the Russian invasion of Ukraine: Implications for global security. *Law and Safety, 2024*(3), 46–55. https://doi.org/10.32631/pb.2024.3.04

Pereira, L. S. M., Santclair, D., & Silva, K. A. da. (2021). Internacionalização e mobilidade. Building the Way – Revista do Curso de Letras da UEG. https://doi.org/10.31668/buildingtheway.v11i2.12585

Perilli, A. (2017). Erasmus student or EU ambassador? People-to-people contact in the European Neighbourhood Policy: The cases of Georgia, Ukraine and Tunisia. Bruges Political Research Papers, 59/2017 https://doi.org/10.13140/RG.2.2.10482.81606

Pizzolo, P. (2024). Ukraine and the debacle of Russian soft power. *The International Spectator, 59*(2), 37–57. https://doi.org/10.1080/03932729.2024.2316746

Polstiankina, I., Skrypnik, L., Drozdova, O., Kovtiukh, L., & Borysova, S. (2024). Features of the Erasmus+ program in the system of training specialist musicians. *Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade, 17*(se3), 255–266. https://doi.org/10.14571/brajets.v17.nse3.255-266

Powell, C. (2001). *Statement on International Education Week*, August 7, 2001, Washington, DC. https://2001-2009.state.gov/secretary/former/powell/remarks/2001/4462.htm

Ruggie, J. G. (1998). What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge. *International Organization, 52*(4), 855–885. https://doi.org/10.1162/002081898550770

Rusakova, O., Kovba, D., Gribovod, E., & Popova, N. (2018). Cultural diplomacy as the intellectual capital of soft power exercised by the Shanghai Cooperation Organization member states. In *Proceedings of the 15th International Conference on Intellectual Capital, Knowledge Management & Organisational Learning (ICICKM)* (pp. 277–284).

Ruszel, J. (2018). Erasmus Programme–Functional Analysis and Evolution of the programme from 1987 till 2016. *Humanities and Social Sciences*, *25*(4), 277-291.

Saaida, M. B. (2023). The role of soft power in contemporary diplomacy. *International Journal of Research Publication and Reviews, 4*(4), 36302. https://doi.org/10.55248/gengpi.4.423.36302

Saraiva, M., Nogueiro, T., Jorge, F., & Chaleta, E. (2022). Erasmus and international credit mobility in a contribution to the sustainable development goals associated with quality education and reducing inequalities. *IJAEDU - International E-Journal of Advances in Education, 8*(23), 149–162. https://doi.org/10.18768/ijaedu.1141654

Saunders, M., Lewis, P., & Thornhill, A. (2009). *Research methods for business students*. Pearson Education.

Setiawan, A. (2025). Assessing the United Nations' capacity to address genocide allegations in Gaza: A critical analysis of institutional constraints and diplomatic failures. *Asian Journal of Multidisciplinary Research, 2*(3), 103–114.

Sierra Huedo, M. L., & Foucart, J. (2022). Intercultural and professional skills in student mobility to boost employability. Journal of Intercultural Communication, 22(3), 1–12. https://doi.org/10.36923/jicc.v22i3.68

Shen, W., Xu, X., & Wang, X. (2022). Reconceptualising international academic mobility in the global knowledge system: Towards a new research agenda. *Higher Education, 84*(6), 1317–1342. https://doi.org/10.1007/s10734-022-00931-8

Skoneczny, Ł., & Cacko, B. (2021). Sharp power: Introduction to the issue. *Przegląd Bezpieczeństwa Wewnętrznego, 13*(25), 325–340.

Soodovar, B. (2022). Is Russian soft power dead? *The Wavell Room*. https://wavellroom.com/2022/06/08/is-russian-soft-power-dead/

Sweeney, S. (2010). *Bologna process: Responding to the post-2010 challenge*. Higher Education Academy.

Teichler, U. (2012). International student mobility and the Bologna Process. *Research in Comparative and International Education, 7*(1), 34–49. https://doi.org/10.2304/rcie.2012.7.1.34

Teodosiev, P. (2024, June). Trends in the development of modern international relations: The new challenges for diplomacy. In *Environment. Technology. Resources: Proceedings of the*

International Scientific and Practical Conference (Vol. 4, pp. 275–281). https://doi.org/10.17770/etr2024vol4.8207

Toft, P. (2005). John J. Mearsheimer: An offensive realist between geopolitics and power. *Journal of International Relations and Development, 8*(4), 381–408. https://doi.org/10.1057/palgrave.jird.1800065

Tostes, A. P., & Silva, L. V. B. (2019). O projeto Erasmus: Internacionalização da educação em contexto de integração. Mural Internacional. https://doi.org/10.12957/rmi.2019.37988

Van Mol, C. (2013). Intra-European student mobility and European identity: A successful marriage? Population, Space and Place, 19(2), 209–222. https://doi.org/10.1002/psp.1752

Velicu, A. (2024). Transforming education through Erasmus+: Between academic mobility and European identity. *Revista Universitară de Sociologie, 2024*(3), 86–93.

Vennesson, P. (2008). Case studies and process tracing: Theories and practices. In D. Della Porta & M. Keating (Eds.), *Approaches and methodologies in the social sciences: A pluralist perspective* (pp. 223–239). Cambridge University Press.

Voon, J. P., & Xu, X. (2020). Impact of the Belt and Road Initiative on China's soft power: Preliminary evidence. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics, 27*(1), 120–131. https://doi.org/10.1080/16081625.2020.1686841

Vossensteyn, H., Lanzendorf, U., & Souto-Otero, M. (2008). The impact of ERASMUS on European Higher Education: Quality, openness and internationalisation. Final report to the European Commission.

Walker, C., & Ludwig, J. (2017). The meaning of sharp power: How authoritarian states project influence. *Foreign Affairs*. https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2017-11-16/meaning-sharp-power

Waltz, K. (1979). *Theory of international politics*. Addison-Wesley.

Wendt, A. (1994). Collective identity formation and the international state. *American Political Science Review, 88*(2), 384–396. https://doi.org/10.2307/2944711

Wendt, A. (1999). *Social theory of international politics*. Cambridge University Press.

Wilson, I. (2015). Exchanges and peacemaking: Counterfactuals and unexplored possibilities. All Azimuth: A Journal of Foreign Policy and Peace, 4(2), 5–18. https://doi.org/10.20991/allazimuth.167334

Wojciuk, A., Michałek, M., & Stormowska, M. (2015). Education as a source and tool of soft power in international relations. *European Political Science, 14*(3), 298–317. https://doi.org/10.1057/eps.2015.25

Wojciuk, A. (2018). Higher education as a soft power in international relations. In Y. Tsardanidis (Ed.), *Handbook of cultural security* (pp. 343–360). Edward Elgar Publishing.

Wüst, A., & Nicolai, K. (2023). Cultural diplomacy and the reconfiguration of soft power: Evidence from Morocco. *Mediterranean Politics, 28*(4), 554–579. https://doi.org/10.1080/13629395.2022.2033513

Yang, R. (2010). Soft power and higher education: An examination of China's Confucius Institutes. *Globalisation, Societies and Education, 8*(2), 235–245. https://doi.org/10.1080/14767721003779746

Yin, R. K. (2009). *Case study research: Design and methods*. Sage.

Yukaruç, U. (2017). A critical approach to soft power. *Bitlis Eren Üniversitesi Sosyal Bilimler Dergisi, 6*(2), 491–502.

Zacharias, G. (2021). China's public diplomacy: Evolution, challenges, and the Greek case. Journal of Liberty and International Affairs, 6(3), 79–89. https://doi.org/10.47305/JLIA2163079Z